

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO NA  
NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO**

**Elena Maria Rezende**

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL:  
PERCEPÇÕES SOCIOAMBIENTAIS  
A PARTIR DAS LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO**

**São Caetano do Sul  
2019**



**ELENA MARIA REZENDE**

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL:  
PERCEPÇÕES SOCIOAMBIENTAIS  
A PARTIR DAS LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Inovação na gestão e produção da comunicação de interesse público.

Linha de pesquisa: Produção e recepção da informação pública

Orientador: Prof. Dr. Alan César Belo Angeluci

**São Caetano do Sul**

**2019**

### **Ficha Catalográfica**

REZENDE, Elena Maria Rezende

Mapeamento participativo digital: percepções socioambientais a partir das literacias de mídia e informação/ Elena Maria Rezende – São Caetano do Sul: USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019. 136f.: 27 il.

Orientador: Prof. Dr. Alan César Belo Angeluci.

Dissertação (Mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

1.Literacias de Mídia e Informação. 2. Mapeamento Participativo Digital. 3. Percepções socioambientais. 4. Pesquisa Participante. 5. Direito à Cidade.

I. ANGELUCI, Alan Cesar Belo. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III Título.

**REITOR DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Romeiro

**Gestor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

Prof. Dr. João Batista Cardoso



Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Dr. Alan César Belo Angeluci (orientador USCS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rebeca Nunes Guedes de Oliveira (USCS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Gobbi (FAAC-UNESP)



*A todas as maternidades, que a tudo criam e recriam no mundo.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador professor Dr. Alan César Belo Angeluci, que com sua primorosa compreensão me acompanhou nesta jornada. Às preciosas contribuições desde a banca de qualificação das professoras Dr<sup>a</sup> Rebeca Nunes Guedes de Oliveira e Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Gobbi. E a todos os docentes e funcionárias da secretaria do PPGCOM, especialmente à Denise Rossito.

Agradeço a todos os colegas e amigos acadêmicos, aos alunos de maior convívio, como Regiane Bianchini, Sílvia Carvalho, Kelsma Maria Silva Gomes, Thiago Pássaro, Sérgio Correia e, especialmente, à Carolina Gois, que participou de uma das oficinas do mapeamento.

Agradeço à minha família e, sobretudo minha irmã Maria do Carmo Rezende, à minha família ampliada de amigos e amigas que tanto estiveram presentes e acompanharam passo a passo: Elaine Albuquerque, Mariana Guarnieri, Maíra Galvanezi, Maria Aparecida da Silveira, Malu Nakata.

Agradeço aos voluntários, alunos da engenharia ambiental, Renan Sergi Lopes e Marcelo Haruki Sakamoto, e à professora Helena França, da UFABC.

Agradeço a todos os jovens participantes, especialmente às duas participantes que foram fundamentais para os resultados desta pesquisa, Maria Franciele Souza da Silva e Bianca Franco Ferreira pela esperança renovada na juventude deste país!

Agradeço pela força da vida divina, que mora em cada ser vivente, nesta casa comum, chamada Terra, pela oportunidade, pela aprendizagem sobre literacias que me fizeram amadurecer como pesquisadora.



## **A Arte de ser feliz**

Houve um tempo em que a minha janela se abria para um chalé.

Na ponta do chalé brilhava um grande ovo de louça azul.

Nesse ovo costumava pousar um pombo branco.

Ora, nos dias límpidos, quando o céu ficava da mesma cor do ovo de louça, o pombo parecia pousado no ar. Eu era criança, achava essa ilusão maravilhosa e sentia-me completamente feliz.

Houve um tempo em que a minha janela dava para um canal. No canal oscilava um barco. Um barco carregado de flores. Para onde iam aquelas flores? Quem as comprava? Em que jarra, em que sala, diante de quem brilhariam, na sua breve existência? E que mãos as tinham criado? E que pessoas iam sorrir de alegria ao recebê-las? Eu não era mais criança, porém a minha alma ficava completamente feliz.

Houve um tempo em que minha janela se abria para um terreiro, onde uma vasta mangueira alargava sua copa redonda. À sombra da árvore, numa esteira, passava quase todo o dia sentada uma mulher, cercada de crianças. E contava histórias. Eu não podia ouvir, da altura da janela; e mesmo que a ouvisse, não a entenderia, porque isso foi muito longe, num idioma difícil. Mas as crianças tinham tal expressão no rosto, a às vezes faziam com as mãos arabescos tão compreensíveis, que eu participava do auditório, imaginava os assuntos e suas peripécias e me sentia completamente feliz.

Houve um tempo em que a minha janela se abria sobre uma cidade que parecia feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim seco. Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas todas as manhãs vinha um pobre homem com um balde e em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse.

E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.



Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

*Cecília Meireles*  
*“Escolha seu sonho”*



## RESUMO

A partir dos compromissos internacionais em promover uma cultura midiática e literacias de mídias e informação (MIL) capazes de incluir e engajar, de modo responsável e democrático, a todos diante dos desafios do paradigma da sociedade da informação, emerge um desafio simultâneo em promover igualmente transformações sociais substanciais por ampliar um agir comunicativo no fortalecimento das esferas públicas, no ouvir as vozes e narrativas dos que não têm, hoje, o direito à cidade respeitado. Neste sentido, se faz oportuno compreender como as metodologias participativas, com base no diagnóstico participativo e na cartografia social, podem absorver e incorporar as TIC em suas experiências no acesso digital de seus dados. Contudo, mais do que o acesso digital – o que já seria enorme avanço às desigualdades – tornou-se fundamental associar os conceitos e práticas das MIL e o direito à cidade para poder investigar se a aplicação inovadora de um mapeamento participativo digital junto aos jovens em territórios de conflito urbano-ambiental estimularia que tipos de literacias de mídia e informação, e se estas teriam capacidade de ampliar a percepção socioambiental e cidadã. Através da pesquisa qualitativa e participativa, foi possível concluir que houve um desenvolvimento integral de todas as modalidades de literacias que Eshet-Alkalai conceitua, bem como se observou maior intensidade nas afirmações e interpretações das narrativas de percepção socioambiental. Como resultado, constatou-se que a autonomia vivenciada transformou o mapeamento participativo digital aplicado em meio de comunicar a realidade local apreendida e incentivar a comunidade a fortalecer sua organização comunitária na relação com o poder público municipal.

**PALAVRAS-CHAVE:** literacias de mídia e informação; direito à cidade; mapeamento participativo digital; percepções socioambientais; pesquisa participante.



## **ABSTRACT**

Based on international commitments to promote a media culture and media and information literacy (MIL) capable of responsibly and democratically including and engaging everyone in the face of the challenges of this Information Society paradigm. A simultaneous challenge emerges in promoting equally substantial social transformations by broadening communicative action in strengthening public spheres, in listening to the voices and narratives of those who do not have the respected right to the city today. In this sense, it is appropriate to understand how participatory methodologies, based on Participatory Diagnosis and Social Cartography, can absorb and incorporate ICTs in their experiences in digital access to their data. However, more than digital access - which would be a huge advance on inequalities - it has become essential to link the concepts and practices of MIL and the Right to the City to investigate whether the innovative application of participatory digital mapping with young people in territories of urban-environmental conflict, it would stimulate what kinds of media and information literacies, and whether they would be able to broaden socioenvironmental and citizen perception. Through qualitative and participatory research it can be concluded that there was an integral development of all literacy modalities as Eshet-Alkalai conceptualizes. As well as greater intensity was observed in the statements and interpretations of the narratives of socioenvironmental perception. And as a result it was found that the autonomy experienced transformed the digital participatory mapping applied to communicate about the local reality apprehended and encourage the local community to strengthen their community organization in the relationship with the municipal government.

**KEYWORDS:** media and information literacy; right to the city; digital participatory mapping; socioenvironmental perceptions; participatory research.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso metodológico do mapeamento participativo .....	65
Figura 2 – Localização do Núcleo Pintassilgo (SP/Brasil) .....	68
Figura 3 - Condições ambientais.....	69
Figura 4 – Condições das ocupações (moradias) .....	69
Figura 5 – Caracterização física e socioambiental .....	71
Figura 6 – Mapa falado: dinâmica de percepções dos moradores .....	54
Figura 7 – Interações realizadas em todo o processo participativo .....	58
Figura 8 – Percurso da aplicação do trabalho no campo.....	60
Figura 9 – Grupo WhatsApp de voluntários da USCS .....	61
Figura 10 – Grupo de WhatsApp Lideranças Comunitárias do Núcleo Pintassilgo...	62
Figura 11 – Grupo de jovens, estudantes, moradores.....	63
Figura 12 – Participantes da reunião na EEEPC (09/06/2019).....	65
Figura 13 – Convite de divulgação das Oficinas de Mapeamento Participativo .....	65
Figura 14 – Registro parcial do desenvolvimento do Mapeamento Participativo (analógico) .....	68
Figura 15 – Resumo das legendas utilizadas no mapeamento participativo.....	69
Figura 16 – Mapeamento Participativo Digital: 1ª etapa .....	70
Figura 17 – Grupo de articulação do mapeamento participativo digital .....	72
Figura 18 – Página no Facebook para motivar a interação e migração de arquivo ..	73
Figura 19 – Página Google Drive da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com ....	74
Figura 20 – Página do YouTube da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com .....	74
Figura 21 – Conta do Google Fotos da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com	74
Figura 22 – Registro do desenvolvimento da última etapa do mapeamento participativo (digital) .....	75
Figura 23 – O foco socioambiental no mapeamento participativo (laranja) e a narrativa criada para o mapeamento digital (verde).....	84
Figura 24 Uso criterioso na seleção das imagens para compor os PINs para o mapeamento digital .....	89
Figura 25 – Literacia socioemocional .....	90
Figura 26 – Edição, manchete, descrição e créditos dos PINs.....	91
Figura 27 – Edições do StoryMap a partir das seleções de imagens e narrativas descritas.....	92



Figura 28 – Produto Mapeamento Participativo Digital.....	99
Figura 29 – Evidência de elaboração do manual de orientações à plataforma Storymap.....	100



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo dos conceitos de cartografia.....	51
Quadro 2 – Lista de grupos de interação com a pesquisa.....	58
Quadro 3 – A motivação e participação dos jovens neste tipo de atividade .....	80
Quadro 4 – O mapeamento participativo e seus aprendizados .....	86
Quadro 5 – Informação, comunicação e divulgação do mapeamento para a comunidade.....	92
Quadro 6 – Avaliação da plataforma em suas funcionalidades e tipo de acesso.....	93
Quadro 7 – Descobertas, aprendizados e educação digital.....	95



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Cartográfica Internacional
APRM	Área de Proteção e Recuperação Ambiental
BIOMAPA	Sigla Mapa características ambientais
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet
COP21	Conferência de Paris
DRPE	Diagnóstico Rápido Participativo Emancipatório
DRUP	Diagnóstico Rápido Urbano Participativo
EEEPC	Escola Estadual Educador Pedro Cia
EUA	Estados Unidos da América
GEPAM	Gerenciamento Participativo em Área de Manancial
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPDC	Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação
MIL	Literacias de Mídia e Informação ( <i>media and information literacy</i> )
NAU	Nova Agenda Urbana
ODS	Objetivos de desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCE	Oficina de Trabalho Crítico Emancipatória
PIN	<i>Personal Identification Number</i>
PNMP	Parque Natural Municipal do Pedroso
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SBC	Sociedade Brasileira de Cartografia
SIADES	Sistema Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
TAC	Termo de ajustamento de conduta
TAR	Teoria Ator Rede
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UC	Unidade de Conservação



UFABC	Universidade federal do ABC
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>33</b>
1.1 Origem do Estudo	33
1.2 Problematização	34
1.3 Objetivo geral	40
1.3.1 Objetivos específicos	40
1.4 Proposta de intervenção	40
1.5 Justificativa do estudo	40
1.6 Metodologia adotada	44
1.7 Delimitação do estudo	46
1.7.1 Vinculação com a área de concentração e à linha de pesquisa do programa	48
<b>2 MARCO TEÓRICO</b>	<b>49</b>
2.1 A Cartografia Social como facilitadora dialógica e das ações comunicativas	49
2.2 Literacias de mídias e informação como desafio democrático	54
2.3 Direito à Cidade e a percepção socioambiental	58
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>64</b>
3.1 A caracterização da abordagem da práxis em estudo	64
3.2 O cenário e o contexto da inserção socioambiental	66
3.2.1 Cartografias oficiais e socioeconômica do Núcleo Pintassilgo	67
3.3 Instrumentos da pesquisa	55
3.4 Os participantes como sujeito desta pesquisa	55
Para a pesquisa participante, o gráfico da Figura 7 se refere à natureza da pergunta ou do objeto que se articula com seus participantes, devidamente acompanhados por observação igualmente, principalmente quando, de modo empírico, adotam a interlocução com atores sociais em um território determinado, como no caso das oficinas de mapeamento participativo. Exige uma cuidadosa observação do trabalho de campo, principalmente quanto aos registros das expressões e narrativas, pela intensidade dos fenômenos, onde as singularidades e seus significados sob a ótica dos sujeitos, das relações que estão presentes e de suas interconexões na abrangência de seu cotidiano e suas relações sociais e culturais.	58
3.5 Produção do material empírico	59
3.5.1 Diário de Campo sobre desenvolvimento junto aos participantes-sujeitos	59
3.5.2 As Oficinas de Mapeamento Participativo (em meio analógico)	66
3.5.3 As Oficinas de Mapeamento Participativo (em meio digital)	70



3.5.4 Questionário após mapeamento participativo digital	76
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	<b>77</b>
4.1 A participação e o interesse digital dos jovens abordados	78
4.2 O Direito à Cidade e a percepção socioambiental que se revelam neste mapeamento participativo	80
4.3 As literacias digitais aplicadas no mapeamento participativo (digital)	87
<b>5 PRODUTO DA PESQUISA</b>	<b>98</b>
5.1 O Mapeamento Digital Participativo	98
5.2 Criação de um subproduto: um subsídio ao mapeamento digital	100
5.3 Apresentação do produto à comunidade	101
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>119</b>
APÊNDICE A – Questionário aplicado	119
APÊNDICE B – Questionário respondido	126
APÊNDICE C – Carta de solicitação de autorização à EEJBM	131
APÊNDICE D – Carta de solicitação de autorização à EEEPC	132
APÊNDICE E – Carta autorizativa da EEPC	133
APÊNDICE F – Carta de solicitação de autorização à EEJBMM	134
APÊNDICE G – Carta Autorizativa da EEJBMM	135
APÊNDICE H – Comunicação de parceria com a UFABC e a pesquisadora	136



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Origem do Estudo

O interesse desta pesquisadora nas áreas ambiental e de Comunicação Social vem de longa data. Seja pelos mais de 30 anos de experiência como educadora socioambiental informal, atuando com desenvolvimento comunitário junto a associações de moradores de favelas e grupos de mulheres, inclusive facilitando uma Oficina de Mulher e Meio Ambiente, seja como pós-graduada em Gestão Ambiental, bem como no exercício de várias atividades na gestão pública, atuando na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à habitação de interesse social, na gestão do uso do solo em mananciais, em processos de educação socioambiental sobre temas como saneamento e gestão ambiental.

Na experiência profissional executando políticas públicas, foi possível observar empiricamente como a gestão pública não está preparada, seja pela alta direção dos governos, seja pelas áreas técnicas do serviço público, a se relacionar de modo republicano e democrático com o “público”, especialmente com programas destinados ao público de favelas ou assentamentos precários<sup>1</sup>. A cultura do não diálogo prevalece, em menor ou maior grau, oscilando a depender do programa de governo, ora mais democrático ou menos democrático, ou mais autoritário e assistencialista.

As afirmações de educação de direitos à participação social e popular trouxeram grande alento. Impulsionam-se muitas práticas de uma intervenção de gestão que buscavam efetivar esta comunicação, esses diálogos, por meio de experiências como mutirões para pequenas melhorias nos bairros; eventos culturais e comunitários; os Orçamentos Participativos, que de modo inédito ofereciam a possibilidade de alargar os horizontes do local para o municipal; as conferências de elaboração de diretrizes das políticas públicas com temáticas sobre saúde, educação, habitação, etc.; a gestão descentralizada dos conselhos destas mesmas políticas, seja no âmbito local, seja no âmbito municipal, estadual e nacional.

Especialmente entre o período de 2000 a 2008, promovida pelo poder público municipal de Santo André, houve uma iniciativa inédita para o ambiente urbano no diálogo com as favelas, por meio da utilização de uma metodologia baseada no

---

<sup>1</sup> “Aglomerado subnormal”, segundo o IBGE; para a gestão pública, “núcleos habitacionais”; para a legislação, “assentamentos precários” ou Habitações de Interesse Social – HIS.

planejamento participativo em uma abordagem mais qualificada e integradora de vários saberes – técnico e popular – com a finalidade de realizar um Diagnóstico Rápido Urbano e Participativo<sup>2</sup> (DRUP). O projeto possibilitou uma escuta social a partir de uma coleta sistematizada das percepções sociais e culturais dos moradores sobre seu território, configurando uma política pública com ação preliminar à da elaboração de projetos e implementação de obras de urbanização de favela. Ao todo, cerca de doze Núcleos Habitacionais da cidade passaram pela experiência do DRUP neste período.

Entre as várias dinâmicas utilizadas, a técnica do mapeamento participativo como registro destas percepções por meio de desenhos, plantas arquitetônicas e fotografias impressas era a mais impactante para todos os participantes. Eram tempos analógicos que têm adquirindo novos contornos com o avanço tecnológico decorrentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cumprindo um papel cada vez mais alargado e complexo de democratização das informações, abrindo caminho para novos diálogos comunicacionais, mixando experiências analógicas e digitais como comunicação social. Este estudo se originou da inquietude a respeito de quais seriam os impactos e que adaptações – no uso das tecnologias de mídias – seriam necessárias e possíveis para aperfeiçoar a participação social junto a comunidades de periferias para que suas vozes fossem escutadas nos planejamentos e políticas públicas da cidade?

## 1.2 Problematização

Dada a consolidação da quarta revolução tecnológica, a sociedade contemporânea vive cada vez mais sua condição de hiperconectividade. Por consequência, vive, ao mesmo tempo, uma ebulição de inovações, especialmente com as novas tecnologias da informação trazendo, por consequência, a exigência de uma transição do analógico ao digital, da vivência do simultâneo local ao global, gerando impactos em diversos campos das culturas e das relações sociais, políticas e econômicas.

---

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Santo André; Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá; Universidade British Columbia (2004). Disponível em: <<http://servicos.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/PDF/livro6.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Nesta esfera pública potencializada, uma inédita infosfera<sup>3</sup> emergiu e trouxe consigo os desafios do aperfeiçoamento democrático na interação entre governos e sociedade civil. Em essência permanecem os mesmos antigos desafios analógicos e presenciais tradicionais, que se distinguem apenas pela singularidade contemporânea das novas capilaridades, camadas e escala de inserção na cultura da sociedade.

Diante deste cenário midiático por excelência, esta pesquisa busca refletir como estes segmentos de indivíduos, excluídos de sua cidadania podem estar exercendo ou vindo a exercer de modo mais ativo seu “agir comunicativo”, como conceitua Habermas (2012). Também buscar compreender como estes segmentos sociais já praticam suas literacias digitais e como podemos classificá-las, como se identificam e se ressignificam a partir de seus territórios nas dimensões culturais diversas e plurais de raça, gênero e geração.

O fenômeno comunicativo se expande com tal rapidez e de modo complexo e simultâneo. O acesso às TIC cria novas arenas e esferas públicas de maior debate e embates – atores em rede que, teoricamente, produzem e compartilham informações e se expressam de modo atemporal e simultâneo.

Estes efeitos colaterais se expressam na ampliação dos meios e formas de comunicação, operam profundas transformações sociais e políticas no âmbito da comunicação social, compreendida no engajamento por causas comuns e de interesse público. Surge, entre tantos mais, o especial desafio do manejo das mídias sociais para fins de aprimorar um diálogo social entre sociedade civil e governos na formulação de políticas públicas.

Observa-se que o tema da aprendizagem de novos conhecimentos midiáticos, suas interações e participações como expressão de cidadania tem recebido grande atenção e esforços para preparar as sociedades para uma inclusão qualitativa no mundo digital, com fins de habilitar e possibilitar cidadãos e cidadãs digitais.

No âmbito internacional, especialmente no continente europeu, surgem manifestos em forma de declarações, como a Carta Europeia para a Literacia dos *Media*<sup>4</sup>, cujos objetivos visam promover as expressões culturais e o incentivo a uma aprendizagem permanente, e, principalmente, uma participação e cidadania ativas, por meio de uma democracia abrangente a todos os setores da sociedade e a

---

<sup>3</sup> Floridi (2014).

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.euromedialiteracy.eu/index.php?Pq=charter>>. Acesso em: 09 set. 2018.

existência de iniciativas de políticas públicas, a exemplo da adoção de uma educação para os *media*.

Tendo como referência alguns protocolos internacionais que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem pautado ao longo dos últimos anos, obtém-se a ideia do papel estratégico da comunicação social como valor emergente e contemporâneo diante das tecnologias da informação e da comunicação.

Desde 2018, a UNESCO vem disponibilizando para o Brasil uma série de volumes sobre padrões de competência em TIC. Em 2013 a organização lançou uma publicação de sugestão de currículo para alfabetização midiática e informacional<sup>5</sup> na formação de professores. Esses documentos têm manifestado um grande empenho para a promoção das Literacias de Mídia e Informação (MIL) como essenciais para as relações entre a educação, cultura e cidadania, conforme nos reporta um mapeamento documental realizado por Beatrice Bonami Rosa (2016).

Fica evidente que a variável das TIC agrega de maneira fundamental ao desenvolvimento socioeconômico. De acordo com um crescente entendimento de vários organismos internacionais e governos, por ser fundamental, também, para o desenvolvimento socioeconômico. Este entendimento também dialoga com um dos últimos protocolos internacionais que contou com amplo processo de consulta pública digital, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Contudo, no contraponto de uma visão global do tema, se apresenta uma visão local, especialmente no contexto das cidades, onde todos habitam e convivem. Neste sentido, cabe considerar nesta análise o conceito de Direito à Cidade<sup>6</sup>, de Henri Lefebvre (2001), que continua a influenciar a análise do espaço urbano e o papel das cidades na gestão democrática.

Lefebvre (2001) afirma que a cidade é um espaço percebido e um espaço concebido e vivido. O autor toma como base que a cidade, como um lugar social, é construída historicamente e representa e espelha forças, interesses políticos,

---

<sup>5</sup> Unesco (2013). Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/media-and-information-literacy/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

<sup>6</sup> Conferência Habitat III. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

econômicos e socioculturais carregados de dicotomias, contradições e exclusões sociais, compreendendo que a cidade pulsa o coração de quem a habita.

No Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana - na prática, se nega direitos, inclusive direitos de cidadania digital, em especial aos “invisíveis” ao processo de planejamento e produção do espaço urbano. Condições como gênero, raça, idade, etnicidade, renda e local de moradia distribuem desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização.

De mais a mais, há que se considerar que o diálogo entre o poder público e os segmentos denominados excluídos, seja por sua condição ou local de moradia, principalmente os moradores da periferia, muitas vezes é tratado com negligência. A administração pública é fortemente marcada pela cultura patrimonialista, tecnocrática e avessa à transparência e ao debate público de seus projetos e, muitas vezes, manifesta seus preconceitos ou inseguranças por não saber lidar com este público excluído economicamente, demonstrando temer esta comunicação direta. Via de regra, optam por cooptações e ações populistas, enfraquecendo suas cidadanias.

Na Nova Agenda Urbana (NAU) para a Conferência Habitat III (2016), intitulada “Direito à cidade e cidades para todos”, se fundamentou pelo entendimento de que as cidades são um bem comum e devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, cumprindo sua função social, com espaços públicos, com respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente e com economia inclusiva. Nesta oportunidade, houve um alinhamento também com outro protocolo global, a Agenda 2030, por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o nº11, “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, garantindo acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Mas como tornar esses segmentos de excluídos, sem voz, e sem cidade e/ou invisibilizados do processo de urbanização em um segmento composto de sujeitos com direito à cidade ou em sujeitos que, efetivamente, se apropriam da cidade, que têm propostas, visões e versões sobre a cidade que desejam e cuja experiência urbana afeta os demais direitos humanos? Como efetivar o direito à cidade para todos? É neste sentido que esta pesquisa pretende também colaborar – em testar instrumentos metodológicos para a construção destas versões e narrativas dessa parcela da população. Este contexto global e local se insere a temática da

democratização dos meios de informação, ou da participação cidadã digital como mais uma forma de apropriação do direito à cidade.

Considerando que a cultura digital vai recriando sua bolha exponencial estabelecendo novas relações de uso, disseminação e criação de informações e conteúdo digital, cabe, então, compreender os sentidos da ação social sob o recorte de seus atos comunicativos e midiáticos, o que implica em analisar as conexões entre sujeito social e o lugar de inserção, e o impacto dessas ações através dos conceitos das MIL.

Para tanto, podem ser destacados os esforços consideráveis da governança da Internet no Brasil, representada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br) que orienta a expansão e seu desenvolvimento respaldado pelo Marco Civil (legal) da Internet, através do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), da atuação conjunta com o Instituto de Estatística da UNESCO na produção de um guia prático para a mediação da adoção das TIC em escolas para desenvolver estratégias que contribuam para uma Internet aberta e para todos.

Atualmente temos 120,7 milhões de usuários da Internet no Brasil. Segundo resultados da TIC Domicílios<sup>7</sup> (Pesquisa sobre Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros) de 2017 o acesso à Internet nos domicílios voltou a crescerem 42,1 milhões de residências. A pesquisa também destaca que o acesso móvel continua sendo o mais utilizável para os domicílios de baixa renda, com tendências de maior crescimento para as classes D/E, que utilizam majoritariamente o tipo de conexão móvel.

As desigualdades ainda são relevantes entre as classes socioeconômicas e entre áreas urbana e rural. Mostra disso é o dado que 19% dos domicílios conectados não possuem computador, contrastando com 4% em 2014, o que revela acentuado grau de desigualdades digitais. Em contrapartida, metade da população conectada teve seu acesso exclusivamente através de um telefone celular, o que representa 58,7 milhões da população conectada, entre os usuários de classes D/E e áreas rurais. Esses indicadores demonstram que a estratégia brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) ainda não tem surtido efeitos práticos de melhorias, especialmente para as populações periféricas digitais.

---

<sup>7</sup> CETIC (2017). Disponível em: <<http://cetic.br/arquivos/domicilios/2017/domicilios/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Ainda destacando os dados específicos do público alvo desta pesquisa - jovens do ensino médio - e a fim de melhor caracterizar os tipos de uso que fazem da Internet, elencaram-se dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil<sup>8</sup> de 2017, realizada pelo Cetic.br, que teve como objetivo mapear possíveis riscos e oportunidades *on-line*, gerando indicadores sobre acesso e os usos da internet para a faixa etária de 9 a 17 anos. A pesquisa apresenta os seguintes resultados: 85% são usuários da Internet, embora ainda haja quatro milhões desconectados. A tendência observada é o aumento do uso de telefone celular, segundo seus analistas. Ao mesmo tempo em que propicia inclusão digital, este dispositivo também altera consideravelmente a cultura nesta relação com as redes, trazendo impactos para a formação de habilidades e riscos derivados.

Quanto às oportunidades para a cidadania e engajamento, considerando os tipos de uso, os resultados indicam a predominância de atividades ligadas à comunicação e ao entretenimento, entre elas: 79% de uso destinado a mensagens instantâneas, 77% para assistir vídeos, 75% ouvir música e 73% redes sociais. Foi possível identificar “novas oportunidades de práticas *on-line*, como aquelas que consideram a participação social, educação e acesso à informação” (CETIC.BR, 2017, p. 26).

Diante do paradigma dessa sociedade da comunicação – enquadrada a um capitalismo cognitivo contemporâneo – novas culturas emergem e vão transformando cada vez mais sujeitos de produção da informação e de suas narrativas. Nesse contexto, como diz o filósofo Hans Jones (2006), um dos maiores desafios é garantir consistência e envergadura ética para alimentar a liberdade, a emancipação, a fraternal dimensão da responsabilidade digital ou o alargamento do que se pode denominar como construção da cidadania digital para com as futuras gerações.

Para além da “inteligência das coisas” também se apresenta o desafio de uma “inteligência relacional”. É diante deste aspecto que se insere uma metodologia híbrida que conjugue dinâmicas participativas presenciais para colher dados locais, viabilizar por meio digital uma leitura diagnóstica territorial, buscar compreender as literacias envolvidas e garantir o olhar de seus moradores.

As perguntas possíveis são: o uso de tecnologias de mídias de informação e georreferenciamento podem ser um atrativo capaz de romper a passividade da

---

<sup>8</sup> CETIC (2018). Disponível em: <<https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 21 ago. de 2019.

participação social nos âmbitos locais de territórios de periferia, a fim de retratar sua realidade local? De quais maneiras e modalidades o uso das MIL possibilita adaptar métodos de diagnóstico participativo para ambientes digitais a fim de um maior engajamento para a comunicação socioambiental?

### **1.3 Objetivo geral**

Investigar se a aplicação do mapeamento participativo digital junto aos jovens em territórios de conflito urbano-ambiental estimula o desenvolvimento de literacias de mídia e informação que ampliem a percepção socioambiental e cidadã.

#### **1.3.1 Objetivos específicos**

- Caracterizar as modalidades e escalas conforme modelo de literacias digitais adotado por Eshet-Alkalai (2004) por meio de oficinas de Mapeamento Digital;
- Identificar narrativas e discursos de percepção socioambiental como prática chave para o exercício do direito à cidade.
- Desenvolver um mapeamento digital que ficará à disposição dos participantes a fim de aprimorar sua comunicação social dentro da comunidade e na relação com o poder público municipal.

### **1.4 Proposta de intervenção**

Realizar um Mapeamento Participativo Digital no Núcleo Habitacional Pintassilgo com o público jovem (de 12 a 29 anos), estudantes do ensino médio moradores desta comunidade. Analisar as categorias de literacias e competências digitais através da vivência de um processo de aprendizagem digital no uso da plataforma <https://storymap.knightlab.com/>, oferecida pelo *Knight Lab*<sup>9</sup>.

### **1.5 Justificativa do estudo**

Esta é uma pesquisa de comunicação de interesse público delimitada nos conceitos das MIL, com enfoque na adaptação de metodologias de diagnóstico participativo para um ambiente digital a ser ressignificado e inserido na cultura midiática por comunidades periféricas a partir de uma experimentação de campo que

---

<sup>9</sup> *Northwestern University Knight Lab* é uma equipe de tecnólogos e jornalistas que trabalham no avanço da inovação da mídia por meio de exploração e experimentação. Localizado em Chicago, San Francisco, EUA.

mapeará e analisará um território geográfico, no município de Santo André, numa comunidade de favela denominada Núcleo Habitacional Pintassilgo.

A escolha da localidade como público alvo faz sentido devido ao interesse profissional e acadêmico por parte desta pesquisadora por observar as transformações sociais e culturais ocorridas considerando a trajetória de treze anos desde a atuação junto a esta comunidade entre os anos de 2001 a 2006 realizando atividades de desenvolvimento comunitário pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Prefeitura de Santo André.

A fim de compreender a singularidade desta localidade, faz-se necessário esclarecer que o vínculo desenvolvido, como técnica da área social, se deu através do projeto Gerenciamento Participativo em Área de Manancial (GEPAM), programa resultante de um convênio de intercâmbio técnico entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Universidade de British Columbia do Canadá. O Projeto Piloto 2 Pintassilgo tinha objetivo implementar ações educativas e comunitárias preventivas de contenção de novas ocupações, enquanto se viabilizasse a solução habitacional e ambiental desta favela encravada dentro do Parque Natural Municipal do Pedroso, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

As sistematizações das experiências foram compiladas em uma coletânea de livros, na qual o exemplar História Oral do Núcleo Pintassilgo<sup>10</sup>, que tem participação comunitária, e o exemplar Desenvolvimento Econômico Comunitário<sup>11</sup>, ambos de autoria desta pesquisadora com apoio Sarah Bryce (estagiária canadense vinculada à Universidade British Columbia). Nestas narrativas, foram identificadas, à época, inicialmente uma pouca clareza da natureza legal das terras ocupadas, da condição jurídica junto ao Ministério Público, da grande carência econômica de gente expulsa dos centros urbanos em busca de moradia barata. Após o final do projeto, pôde-se observar um salto grande na percepção ambiental, e maior conscientização quanto à condição jurídica e fundiária do local, das vocações econômicas locais para atividades sustentáveis, e da organização comunitária através do conselho de representantes.

---

<sup>10</sup> Prefeitura Municipal de Santo André e Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (2004). Disponível em: <<http://servicos.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/PDF/livro4.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

<sup>11</sup> Prefeitura Municipal de Santo André e Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (2004b). Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1529323/livro-5-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

Na busca por compreender, dentro dos processos de comunicação social, a relação entre a mídia, a informação e as literacias, é necessário identificar como estes processos mediam a construção de direitos civis para aumentar o acesso, a produção e a distribuição de informação e conhecimento sobre realidades locais e globais, conforme preconizam os documentos MIL da UNESCO em perspectiva ao conceito de Direito à Cidade.

À luz das observações McLuhan (2001) de que “nós moldamos nossas ferramentas e somos moldados por elas” (MCLUHAN, 2001, p. 161), dada a condição desta esfera pública, desta polis-digital ou desta aldeia-global-digital, busca-se compreender a mutação cultural destas transformações, nos âmbitos individual e coletivo, com suas singularidades, o que se retratará neste fragmento das dinâmicas da cidade.

Conforme conceituou Lemos (2009) ao citar o TAR (Teoria Ator Rede), para a análise dos processos comunicacionais é fundamental discernir os atores e compreender os modos de mediação aos lares concretos do espaço urbano:

[...] as mídias locativas, pelas trocas informacionais no espaço urbano, criam novos sentidos dos lugares. Se a mobilidade era um problema na fase do *upload* do ciberespaço (ir ou sair do local de conexão), a atual fase do *download* (ou da internet das coisas), a mobilidade é uma oportunidade para usos e apropriações do espaço para diversos fins (lazer, comerciais, políticos, policiais, artísticos). Aqui, mobilidade informacional, aliada a mobilidade física, não apaga os lugares, mas os redimensionam. Com o ciberespaço “pingando” nas coisas, não se trata mais de conexão em “pontos de presença”, mas de expansão da computação ubíqua em “ambientes de conexão” em todos os lugares. Devemos definir os lugares, de agora em diante, como uma complexidade de dimensões físicas, simbólicas, econômicas, políticas, aliadas a banco de dados eletrônicos, dispositivos e sensores sem fio, portáteis e eletrônicos, ativados a partir da localização e da movimentação do usuário. Esta nova territorialidade compõe, nos lugares, o território informacional (LEMOS, 2009, p. 33).

Diante do caldo de cultura participativa local e nacional, faz-se necessário analisar a emergência do maior engajamento social diante de uma nova configuração governamental nas esferas federal, estadual e municipal, que recuam do seu cumprimento legal que se estabeleceu no regime democrático de direito, expresso na Constituição Federal de 1988<sup>12</sup>, que em seu artigo 1º “assegura a cidadania como direito fundamental”, e especifica estes direitos em seu artigo 205 “como direitos de

---

<sup>12</sup> Brasil (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2018.

todos e dever do Estado”, bem como o “seu preparo para o exercício da cidadania”, e o cumprimento do marco legal dos direitos à Participação e Comunicação Social no exercício de uma cidadania ativa. Direitos por ora ainda vigentes no Brasil nos estados através de suas leis orgânicas, especialmente nos locais onde a população mais se aproxima do seu pertencimento como *polis*.

No âmbito municipal, teoricamente de maior proximidade com seus habitantes, onde a participação cidadã presencial poderia ser mais numerosa e atuante, tem se observado exatamente ao contrário: certo desânimo e esvaziamento de muitas instâncias de esferas públicas, conselhos municipais E setoriais de políticas públicas específicas, e mesmo quando há participação da sociedade civil, a mesma tem se caracterizado por uma performance “cartorial”, de mero procedimento burocrático, e as pautas cada vez menos com oportunidades de debates reais e decisórios sobre as grandes decisões das políticas públicas da cidade.

Ressalta-se que o fenômeno também tem ocorrido no âmbito local, na região do Grande ABC<sup>13</sup>, apesar dos esforços de inovação por parte dos agentes governamentais. Três décadas de implementação de muitas políticas públicas participativas e sociais de caráter afirmativo não impediram de ocorrerem recentemente grandes retrocessos e refluxo quanto à transparência e direito à gestão democrática.

Recentemente no contexto brasileiro, com o advento ao poder de posturas políticas conservadoras e ultradireitistas, o estado de direito sofre ataques institucionais e culturais de modo intenso, em boa medida através das mídias digitais. Ao contrário do apregoado no início do século XXI com o advento da Internet, a democracia real parece estar mais longe. Os direitos de cidadania à participação social estão cada vez mais ameaçados. Se em décadas anteriores se buscava aprimorar os mecanismos de participação social, atualmente trata-se de defender o direito de expressão, manifestação e existência na esfera pública constitucional.

Aliás, é pertinente destacar citação do Brasil no documentário Privacidade Hackeada<sup>14</sup>, produzido pela Netflix, que revela as mazelas da exploração de dados que se utilizam de métodos abusivos e sem controle público de seus procedimentos,

---

<sup>13</sup> Compreende sete municípios da região metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

<sup>14</sup> Documentário Privacidade Hackeada. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80117542>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

relatando casos reais do escândalo da Cambridge Analytica/Facebook, como um caso clássico de uso de dados como parte de estratégias que contaminam o processo eleitoral e ameaçam as regras do sistema democrático.

Considerando os dados de acesso à Internet segundo as estatísticas da pesquisa *The Internet Big Picture: Word User and Population Stats*<sup>15</sup> para a região da América Latina e do Caribe, o Brasil se destaca no primeiro lugar com percentual de 49,2% da população (210.867.954 ha.), destes 49,2% com acesso à Internet com computadores de mesa (149.057.635 ha.) e, destes, 48,7% usuários do Facebook, segundo dados atualizados em 31/12/2017. Tais dados demonstram cabalmente o impacto na vida cotidiana e nos padrões de consumo de cultura midiática do brasileiro médio.

Esta pesquisa visa subsidiar tanto as instituições acadêmicas, governos e outras instituições ou entidades não governamentais do campo democrático no sentido de iniciar uma compreensão de como o fenômeno da cibercultura impacta e se recria junto às comunidades de periferia, propiciando a estes setores da sociedade que participem de forma mais equânime da esfera pública na formulação e execução das políticas públicas, especificamente no campo temático socioambiental, tornando-se mais visíveis e audíveis em prol da sua qualidade de vida e, porque não, atores sociais capazes de formularem indicadores territoriais de sustentabilidade local e global.

## **1.6 Metodologia adotada**

A escolha pela pesquisa qualitativa, exploratória e etnográfica, na modalidade de Pesquisa-ação se justifica pela natureza do objeto deste estudo, exigindo uma análise de conteúdo de narrativas, observações vivenciadas nas oficinas junto ao grupo de participantes. Com uma abordagem exploratória em três etapas, sendo: (i) o planejamento detalhado dos instrumentos de operacionalização do trabalho de campo; (ii) o trabalho de campo em si, combinando instrumentos de interlocução e de observação nas oficinas e o levantamento de registro documental; (iii) a análise e tratamento do material empírico e documental, ordenamento e classificação dos dados, - finalizando com a análise conclusiva (MINAYO, 2009).

---

<sup>15</sup> Internet World Starts (2018). Disponível em: <<https://www.internetworldstats.com/stats15.htm#south>>. Acesso em: 10 set. 2019.

Adota-se a corrente teórica do compreensivismo a título de analisar a realidade humana vivida socialmente, se propondo a compreender os fenômenos comunicativos pela chave da subjetividade, como sentido da vida social.

Para fins de especificidade da abordagem e do formato do trabalho de campo, foi criado um formato inédito de Oficinas de Mapeamento Participativo Digital que ancorou em duas vertentes metodológicas que primam pelo aspecto dialógico. Uma delas foi da Oficina de Trabalho Crítico-Emancipatória (OTCE), conforme concebido por Fonseca e Amaral (2012), pela modalidade construtivista do formato das oficinas sequenciais. Por meio das estratégias do conceito das OTCE conforme os autores mencionados, que são definidas como:

[...] um espaço de construção coletiva grupal, cujo produto pode ser apropriado pelos participantes, posto que consigam visualizar nele o conteúdo e a qualidade da sua participação. Cujas síntese conta não só com os posicionamentos e com as representações, mas também com novos conhecimentos, introduzidos pela coordenação ou por especialista.  
[...] conta com posicionamentos e representações de novos conhecimentos (FONSECA; AMARAL, 2021, p. 12).

A outra vertente foi do Mapeamento Coletivo, apresentada no Curso de Extensão<sup>16</sup> pela UFABC, que se fundamenta na cartografia social, que segundo Acelrad (2013), foi útil para desenvolver a dinâmica mais extensiva, complexa e inovadora nesta adaptação, que ora aqui se denomina mapeamento participativo digital.

Todas estas abordagens guardam similaridade com princípios pedagógicos e didáticos, se caracterizam por uma construção coletiva mantendo uma relação horizontal entre os participantes e a facilitadora das atividades colaborativas que provocam um empoderamento, um saber construído coletivamente.

E para captar e extrair as percepções socioambientais da comunidade, foi aplicado o instrumental do mapa falado, que compõe o rol de técnicas do diagnóstico participativo, que visa a construção de intersubjetividades ao levar os participantes a identificar seus próprios problemas, suas causas e possíveis soluções, ancorado nos princípios da alteridade dialogal no saber, nas aspirações e na capacidade criativa dos participantes, que são os atores sociais, conforme Sabourn (2002):

---

<sup>16</sup> Destacando metodologia apreendida no curso de extensão cultural acadêmica Mapeamento Coletivo, conduzido por Aluizio Marino na UFABC.

[...] os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantém relações num determinado território (SABOURN, 2002, apud PEREIRA, 2017, p. 24).

Os resultados destes diagnósticos podem servir de registro documental e manifestação pública a serem enviados aos órgãos públicos como evidências de uma situação da comunidade. Exemplo disso foi a entrega do Relatório de um DRPE ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) <sup>17</sup>.

Para Habermas (2012a, p. 183-184), transcrito de Pereira (2017):

Somente o modelo comunicativo de ação pressupõe a linguagem como um *medium* de entendimento não abreviado, em que falantes e ouvintes, a partir do horizonte de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo a fim de negociar definições em comum para as situações (apud PEREIRA, 2017, p. 68).

Observadas estas diretrizes metodológicas, o planejamento do trabalho de campo se pautou pelas seguintes etapas: (i) mobilização, (ii) realização de duas Oficinas de Mapeamento em papel e (iii) duas Oficinas de Mapeamento Digital. As oficinas foram realizadas em distintos locais no bairro, conforme a disponibilidade de seus participantes, tendo como única exceção as Oficinas de Mapeamento Digital, realizadas na área central da cidade.

A mobilização se fez através de uma abordagem do público alvo através de reuniões explicativas e um convite presencial, reforçado através de grupos de *WhatsApp* para manter a articulação e os esclarecimentos da agenda das atividades. Conforme a necessidade, também se realizou orientações com mensagens individuais oportunas para se manter o vínculo necessário com a pesquisadora.

### **1.7 Delimitação do estudo**

O município de Santo André, tem população estimada de 715.232 habitantes, cuja característica natural geográfica se específica em ter 62% do território em área de manancial. Situado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mais especificamente na região do Grande ABC, limítrofe aos municípios de São Paulo

---

<sup>17</sup> Conforme reportagem disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u65639.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

(pelo norte), Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Suzano e Mogi das Cruzes (leste), Santos e Cubatão (Sul), e São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (oeste). Com um território de 174 km<sup>2</sup> – dos quais apenas 66 km<sup>2</sup> (38%) são área urbana e 62% em áreas de mananciais, território que pertence à Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Reservatório Billings. A divisão entre as áreas urbana e manancial é a cumeeira que pertence ao PNMP – Parque Natural Municipal do Pedroso<sup>18</sup>, responsável pela produção de 6% de água para abastecimento público da cidade.

Segundo dados do IBGE, atualizados em 2017, Santo André conta com uma estimativa de 715.232 de população residente de 707.613 habitantes. Com IDH 0,815 (dados de 2010), considerado muito alto (entre a faixa de 0,800 a 1) e densidade demográfica de 3845,66 hab./km<sup>2</sup>.

A cidade possui 155 assentamentos precários, com diferentes tipologias: favelas, loteamentos irregulares e núcleos habitacionais, regulares e irregulares. Estes assentamentos precários compreendem uma população estimada em 28.493 habitantes, conforme dados da revisão oficial do Plano Municipal de Habitação/2015<sup>19</sup>.

Os assentamentos habitacionais ou Habitações de Interesse Social (HIS) são caracterizados pela precariedade, vulnerabilidade socioambiental e econômica. Esta impossibilidade de residir nas áreas mais estruturadas pelo custo elevado da terra e pela parca provisão HIS pelos órgãos públicos responsáveis faz com essa população – atraída pelas oportunidades de emprego na indústria e no setor de serviços – seja impelida a ocupar as áreas ambientalmente frágeis da RMSP, dando início a uma escalada progressiva de degradação e vulnerabilidade, tanto dos recursos naturais como das populações. Algumas situações decorrentes desta realidade são habitações em relevos acentuados, com risco de deslizamento, com serviços públicos igualmente precários; ocupações irregulares às margens dos corpos d'água, sujeitos a inundações e escoando efluentes nos mesmos e demais características típicas dessa periferia.

---

<sup>18</sup> Santo André (2016). Disponível em: <[http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso\\_Diagnostico\\_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf](http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso_Diagnostico_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2018.

<sup>19</sup> Prefeitura Municipal de Santo André (2015). Disponível em: <<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/38-secretarias/desenvolvimento-urbano-e-habitacao/1063-plano-municipal-de-habitacao>>. Acesso em: 13 set. 2018.

### **1.7.1 Vinculação com a área de concentração e à linha de pesquisa do programa**

Este estudo se vincula à área de concentração de Inovação na Gestão e Produção da Comunicação de Interesse Público, do Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), e, especificamente, à linha de Produção e Recepção da Informação Pública, que visa fomentar investigações à prática de comunicação no campo social com foco em processos inovadores de criação, produção, difusão e recepção de informação de interesse público que possam beneficiar a diretamente a sociedade com processos de comunicação que gerem “resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo, com o auxílio de mecanismos e espaços de participação”<sup>20</sup> por meio de produtos comunicacionais de caráter público. Aqui há o entendimento da pesquisa se cumpre dentre estes requisitos ao primar por produzir inovações que considere as transformações na dinâmica das relações sociais e das comunidades com o uso de tecnologias e literacias de mídias e informação. Isso é pretendido nesta pesquisa à medida que se realiza uma intervenção de adaptação de metodologia, uma identificação de categorizações das literacias de mídias digitais de uma comunidade sob a perspectiva dos territórios informacionais.

A inovação evocada aqui como fenômeno social que contempla as dimensões tecnológicas e simbólicas presentes em uma sociedade midiaticizada (ROSSETTI, 2013) pode ser analisada tanto pelo objeto quanto pelo sujeito social. Este estudo pretende aplicar intervenções e análises metodológicas empíricas ou seja, produzir resultados de inovação que se categorizem, principalmente, pelo modo ativo como categoria de “ação e paixão”, identificada aqui como sujeito inovador (um núcleo habitacional e seus desafios socioambientais) em processos de literacias de mídias e informação cartografando seu território, e, como categoria de paixão, como objeto inovador - a adaptação de uma metodologia analógica para um ambiente digital, resultando em um modo dinâmico de realizar um mapeamento participativo que permitirá ressignificações e ampliações das percepções socioambientais, proporcionando, assim, aprendizagem de criação e apreensão do uso das tecnologias em prol do empoderamento que é favorecido pela leitura participativa para subsidiar propostas inovadoras aos desafios socioambientais comunitários.

---

<sup>20</sup> USCS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <<https://uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/ppgcom/mestrado-profissional-em-comunicacao/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 A Cartografia Social como facilitadora dialógica e das ações comunicativas

Nestas últimas duas décadas, houve igualmente uma explosão mais intensa de tecnologias com a representação espacial, atraindo usuários, provedores e produtores de tecnologia em escala global. Paralelamente, tanto no Brasil como em outros países, também tem crescido uma nova subcategoria do conhecimento, advinda da cartografia oficial numa perspectiva crítica ao espaço geográfico retratado, medido, estabelecido e interpretado. Questionamentos de uma suposta neutralidade das técnicas de elaboração dos produtos cartográficos, no caso, os mapas, emergem.

É neste contexto que nasce, na contraposição de narrativas, uma Cartografia Social. Na visão de geógrafos e cartógrafos desta vertente crítica, como aponta Acselrad (2013), trata-se de um novo campo de disputa, para além dos modelos técnicos cartográficos, surgindo modelos simbólicos e articuladores de narrativas que contrastam o saber-poder que, como outrora a comunicação de massa, tem a intenção de formar consumidores e não cidadãos.

Segundo estes críticos à cartografia eurocêntrica e dominante<sup>21</sup>, a cartografia social possibilita, por excelência, criar protagonismos de modo linear e ativismos comunitários que reconheçam os saberes locais e tradicionais e suas técnicas para mediar de modo comunitário e proporcionar a criação de outros mapas possíveis, que façam sentido e significados que possam ser úteis para impulsionar ações de transformação e inclusão social em seus territórios.

Para Lussault (1995):

todos os mapas são uma abstração, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista, assim como o foram os mapas imaginários, antes mesmo da escrita. Após as invenções técnicas de suas medições, os territórios plurais e polissêmico, aberto e aleatório e não controlável, foram sendo transformadas em instrumento controlado a serviço da ação política (LUSSAULT, 1995, p. 170).

A definição de comunicação como processo de criação de uma mensagem, mediada por uma técnica, para fazer expressar ao seu interlocutor (relação emissor-

---

<sup>21</sup> Segundo Lacoste (1988), a representação cartográfica sempre foi um trunfo de grupos hegemônicos.

receptor) e este, como um disseminador da mensagem, expressos numa cultura de observar, formular, criar, expressar e disseminar visões de mundos transcritos em documentos gráficos, guarda enorme semelhança para os fins entre o fazer-se comunicar e cartografar, o que demonstra apenas a condição convergente e interdisciplinar do campo da comunicação.

Entre pesquisadores nesse campo, alguns como Martim-Barbero (2003) afirmam não poder analisar os problemas da comunicação sem considerar os aspectos relacionados às sociabilidades e identidades, à produção material, às políticas institucionais, aos círculos de informação, às matrizes culturais, aos modos de organização político-econômico e político e a todas as mediações que resultam destas relações complexas e diversas.

Disto se deriva reconhecer os campos da comunicação e da cartografia como, mais do que nunca, nesta atualidade, híbridos, transdisciplinares ou interdisciplinares. Nesse sentido, compreendemos e concordamos com Morin (2005) e com os demais estudiosos que vêm desenvolvendo trabalhos sobre essa nova prática, que é inter/trans/disciplinar enquanto episteme complexa e, por isso, apresenta grandes possibilidades de compreender os processos comunicativos presentes no mundo atual.

É possível afirmar, então, que coexistem processos de cartografias como sistemas de comunicação simbólica e gráfica que veiculam narrativas e as expressam conforme sua percepção e olhar crítico sobre a realidade local e global, singular ou temática, destacando geografias ora físicas, humanas e econômicas.

Conforme publicação do IBGE, o mapeamento é entendido como um processo de coleção de informações que realiza uma representação de algo perceptível, e cumpre a função de comunicar, através de técnicas gráficas e suas simbologias, como citado abaixo:

Entende-se por mapeamento a aplicação do processo cartográfico, sobre uma coleção de dados ou informações, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade perceptível, comunicada a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos que caracterizam a linguagem cartográfica (IBGE, 1998, p. 87).

Cabendo, então, a tácita simbiose entre as teorias da cartografia científica e a da comunicação como processos humanos que pretendem comunicar interpretações

da realidade social, econômica, política e cultural, elaborou-se Quadro 1, comparando os conceitos de cartografia:

Quadro 1 – Comparativo dos conceitos de cartografia

<b>Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>22</sup></b>	<b>Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) <sup>23</sup></b>	<b>Segundo a Associação Cartográfica Internacional (ACI) <sup>24</sup></b>
<p>“O conceito de Cartografia tem suas origens intimamente ligadas às inquietações que sempre se manifestaram no ser humano, no tocante a conhecer o mundo que ele habita. CARTOGRAFIA, etimologicamente é uma descrição de cartas, foi introduzido em 1839 pelo segundo Visconde de Santarém, Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão, (1791-1856). A despeito de seu significado etimológico, a sua concepção inicial continha a ideia do traçado de mapas. No primeiro estágio da evolução o vocábulo passou a significar a arte do traçado de mapas, para em seguida, conter a ciência, a técnica e a arte de representar a superfície terrestre”.</p>	<p>Em 1949, a Organização das Nações Unidas já reconhecia a importância da cartografia através da seguinte assertiva, lavrada em Atas e Anais:</p> <p>“CARTOGRAFIA • no sentido lato da palavra não é apenas uma das ferramentas básicas do desenvolvimento econômico, mas é a primeira ferramenta a ser usada antes que outras ferramentas possam ser postas em trabalho.”</p>	<p>O conceito da cartografia ratificado pela UNESCO em 1966:</p> <p>"A CARTOGRAFIA apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização (...) O processo cartográfico, partindo da coleta de dados, envolve estudo, análise, composição e representação de observações, de fatos, fenômenos e dados pertinentes a diversos campos científicos associados à superfície terrestre.”</p>

Fonte: Sociedade Brasileira de Cartografia, citado por Flávia R. Ferreira, secretária-geral da SBC (16/09/2019).

O território observado no mapeamento participativo desta pesquisa trata-se de um núcleo urbano informal dentro de um parque natural, considerado pela legislação como sendo de “uso não consolidável” do solo municipal, ou seja, no mínimo 50% de toda a área hoje ocupada com moradias deverão ser removidos para ser restituída, recuperada e reflorestada, conforme TAC assinado em 2002, configurando, assim, uma área de sério conflito urbano-ambiental.

<sup>22</sup> IBGE (1999).

<sup>23</sup> ONU (1949).

<sup>24</sup> Associação Cartográfica Internacional. Disponível em: <<https://icaci.org/mis ion/s/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Cabe destacar o marco legal que atende a este território, objeto desta pesquisa, cujo enquadramento se dá conforme Lei Federal nº 9985/2000 SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação e Lei Municipal nº 7733/1998 que rege a política de gestão e saneamento ambiental e o Decreto Municipal nº 16.878/2016 que instituiu seu Plano de Manejo<sup>25</sup>, no qual garante e a participação social através de um conselho gestor, ainda não implementado. Em seu Programa de Uso Público consta que é necessário:

Definir ordenamento das atividades e usos das áreas, criando projetos específicos para lazer, turismo e recreação que dialoguem com a educação ambiental, atraindo a comunidade do entorno para utilização dos espaços em consonância com os objetivos principais da UC (PNMP, 2016, p. 117).

A pesquisa de percepção ambiental torna-se um instrumento por excelência, pois visa revelar as relações entre seres humanos e seu meio ambiente. Nesta localidade do Núcleo Pintassilgo, compreender seus usos neste *habitat*, capturando seu olhar e narrativa sobre seus desejos, necessidades, expectativas, julgamentos e receios, pode facilitar a solução para um futuro projeto habitacional dentro das condicionantes ambientais sabidas. Estas percepções socioambientais variam conforme a capacidade cognitiva de observação dos indivíduos. Por isso, a percepção ambiental é uma estratégia fundamental para se compreender a diversidade de valores e simbolismos que a população local tem sobre seu território (UNESCO, 1973).

A partir da década de 70, surgiram as primeiras iniciativas de mapeamentos participativos. Há relatos de que a primeira experiência ocorreu com indígenas no Canadá e Alasca, com temas como estudos do uso tradicional da terra, recentemente também denominado biomapa<sup>26</sup>, que destaca os aspectos naturais com a participação colaborativa.

No Brasil, as experiências de cartografia social com mapeamento participativo aplicado conforme literatura tiveram duas grandes frentes de expansão entre as décadas de 70 e 90, como experiências de ONGs (Organizações Não-

---

<sup>25</sup> Prefeitura Municipal de Santo André/ Semasa (2014a; 2014b). Disponíveis em: <[http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso\\_Diagnostico\\_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf](http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso_Diagnostico_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf)>; e <<http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/volume-2.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

<sup>26</sup> Hofstatter (2013). Nesta dissertação, a autora utiliza o BIOMAPA para conhecer a percepção socioambiental com um dos métodos participativos da pesquisa.

Governamentais) para projetos de desenvolvimento rural em países da África e da Ásia. Na busca por novas tecnologias sociais de planejamento com resultados rápidos, denominado Diagnóstico Rural Participativo, considerado por Chambers (1992) como meio de a população local refletir sobre seus conhecimentos e sua realidade a fim de superar problemas e identificar soluções para seu cotidiano. Após alguns anos, veio em direção às áreas urbanas, para migrarem dos movimentos sociais para a gestão pública, que agregou essa possibilidade como técnica de planejamento urbano habitacional, saúde coletiva, entre outros.

No Brasil, Pereira (2017) adaptou para um modelo de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) que se fundamenta na perspectiva da teoria crítica, habermasiana e freiriana da educação dialógica, com longa experiência acadêmica de extensão universitária em assentamentos rurais e associações ao longo de duas décadas.

Desde 2003, outra frente emerge, orientada por esta política pública de conservação e preservação ambiental, uma das estratégias de uso público e educação ambiental, ganhando maior aderência pelo respeito aos diferentes saberes e cultura local, e interlocução entre os atores sociais envolvidos, o público e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pequenos produtores extrativistas). Estas experiências tematizaram fortemente a questão ambiental em seus mapeamentos. A pioneira foi o Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal, que desde então se difundiu intensamente com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, como propostas de pesquisa e extensão acadêmica e iniciativas tanto de movimentos sociais como governamentais.

A fim de estabelecer um olhar socioambiental nesta pesquisa de mapeamento participativo, se fez necessário estabelecer subtemas como: a percepção socioambiental do cotidiano da favela, considerando o território cultural e econômico de periferia com todas as implicações culturais, habitacionais e ambientais para que, por meio de uma estratégia didática de leitura da realidade e do espaço, pudesse emergir, nas representações, suas narrativas, suas identidades, suas vozes e suas propostas de cidade.

Reiterando que a cartografia social considera os mapeamentos como meios de interpretação, comunicação, interação social e construções de cenários consensuais compreendidos na natureza espacial, estando a realidade representada com seus simbolismos, sentimentos e expectativas. Portanto, o mapeamento participativo

propicia um processo de percepção do espaço apreendido e registro do conhecimento de certo grupo ou comunidade em uma dada paisagem ou localidade. Seus resultados são tanto de natureza subjetiva e simbólica, como de natureza objetiva em suas descrições de usos do solo, de atividades sociais e econômicas desenvolvidas.

## **2.2 Literacias de mídias e informação como desafio democrático**

As principais sustentações teóricas estão ancoradas na concepção de Yoram Eshet-Alkalai (2004), que utiliza categorização das literacias em cinco tipos que se inter-relacionam: literacia foto visual (proporciona a interação com representações visuais e interfaces gráficas, especialmente a partir da decodificação de imagens); literacia de reprodução (desenvolve habilidades que possibilitam a descoberta e a recombinação de conteúdo, além da disseminação de informações criativas); literacia da informação (permite identificar e filtrar as informações mais qualificadas); literacia ramificada (importante para indivíduos que tenham interesse em desenvolver o pensamento abstrato para participar da construção do conhecimento no ambiente hipermídia); e literacia socioemocional (precisa que o indivíduo possua alto grau de outras literacias já mencionadas e possibilita a identificação de obstáculos e armadilhas digitais, o que facilita a interação e, por consequência, a troca de experiências, emoções e informações estruturadas).

De maneira geral, essas literacias de mídias e informação lidam com um acervo diverso de competências e habilidades – que não se referem somente ao uso de computadores e da *web*, mas, também, da compreensão e aplicação de tecnologias, além do consumo, gestão, recombinação e disseminação de informações – para desempenhar atividades em ambientes digitais de maneira eficaz, por meio de raciocínio crítico, autônomo e independente, construindo sentidos e narrativas por meio do uso de TIC (CAPOBIANCO, 2010; ESHET-ALKALAI, 2004; PASSARELLI; JUNQUEIRA, 2012).

Assim como a atualização e capacitação profissional e técnica buscam profissionais capazes de prestar serviços de excelência em contato com interfaces digitais, os sujeitos sociais das comunidades de periferia também precisam de experiências que, a seu modo, possam suprir suas necessidades de um agir comunicativo, se inteirando de suas limitações, mas, acima de tudo, superando suas carências para que suas vozes singulares se façam ouvir na elaboração de políticas públicas inclusivas à sociedade hiperconectada.

Em tempos de hiperconectividade, o grau destas literacias de mídias e informação e/ou *media literacy* refletem bem a realidade comunicacional que tanto impactam as sociedades global e brasileira, demarcando novas práticas sociais e a própria ação social com sua mútua interdependência, onde as tecnologias de comunicação se alienam, não se distinguindo mais onde começa e onde finalizam as extensões do corpo humano (PASSARELLI, 2014).

[...] A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. Por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos. Essas conversas geram um burburinho cada vez mais valorizado pelo mercado das mídias. O consumo tornou-se um processo coletivo – e é isso o que este livro entende por inteligência coletiva, expressão cunhada pelo ciber teórico francês Pierre Lévy (JENKINS, 2006, p. 28).

Na retrospectiva da literatura comparada, realizada por Santos, Azevedo, Pedro et al (2015), é possível traçar uma evolução nas perspectivas sobre o poder integrador da literacia digital. Os autores apresentam várias experiências e sistematizações, principalmente no contexto europeu por meio de acordos internacionais, desde iniciativas privadas e governamentais que demonstram os grandes desafios de implantação de ações de disseminação de literacias digitais, em grande medida decididas de modo *top-down*, ou seja, de modo pouco democrático, tentando dar respostas à globalização e à transição para as economias baseadas no conhecimento. Destacam-se como exemplo os resultados da Comissão Europeia de 2008:

... são apresentados os resultados da revisão de 470 iniciativas de literacia digital na Europa, direcionadas sobretudo para grupos desfavorecidos que se considerava não estarem a ser capazes de tirar pleno partido da Sociedade da Informação por razões relacionadas com a sua localização geográfica ou contexto socioeconómico. Essas iniciativas foram organizadas em três estádios. No primeiro foram incluídos os programas que tinham como objetivo alargar o acesso, ao proporcionarem infraestruturas e pontos de acesso, sendo as medidas associadas, genericamente, do tipo “**top-down**”<sup>27</sup> e financiadas a nível nacional (ou regional). Ao segundo estádio foram associadas as iniciativas com enfoque no ensino de aptidões básicas relacionadas com o uso

---

<sup>27</sup> Grifo nosso.

do computador e Internet. Por fim, no terceiro estágio, as iniciativas associadas visam melhorar a qualidade do uso e a participação na Sociedade da Informação. Uma das conclusões do projeto foi que “A maioria das iniciativas pertence ao primeiro e ao segundo estágios e o terceiro, que se concentra na promoção do pensamento crítico, confiança, confiança e uso multiplataforma, só agora está começando a se desenvolver na maioria dos países” (Comissão Europeia, 2008, p. 15, grifo do autor).

Para o autor italiano Fioridi “novas formas de exclusão social podem surgir a reboque da sofisticação crescente da conectividade e hiperconectividade.” (apud PASSARELLI, 2014, p. 236), considerando, muitas vezes, o analógico mais rico em informação do que o digital. Em 2012, Fioridi lidera um grupo de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, o que culminou no projeto chamado *The Onlife Manifesto*, que apresenta as seguintes questões: (1) O que significa ser humano numa sociedade computacional? (2) Como podemos experienciar liberdade e pluralidade numa realidade hiperconectada? (3) A dicotomia público/privado ainda faz sentido? (4) Como podemos entender e atribuir responsabilidades num mundo onde artefatos transformam-se em agentes? (PASSARELLI, 2014, p. 237). Tendo como finalidade analisar os impactos da era na hiperconectividade nos espaços públicos e nas expectativas da sociedade, este documento influenciou a Comissão Europeia e a UNESCO na organização de um fórum para, entre outros objetivos, promover a expansão da literacia para a mídia e para a educação não formal entre comunidades. Atualmente, as *media and information literacy* (MIL) são consideradas pela UNESCO centrais para o desenvolvimento.

Para Passarelli (2014), a partir de seu relato de participação na *1st European Media and Information Literacy Fórum*, referente ao estado da arte das MIL:

As MIL não significam só educar a população para a mídia, mas também propor campanhas sustentáveis que possam ser replicadas ao redor do mundo num *continuum* que emule a complexidade contemporânea da hiperconectividade dos atores em rede (PASSARELLI, 2014, p. 239).

A fim de expandir a análise sobre os impactos midiáticos na participação social de diferentes públicos e segmentos sociais, muitas vezes excluídos, seja do acesso ou das condições de exercitar suas MIL nesta sociedade da informação contemporânea, buscando melhor compreensão deste jeito singular de participar na cultura midiática, pode-se destacar Jenkins (2009), para quem, a partir no pressuposto

do processo cultural de construção da informação, conceitua a convergência midiática baseando-se, inicialmente, em Marshall McLuhan (2001), que observou que a experiência com as mídias digitais propiciou um tipo de participação ativa tanto para produzir como para reapropriar e disseminar outros conteúdos. Ao reconhecer o fenômeno, reconhece esta convergência da informação que flui por diferentes canais midiáticos e cria uma dada complexidade às experiências humanas, portanto, de transformações culturais. Ao transformar os modos e como que se dá o consumo de conteúdos, nesta apropriação particular, destaca três pilares da convergência: a convergência tecnológica dos meios de comunicação, da inteligência coletiva e da cultura participativa, que se dá na distribuição dos conteúdos em diversos meios. Quando explora as implicações para uma reforma midiática e para a cidadania democrática, McLuhan (2001) afirma que:

Na era da informação instantânea, o homem dá por findo o seu trabalho de especialização fragmentada e assume o papel de coletor de informações. Hoje, a coleta de informação retoma o conceito inclusivo de “cultura”, exatamente como o primitivo coletor de alimentos trabalhava em perfeito equilíbrio com todo o seu meio ambiente. Hoje, neste mundo nômade e sem “trabalho”, nossa busca se volta para o conhecimento e a introvisão dos processos criativos da vida e da sociedade (MCLUHAN 2001. p.161).

Diversos autores reconhecem também a desigualdade do acesso como uma das habilidades do consumo midiático que se configura na exclusão digital (Van Deusen, 2010), configurando uma lacuna participativa. Embora existam acessos públicos ou precários, o uso e manejo também determinam consumidores precários e consumidores de elite desta cultura de mídia digital, demonstrando o quanto a sociedade da informação ainda não está completamente preparada para lidar com a complexidade e as contradições das transformações da cultura digital.

Para Deursen (2010), a desigualdade ao acesso ao consumo midiático se configura como exclusão digital e, por consequência, como lacuna participativa. Embora existam acessos públicos ou precários, o uso e o manejo determinam consumidores precários e consumidores de elite da cultura de mídia digital, demonstrando o quanto a sociedade da informação ainda não está completamente preparada para lidar com a complexidade e as contradições das transformações da cultura digital.

Esta pesquisa trata de compreender a participação social em meio digital como ato político e cultural por excelência para consubstanciar um agir comunicativo no sentido habermasiano do desafio de se construir uma cidadania digital.

Assim como na 21ª Conferência de Paris (COP21), Paris chamou a atenção global para a relevância e o protagonismo necessário das cidades no desenvolvimento global e local, é compreensível afirmar que também as literacias de mídias e informação cumprem atualmente um papel fundamental para os direitos humanos nas periferias. Tanto que a UNESCO vem promovendo, através de seu programa de MIL Desafiando as Cidades, com um evento denominado Mídia e Cidades Informadas pela Informação: Vozes, Poderes e Transformadores<sup>28</sup>.

### **2.3 Direito à Cidade e a percepção socioambiental**

David Harvey (2012), o geógrafo britânico professor da *University of New York*, que estuda a geografia urbana em seu livro, *Cidades Rebeldes*, tratou de identificar a centralidade que ocupa o espaço público das cidades como um *lócus* político de interesse público. Ao considerar como eixo teórico a obra de Henri Lefebvre, onde destaca o direito à cidade como um direito coletivo e não individual, sua reflexão dá um novo sentido para compreender este direito ao ato e ação política de refazer a cidade como, a um só tempo, nos refazermos junto. Entende que mudar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização em contraposição à lógica da reprodução do capital global, que absorve as cidades como uma mercadoria, lhes impondo modelos de macro empreendimentos imobiliários associados a projetos de urbanização promovidos pelo Estado, produzindo mais desigualdades desdobradas em gentrificação e favelização.

Diante desta cena urbana, o que cabe aos discordantes desta lógica é a rebeldia civil dos movimentos sociais a fim de recuperar a esfera pública de debate da cidade que se deseja (HABERMAS, 1997).

Isto posto, cabe compreender a cultura midiática e suas influências contemporâneas no cotidiano, tanto para exemplificar, citando as manifestações de protestos que reivindicaram transparência e alteridade das prioridades na gestão das cidades, como ocorreu com o Movimento Passe Livre em junho de 2013, quanto para

---

<sup>28</sup> Unesco (2018). Disponível em: <<https://en.unesco.org/news/call-papers-global-media-and-information-literacy-week-2018-feature-conference-and-milid>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

compreender como, a partir deste movimento, multidões de pessoas, em boa maioria de jovens secundaristas, usaram do lema de direito à cidade para justificar suas reivindicações em postagens em suas páginas no Facebook. Sem dúvida, este foi um marco histórico no Brasil para demonstrar o poder político das redes sociais aliadas às articulações de movimentos sociais reivindicatórios. Assim como foram os movimentos *Ocupe Wall Street*, nos EUA, e *El Alto*, na Bolívia, como formas de resistência e transgressão à ordem estabelecida.

As lições aprendidas em *El Alto* dão pistas das necessárias competências de uma cidadania ativa afirmando ser possível criar uma cidade politizada quando se reúnem as seguintes condições, sendo: “(1) Percepção da cidade como um centro de radicalismo e autoctonia; (2) Politização das relações urbanas e rurais; (3) Coalização, união de forças de tradição política com ênfase aos sujeitos-cidadão”. (HARVEY, 2012, p. 68).

O direito à cidade não pode ser negligenciado, afinal, trata-se de dar resposta à vida cotidiana. A ideia de Lefebvre (2001) pode bem ser adaptada para hoje como o direito à vida urbana ou o direito à produção e à apropriação do espaço, inclusive espaço político. E esta é a rebeldia urbana que se coloca como desafio para os habitantes das periferias das cidades (Harvey, 2012).

Tavolari (2016), quando discorre sobre trajetória histórica das narrativas teóricas entre Manuel Castells (1999; 2009) e David Harvey (2012), sinaliza a concordância destes autores à chave da crítica à lógica capitalista que se desdobra ao urbanismo e ao planejamento urbano das cidades. E faz um recorte sobre como este movimento pelo direito à cidade se mesclou entre concepções acadêmicas e movimentos sociais:

Houve, no Brasil, uma combinação de concepções aparentemente pouco conciliáveis: um amálgama entre o direito à cidade, de Lefebvre, e a noção de luta por acesso a equipamentos de consumo coletivo por parte de movimentos sociais urbanos, desenvolvida por Castells. Essa hipótese ajuda a entender como um conceito pensado a partir do diagnóstico de uma nova miséria urbana, em que a satisfação de necessidades básicas já não aparecia como problema central, pôde encontrar tanta aceitação no contexto brasileiro (TAVOLARI, 2016, p. 98).

Ainda na academia, é importante considerar algumas participações que foram fundamentais para introdução deste conceito no Brasil: José de Souza Martins, Ermínia Maricato e Pedro Jacobi. Martins, que na década de 1970 promove seminários e cria um grupo de estudos sobre o livro *Direito à Cidade*, de Lefebvre

(1968); Maricato, que na década de 1980 se manifesta pela defesa do direito à terra e da reforma urbana; Jacobi (1986), observa que “O direito à cidade representa, acima de tudo, pensar uma cidade democrática, uma cidade que rompa as suas amarras com o passado” e complementa, com grifos do próprio autor:

Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro (JACOBI, 1986, p. 22 apud TAVOLARI, 2016, p. 99).

A apropriação pelos movimentos sociais do direito à cidade extrapolou a discussões da academia e se espalhou pelo mundo. São vários exemplos: (i) desde a década 1970 até atualmente os vários movimentos urbanos por moradia, urbanizações de favelas, mutirões de autoconstrução têm articulado suas críticas sociais ao reivindicarem moradia e defenderem que diferentes atores sociais possam pensar a cidade como direito. Tais mobilizações culminaram em avanços significativos, como a aprovação do Estatuto das Cidades<sup>29</sup>, e legislações de regularização fundiária; (ii) como em Istambul no ano de 2013, onde uma onda de protestos foi iniciada contra o autoritarismo e a falta de discussão pública sobre um projeto de requalificação urbana do governo, que visava destruir o Parque Gezi, uma última grande área verde de parque da região metropolitana, para construir um *shopping*, um quartel e uma mesquita, e gerou uma situação em que “seus habitantes reivindicavam a participação nos processos de tomadas de decisão sobre a cidade em que vivem”<sup>30</sup>; (ii) Em São Paulo no ano de 2013, em que o Movimento Passe Livre convocou via Facebook os primeiros atos contra o aumento de tarifa, em prol do direito de decidir sobre a política municipal de transportes e por maior transparência pública. Em comum, todos estes movimentos sociais defendem a cidade como direito em suas

---

<sup>29</sup> Lei Federal nº 10.257/2001, no art. 2º, incisos I e II, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis. Esse estatuto regulamenta os artigos referentes à política urbana no âmbito federal (arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 – CF/1988). No Estatuto da Cidade, o direito a cidades sustentáveis é compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I). Trata-se de direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras.

<sup>30</sup> BBC (2013). Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606\\_turquia\\_importancia\\_gezi\\_taksim\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606_turquia_importancia_gezi_taksim_fn)>. Acesso em: 11 set. 2019.

várias dimensões: direito à cidade como direitos humanos, políticos e econômicos, tanto que se articulam para tornar estes direitos reconhecidos internacionalmente pelas Nações Unidas, conforme nos apresenta Rodrigues (2007).

Ouvir as narrativas das comunidades de periferia, seu olhar diante da paisagem e cena urbana ambiental através da cartografia social, propicia fazer emergir a disputa de narrativas na esfera pública, inspirada por Santos (2008) em sua publicação *Da Totalidade ao Lugar*:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais -concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (SANTOS, 2006, p.67).

A opção teórica pelo fenômeno da hibridação cultural de Canclini (2011) trata de indicar caminhos para uma compreensão mais dinâmica e diversa dos processos comunicativos. Considerando as narrativas e apreensão das percepções dos grupos de periferia, pode ser possível sanar lacunas de vozes não escutadas e afirmar a necessidade de identificar as ordens habituais e suas possíveis desconstruções para revelar as rupturas e justaposições entre as noções de cidade tradicional e a cidade insurgente que se viceja nas práticas de comunicação das periferias da cidade de Santo André.

O ponto de partida segue nesta afirmação com base no autor: “Essas rupturas e justaposições culminam em outro tipo de organização dos dados da realidade. A fim de apreender as formas dispersas da modernidade” (CANCLINI, 2011, apud GAGLIETTI; BARBOSA, 2014, p. 6).

A Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades é um ótimo exemplo de participação social para uma educação urbana das cidades, como educação para um olhar crítico sobre as cidades, promovendo de modo global sua plataforma política, onde as cidades são consideradas um bem comum e devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, cumprindo sua função social com espaços públicos, respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente e com economia inclusiva.

No Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade até existe, mas se contradiz com a realidade urbana cotidiana, onde se vê a negação de direitos, em especial, aos “invisíveis” ao processo de planejamento e produção do espaço urbano a partir da leitura e análise de outros direitos e princípios garantidos em convenções ou tratados internacionais e/ou em Constituições Nacionais, como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, ao território, à alimentação e à moradia (CANUTO; GORS DORF, 2007, p. 167).

Considerando os desafios da participação social no Brasil diante da defasagem de informação, escolarização, exclusão digital, mas, ao mesmo tempo, diante do fenômeno global que impacta gerações transmídia (JENKINS, 2008), pode-se afirmar que as periferias das cidades se autoincluíram à sociedade em rede basicamente através das telefonias móveis, conforme dados de acessos à Internet no Brasil. Acessar as mídias digitais nestes espaços de fluxos, como conceitua Castells (1999), tem se revelado desafios de comunicação, assim como, conseqüentemente, às suas efetivas cidadanias, que são ora ativas, ora passivas, bem como suas manifestações e expressões de desejos de cidade:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. [...] Eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social (CASTELLS, 1999, p. 565).

A fim de ler o mundo, as comunidades de periferias habitantes das grandes cidades, que na concepção freiriana são homens e mulheres, crianças, jovens e idosos de múltiplas etnias e singularidades culturais, tem à frente o desafio da inclusão às literacias de mídias e informação, tão incompletas e deficitárias.

Na tradição de planejamentos urbanos das cidades os mapeamentos participativos ainda são raros, seja por desconhecimento, seja pelo fato de certos atores sociais não se interessarem por este tipo de diálogo. Por vezes, apesar de bem intencionadas iniciativas em boa medida, algumas abordagens metodológicas ainda se definem *a priori* a partir de dados estatísticos de fontes secundárias e a participação é tutelada, como se fosse registrar uma fotografia e comunicar à população,

convidando-a a tecer apenas breves comentários, mantendo-a na condição passiva que em nada lhe propiciará alterar sua realidade social.

Garantir os canais de participação social<sup>31</sup> é garantir aos excluídos e classes desfavorecidas seu direito à cidade, fundamental para se compor as arenas públicas de debates e deliberações constitutivas de uma gestão efetivamente democrática. Neste sentido que esta pesquisa se plasma – ao mesmo tempo apreende e estuda os processos de comunicação que pretende adaptar uma tecnologia social tradicionalmente analógica para meio digital, sem abrir mão da participação ativa do público alvo, associando, assim, inovação em literacias de participação.

---

<sup>31</sup> Maria Gloria Cohn em artigo: Teoria sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000100063](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100063)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória e etnográfica, uma Pesquisa-ação que se justifica pela natureza do objeto deste estudo, através de um percurso metodológico composto de: mobilização e articulação, realização de ciclos de oficinas de mapeamento participativo, coleta de dados complementares, análise dialógica e conclusiva dos resultados e elaboração do produto digital (MINAYO, 2009).

Para a aplicação e compreensão do processo desenvolvido faz-se necessário identificar os seguintes aspectos:

- 3.1. A caracterização da abordagem da práxis em estudo;
- 3.2. O cenário e o contexto da inserção socioambiental;
- 3.3. Instrumentos da pesquisa
- 3.4. Os participantes como sujeito desta pesquisa;
- 3.5. Produção do material empírico.

#### **3.1 A caracterização da abordagem da práxis em estudo**

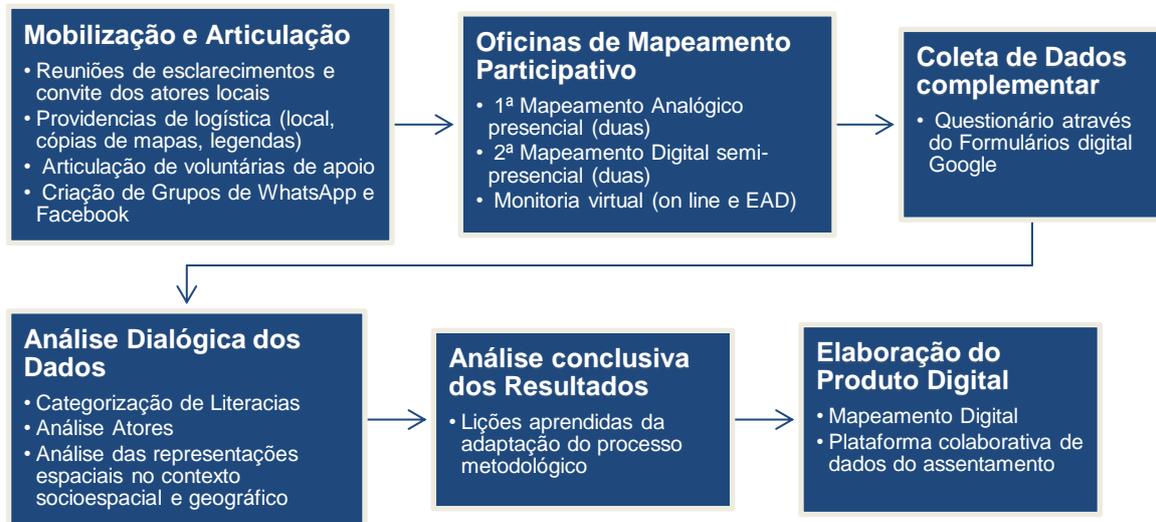
A metodologia pela cartografia social pressupõe um processo de desenvolvimento dialógico, lúdico e sistemático de aprendizagem, a fim de promover uma vivência grupal onde os participantes, através de interações lúdicas, possam habilitar em si suas capacidades de observar, retratar, ilustrar e descrever todos os aspectos observáveis de uma dada realidade local, neste caso, jovens moradores de favela dentro de um parque natural municipal em uma região metropolitana como Santo André.

A cartografia social se propõe, como princípio metodológico, a capacitar e/ou treinar os participantes como atores protagonistas de seus próprios mapeamentos. Para esta pesquisa, pôde-se contar com a experiência da pesquisadora como educadora popular em diagnóstico participativo, para facilitar as quatro oficinas realizadas. Tanto no mapeamento participativo quanto para o mapeamento digital foram realizadas instruções e esclarecimentos quanto ao objetivo (para que mapear), ao método (como mapear), e aos resultados (como se comunicar).

Já a atividade do trabalho específico de campo consiste em uma adaptação do mapeamento participativo (em modo analógico) para um formato inédito de

mapeamento participativo digital a partir do modo analógico, concebida e organizada por etapas sucessivas e cumulativas:

Figura 1 – Percurso metodológico do mapeamento participativo



Fonte: Autora (2019).

Os dados coletados do mapeamento participativo compreendem conteúdos objetivos e subjetivos. Como dados objetivos se compreende os registros de participação quantitativa em cada atividade: reuniões, oficinas, mensagens trocadas, Como dados subjetivos se compreende registros etnográficos, com legendas sugerida e criadas, desenhos, escritas, colagens, imagens digitais (fotografias e vídeos), áudios e observações do diário de campo.

Os insumos foram: a base de uma planta cadastral e uma imagem aérea, ambas na mesma escala de 1:1000 sobrepostas em uma mesa com a disposição de cartelas de legendas impressas, revistas para recortes, canetas hidrocores coloridas, cola bastão e tesourinhas.

Sendo o objeto temático os aspectos socioambientais, coube aos participantes observarem: valores, atitudes, hábitos e representações, extraindo das vivências, das experiências, da cotidianidade, analisando estruturas e instituições a fim de analisar o conjunto das relações interpessoais e da comunicação simbólica. A análise de conteúdo ocorreu por meio das unidades de cada registro, neste caso de cada “mensagem” veiculada, bem como cada expressão gráfica e simbólica grafada na superfície do mapa de referência (em meio papel) e, depois, em meio digital (através

da plataforma <https://storymap.knightlab.com/>), conforme a categorização das territorialidades utilizando o método de interpretação de sentidos.

O resultado final, o mapeamento digital da Pintassilgo, após ser aperfeiçoado e reeditado pelas duas participantes que concluíram, será apresentado aos moradores do Núcleo Pintassilgo diante do contexto socioambiental, com o objetivo de problematizar os desafios diagnosticados e ensejar um debate sobre quais ações comunitárias são possíveis e urgentes de serem realizadas pela comunidade para avançar nas soluções dos problemas identificados e/ou sugerir um novo mapeamento participativo com maior envolvimento de todos os moradores. Conforme a aceitação e interesse para tal agenda prosseguir, esta pesquisadora detalhará uma proposta de intervenção social através de um plano de comunicação socioambiental digital.

### **3.2 O cenário e o contexto da inserção socioambiental**

A favela ou comunidade Pintassilgo, denominada como núcleo habitacional pelo órgão público municipal, ou assentamento precário ou subnormal, como é tratado pelo IBGE, é um dos maiores conglomerados de ocupação irregular da cidade. Segundo o órgão nacional de estatística, em dados aproximados, conforme Censo 2010, são aproximadamente 6.000 habitantes.

O local tem um histórico de ocupação de 37 anos. Atualmente os moradores aguardam o cumprimento de uma ação civil pública, assinada em 2002 junto à Promotoria de Meio Ambiente, que permitirá desafetar (trâmite administrativo e cartorial) a área da ocupação para implementar um projeto de urbanização e reassentamento urbano.

Trata-se de um núcleo urbano informal localizado dentro de um Parque Natural Municipal (UC – Unidade de Conservação de Proteção Integral), em APRM-B, Área de Proteção e Recuperação Ambiental. Por todo este contexto emblemático, fato que demonstra as enormes contradições entre uma legislação rígida contra ocupação e adensamento urbano em uma área de proteção ambiental e manancial, e um crescimento avultoso de moradias precárias que são resultado de uma expulsão da área urbana devido a altos preços da terra e de aluguéis, que exportam para estes territórios mais afastados massas consideráveis de assalariados de baixo poder aquisitivo e desempregados, enquanto não se tem política habitacional que dê atendimento habitacional adequado para a cidade formal.

Os territórios de periferias das grandes cidades, e este é o caso de Santo André, e a condição estabelecida do Núcleo Pintassilgo se sujeitam à condição de “não cidade”, como descreve Maricato (2002), “parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas transporte precário, a luz e a água [...]” (MARICATO, 2002, p.140, grifo nosso). Em seu texto *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, a urbanista reitera que “para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2002, p. 122).

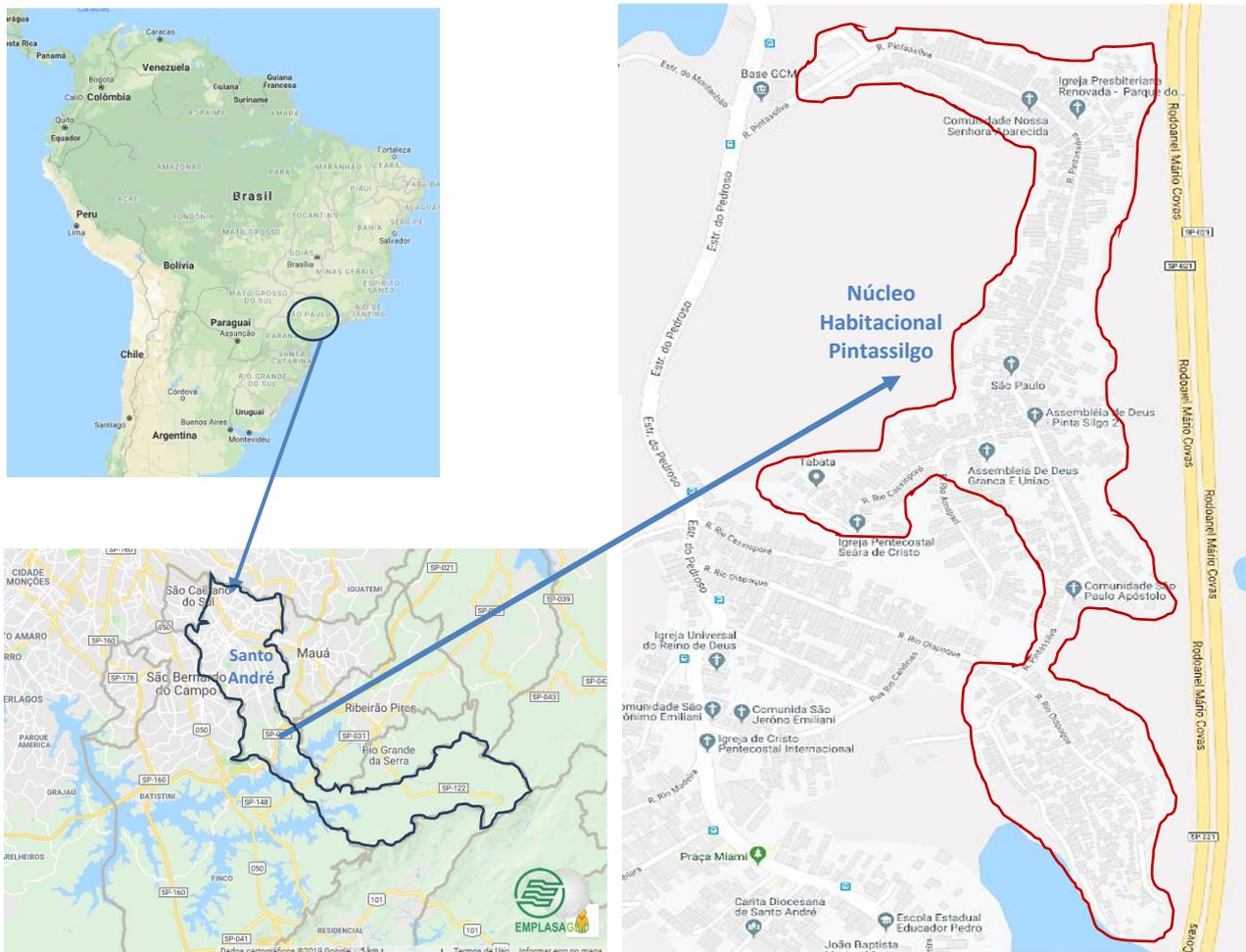
A favela Pintassilva, como muitos moradores costumam chamar, além de estar localizado dentro da área pública municipal do Parque Natural, se localiza às margens do reservatório Billings, ao lado de dois bairros regulares, Parque Miami (com o qual faz divisa), e o Jardim Riviera.

Este é o contexto da realidade socioambiental e desafios desta pesquisa ao envolver jovens moradores na condição de participantes desta pesquisa para o mapeamento digital e suas literacias possíveis.

### **3.2.1 Cartografias oficiais e socioeconômica do Núcleo Pintassilgo**

Os dados secundários foram coletados na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Santo André, a partir de levantamento realizado em 2014-2015, um Diagnóstico Socioeconômico que abrangeu as características físico-urbanísticas, a ocupação e a caracterização social e ambiental a fim de cumprir uma etapa preparatória para elaboração de um projeto de urbanização ao Núcleo Pintassilgo. Um dos resultados mais importantes deste diagnóstico foi detectar a demanda de atendimento aos 1.452 domicílios e/ou famílias, correspondente a 4.572 moradores, em média 3.1487 pessoas por domicílio ou casa.

Figura 2 – Localização do Núcleo Pintassilgo (SP/Brasil)



Fonte: adaptado de Emplasa Ambiental (2019).

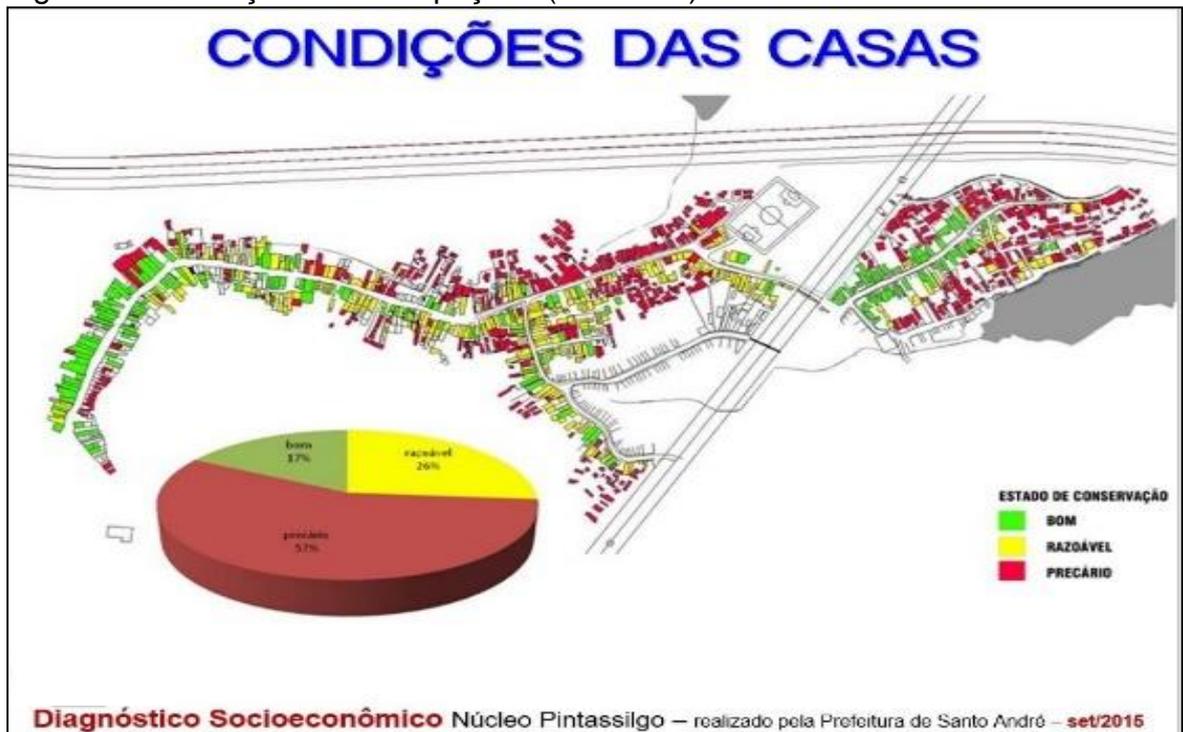
O estudo realizado pela Prefeitura Municipal de Santo André apresenta, sob a forma de leituras cartográficas, dados setorizados socioeconômicos e ambientais, aqui reproduzidos na íntegra apenas para melhor contextualizar sua singularidade-, conforme figuras a seguir:

Figura 3 - Condições ambientais



Fonte: Prefeitura Santo André/ SHARF (contratada Tecton Planejamento e consultoria Ltda.).

Figura 4 – Condições das ocupações (moradias)



Fonte: Prefeitura Santo André/ SHARF (contratada Tecton Planejamento e consultoria Ltda.).

No relatório Diagnóstico do Núcleo<sup>32</sup> Pintassilgo, da Prefeitura de Santo André, os dados do levantamento cadastral informam que, segundo a origem migratória dos chefes de família, apenas 24% das famílias são oriundas da própria cidade, 13% de outras cidades do estado de São Paulo, e a maioria – 56% – de outros estados brasileiros. Tais informações caracterizam de modo clássico o mesmo fenômeno que acontece na região metropolitana de São Paulo e seus mananciais – o fenômeno da expulsão urbana de populações mais vulneráveis, fruto de uma expansão desordenada das populações de baixa renda nas áreas da periferia, em boa medida nas áreas ambientalmente sensíveis, como as áreas de proteção e recuperação dos mananciais, o que agrava e muito a degradação ambiental e os conflitos ambientais, expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento. (ACSERALD, 2004)

Desde o penúltimo cadastramento, realizado com 1.033 domicílios em 2002. Entre 2004 e 2005, com a implantação das obras do Rodoanel, foram removidos 250 domicílios. Ainda assim, em um intervalo de tempo de 10 anos houve um aumento de 419 domicílios na ocupação, cerca de 35 novos domicílios ao ano. Mantendo-se esta mesma tendência para 2019, deve chegar a um aumento de cerca de 175 novas ocupações, atualizando-se para aproximadamente 1.627 domicílios, em torno de 5.122 habitantes, o montante da comunidade. Estes dados apontam para uma estimativa de aumento significativo de ocupações irregulares em cerca de 41%, um grave problema ambiental e social, tendo em vista a existência de um TAC que não consegue se impor em suas exigências legais pela inoperância das políticas públicas de captação de recursos para viabilizar as obras de urbanização.

---

<sup>32</sup> Prefeitura Municipal de Santo André, Tecton (2015).

Figura 5 – Caracterização física e socioambiental



Fonte: Beto Garavello – PMSA. SP

Por fim, o relatório final da Prefeitura de Santo André apresenta resultados da aplicação de uma dinâmica do “mapa falado”, realizada pela equipe de desenvolvimento social da empresa contratada. Este mapa foi objeto de comparação de percepções do território como resultado da Oficina de Mapeamento Participativo realizado pelo trabalho de campo com os jovens moradores da comunidade Pintassilgo.

Figura 6 – Mapa falado: dinâmica de percepções dos moradores



Fonte: Prefeitura Santo André/SHARF (contratada Tecton Planejamento e consultoria Ltda).

### **3.3 Instrumentos da pesquisa**

Segundo Peruzzo (2003), “o pesquisador, não só compartilha do ambiente investigado, mas possibilita que o investigado participe do processo de realização da pesquisa e que os resultados se revertam em benefício do próprio grupo pesquisado” (PERUZZO, 2003, p. 3). Neste sentido, os instrumentos utilizados coadunam com a interação dos saberes do pesquisador e dos participantes, onde o primeiro se insere na qualidade de mediador com papel ativo do acompanhamento à avaliação da pesquisa, bem como da inserção deste no ambiente do fenômeno e/ou do grupo estudado.

Os principais instrumentos aplicados nos trabalhos de campo da pesquisa foram:

- (i) Observação participante através do método etnográfico, fundamental para as apreensões subjetivas e simbólicas trazidas pelos atos criativos das participantes;
- (ii) Análise de conteúdo à partir das narrativas críticas de todos os participantes das duas modalidades das Oficinas (analógica e digital);
- (iii) Diário de campo, no qual foi possível registrar as observações das participantes sobre a temática e analisar o conteúdo à partir das cinco categorias de literacias;
- (iv) Questionário de avaliação da atividade e do desenvolvimento das participantes, sujeitos desta pesquisa;

### **3.4 Os participantes como sujeito desta pesquisa**

Para realizar o planejamento e efetivação das oficinas foram realizadas abordagens com lideranças da comunidade e jovens estudantes das escolas estaduais próximas. Após várias tentativas, definiu-se pela continuação da pesquisa de campo envolvendo exclusivamente o segmento dos jovens estudantes e moradores da comunidade, devido a sua melhor aderência e interesse pelos meios digitais propostos, mais atrativos a este público.

Inicialmente, a expectativa do planejamento da pesquisa foi considerar como ponto de partida o apoio das lideranças da comunidade, tendo em vista o trabalho profissional atentando para o processo de desenvolvimento comunitário ao longo dos 13 anos de atuação da pesquisadora na região. Na etapa preliminar aos trabalhos de

campo, considerou-se que haveria uma pronta aprovação e disponibilização – da parte daquela população – para a realização da atividade do mapeamento participativo, visto que a possibilidade de mobilização significaria, a priori, benefícios consideráveis para as partes envolvidas (pesquisadora e comunidade) a serem utilizados posteriormente. Não foi o que ocorreu. E isso se avaliará mais adiante nas conclusões finais.

Diante desta inflexão, que inclusive foi discutida junto à banca de qualificação deste trabalho, a pesquisadora valeu-se de outra estratégia para continuar as atividades no mesmo território escolhido para a pesquisa, adequando a amostra para outra faixa etária, no caso, os jovens (entre 15 e 29 anos) moradores da mesma comunidade. A escolha se deu pela expectativa desses sujeitos-participantes da pesquisa estarem, em sua maioria, na condição de estudantes, o que indicaria a possibilidade de estarem um pouco mais interessados e abertos às novas experiências e aprendizados do que o público anteriormente definido, ainda mais se por se tratar de um tema que envolve tecnologia digital. Felizmente, esta escolha se mostrou assertiva, como será visto ao longo desse trabalho.

Os dados coletados do trabalho de campo, neste caso, a aprendizagem social e generosa do desejo de intercambiar visões e impressões do lugar onde se reside, demonstraram que o resultado e o processo são, ao mesmo tempo, um só. O ato de “fazer e saber” compartilhado é tão importante para o processo dialógico quanto para o cidadão. Com dito por Paulo Freire:

A dialogicidade é uma exigência da natureza humana, de um lado: de outro, um reclamo de opção democrática do educador. No fundo, não há comunicação sem dialogicidade e a comunicação se acha o centro mesmo do fenômeno vital. É neste sentido que a comunicação é, a um tempo, vida, a outro, fator de mais vida. Mas, se a comunicação e a informação se dão ao nível da vida sobre o suporte, imaginemos sua importância fundamental e, portanto, a da dialogicidade na experiência ao nível da existência humana no mundo (FREIRE, 2012, p. 122).

Dito de forma mais clara, os procedimentos da coleta são os próprios dados, que serão descritos a seguir.

Em meados de abril de 2019 com visitas domiciliares a lideranças comunitárias, em sua maioria adultos e idosos com experiência na organização comunitária, seja assistencial, religiosa ou da associação de moradores.

Nesta abordagem houve uma explicação sobre os objetivos da pesquisa de modo sucinto, na expectativa de agendar uma reunião onde fosse possível juntos, pesquisadora e participantes, planejar a atividade de mapeamento participativo que envolvesse toda a comunidade. Em comum acordo, a pesquisadora montou um grupo de mensagens no aplicativo *WhatsApp* para definição conjunta de data e local. A reunião foi realizada, mas contou com apenas duas pessoas. Após refletir em grupo sobre o motivo da evasão dos demais, elas avaliaram que “as pessoas estavam muito desanimadas, muito decepcionadas, justamente com a falta de participação e apoio de todos”. Alguns ausentes justificaram, mas a maioria não demonstrou nenhum interesse.

Diante desta resposta negativa do público adulto-idoso, a pesquisadora decidiu selecionar outro público-alvo que pudesse estar mais familiarizado com o tema que envolve tecnologia digital e seu potencial interesse: os jovens de 15 a 29 anos<sup>33</sup>. A escolha se deu pela expectativa desses sujeitos-participantes, em sua maioria, na condição de estudantes, estarem um pouco mais interessados e abertos às novas experiências e aprendizados que o público anteriormente definido.

Cabe ressaltar que a escolha pelo público jovem também foi guiada pelo estabelecido no artigo 4º da Lei Federal 12852 de 2013, sobre o seu direito à participação social:

Art. 4º. O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; [...] (BRASIL, 2013, p. 2).

O Quadro sintetiza os diferentes grupos de interação envolvidos com a pesquisa e suas respectivas quantidades de pessoas envolvidas.

---

<sup>33</sup> Conforme tipificado da Lei Federal 12.852/2013 em seu Artigo 1º “§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

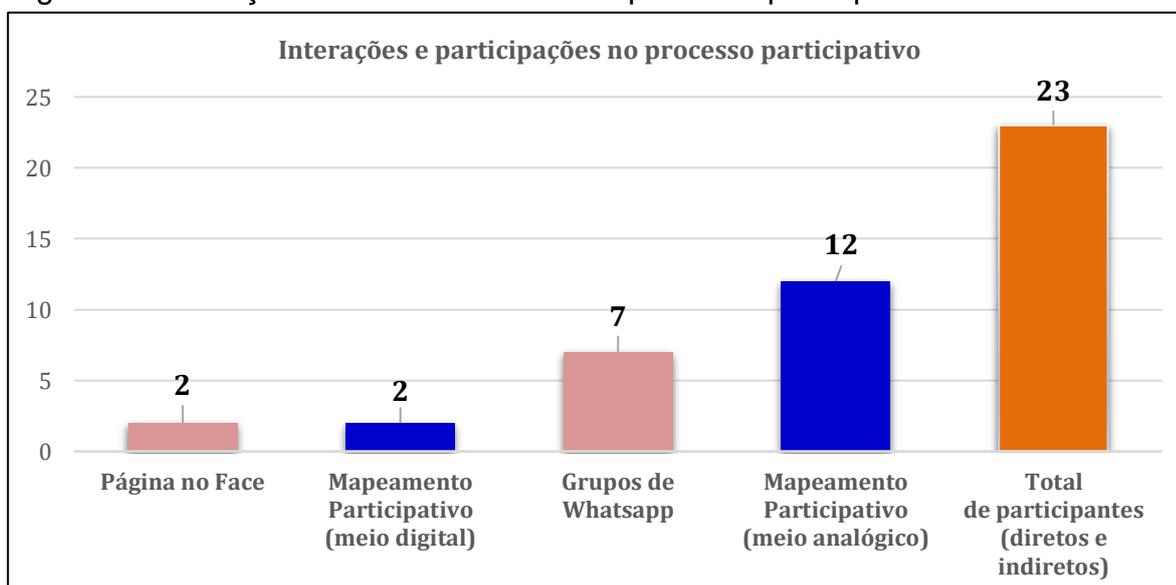
Quadro 2 – Lista de grupos de interação com a pesquisa

• Grupo de lideranças comunitárias (inicial que não prosseguiu)	12 membros
• Grupo de jovens, estudantes, moradores (Oficina Mapeamento Participativo)	13 membros
• Grupo de jovens, estudantes, moradores e voluntários (Oficina Mapeamento Participativo Digital)	02 membros
• Página no Facebook (interação e subsídios)	09 seguidores em média
• Grupo de apoio voluntário de acadêmicos da USCS, da FAU-USP e da UFABC	05 membros

Fonte: Autora (2019).

Para a pesquisa participante, o gráfico da Figura 7 se refere à natureza da pergunta ou do objeto que se articula com seus participantes, devidamente acompanhados por observação igualmente, principalmente quando, de modo empírico, adotam a interlocução com atores sociais em um território determinado, como no caso das oficinas de mapeamento participativo. Exige uma cuidadosa observação do trabalho de campo, principalmente quanto aos registros das expressões e narrativas, pela intensidade dos fenômenos, onde as singularidades e seus significados sob a ótica dos sujeitos, das relações que estão presentes e de suas interconexões na abrangência de seu cotidiano e suas relações sociais e culturais.

Figura 7 – Interações realizadas em todo o processo participativo



Fonte: Autora (2019)

Neste sentido, os jovens moradores do núcleo Pintassilgo, o grupo dos sujeitos, desta pesquisa foi sendo constituído durante o processo participativo, sintetizado no Gráfico 1. Inicialmente, contou-se com 23 jovens, estudantes e moradores do Núcleo Pintassilgo que participaram de vários encontros explicativos sobre os objetivos da pesquisa e o propósito das oficinas de mapeamento participativo. Destes, 12 participaram da primeira oficina de mapeamento presencial e 2 participaram da segunda oficina de mapeamento digital, que se configurou no resultado final da atividade de campo desta pesquisa.

### **3.5 Produção do material empírico**

As narrativas e literacias observadas se desenvolveram em ambientes diferentes, ora presencial e ora virtual. As oficinas participativas com o mapa de papel (analógicas) trouxeram observações das mais sensíveis, pela qualidade das informações e pelos aspectos pouco conhecidos até para boa parte de seus moradores. Os jovens relataram com muita desenvoltura e riqueza de detalhes de seu cotidiano, como as atividades de lazer, estabelecimentos comerciais e religiosos, bem como a relação dos moradores com os animais silvestres e a mata atlântica limdeira de suas casas, as necessidades de manutenção do saneamento básico e áreas de risco geológico e de risco às margens da represa Billings. Os resultados foram bem significativos, considerando o contexto urbano-ambiental, e seu grau de percepção socioambiental se mostrou abrangente, crítico e surpreendente.

#### **3.5.1 Diário de Campo sobre desenvolvimento junto aos participantes-sujeitos**

A pesquisadora fez a segunda abordagem, desta vez com o público jovem, estudantes moradores da comunidade, como outra forma de entrada de campo, que lançou mão da relação institucional com as escolas estaduais que atendessem o ensino de segundo grau da região. Com o apoio das coordenações pedagógicas locais, a pesquisadora realizou reuniões rápidas dentro da escola, explicando o projeto de pesquisa e convidando-os a participar das atividades do mapeamento. Os que desejaram participar preencheram uma lista de presença, com telefones celulares, para posteriormente serem contatados e orientados quanto às datas e locais das oficinas.

Após a criação do vínculo necessário entre pesquisadora e participantes da pesquisa, conforme concordância e adesão, foi criado outro grupo de mensagens (no

aplicativo *WhatsApp*), com objetivo de ser o meio facilitador da comunicação grupal à qual todos tinham acesso. Através destes grupos possibilitou-se a criação do vínculo e a mobilização para convidar participantes para as atividades presenciais. A seleção ocorreu pelo critério particular dos convidados ao se sentirem com maior interesse ou motivação em participar.

Simultaneamente, houve outro esforço da pesquisa - identificar voluntários que pudessem atuar como apoio logístico e organizacional para que a pesquisadora pudesse estar mais disponível para realizar o trabalho da pesquisa e realizá-la de modo mais adequado. Para tanto, foi constituído, mais um grupo de mensagens no aplicativo *WhatsApp*, desta vez com voluntários e voluntárias.

O processo participativo com os sujeitos da pesquisa se realizou de modo presencial com quatro Oficinas de Mapeamento, sendo duas para a fase preparatória de levantamento de dados e outras duas para digitalizar, de modo a buscar referências de imagens digitais, redigir legendas e explicações.

O planejamento e a execução seguiram conforme Figura 8 a seguir.

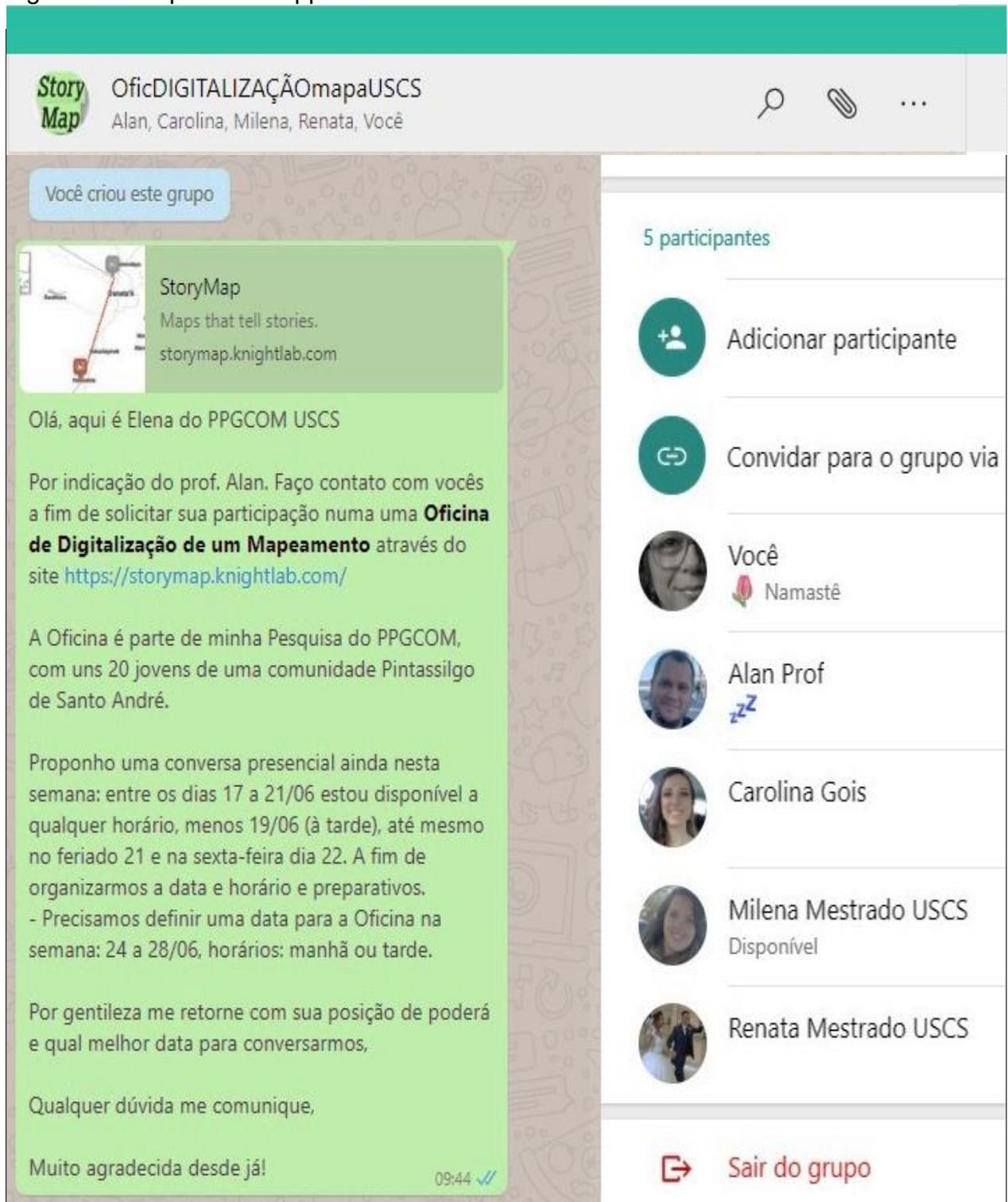
Figura 8 – Percurso da aplicação do trabalho no campo

1ª Ciclo de Oficinas de Mapeamento Participativo (análogo)	2ª Ciclo de Oficinas de Mapeamento Participativo (digital)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MOBILIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li>• Visitas domiciliares à lideranças comunitárias;</li> <li>• Abordagens de divulgação nas escolas com alunos do ensino médio moradores do Núcleo Pintassilgo;</li> <li>• Abordagens de articulação através de grupos de <i>WhatsApp</i>;</li> <li>• <b>Período:</b> 04/06 a 23/06/2019.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MAPEAMENTO PARTICIPATIVO</b></li> <li>• Realização da atividade com o 1º grupo;</li> <li>• Realização da atividade com o 2º grupo, complementar;</li> <li>• <b>Período:</b> 24 a 25/06/2019.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MOBILIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b></li> <li>• Abordagens de motivação e divulgação através dos grupos de <i>WhatsApp</i> e telefonemas;</li> <li>• <b>Período:</b> 25/07 a 28/07/2019.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MAPEAMENTO PARTICIPATIVO</b></li> <li>• Realização da atividade, retomada analítica do mapeamento;</li> <li>• Realização da prática de confecção e inserção de dados no Laboratório de Geotecnologia;</li> <li>• Realização de tarefas complementares <i>on line</i> à distância de modo assistido;</li> <li>• Questionário de avaliação da atividade e participação;</li> <li>• <b>Período:</b> 01 a 07/08/2019.</li> </ul>

Fonte: Autora (2019).

Nas figuras a seguir, as evidências da forma de comunicação e interação adotada para as mobilizações de todas as atividades desenvolvidas pela pesquisa, através da criação dos grupos de *WhatsApp*.

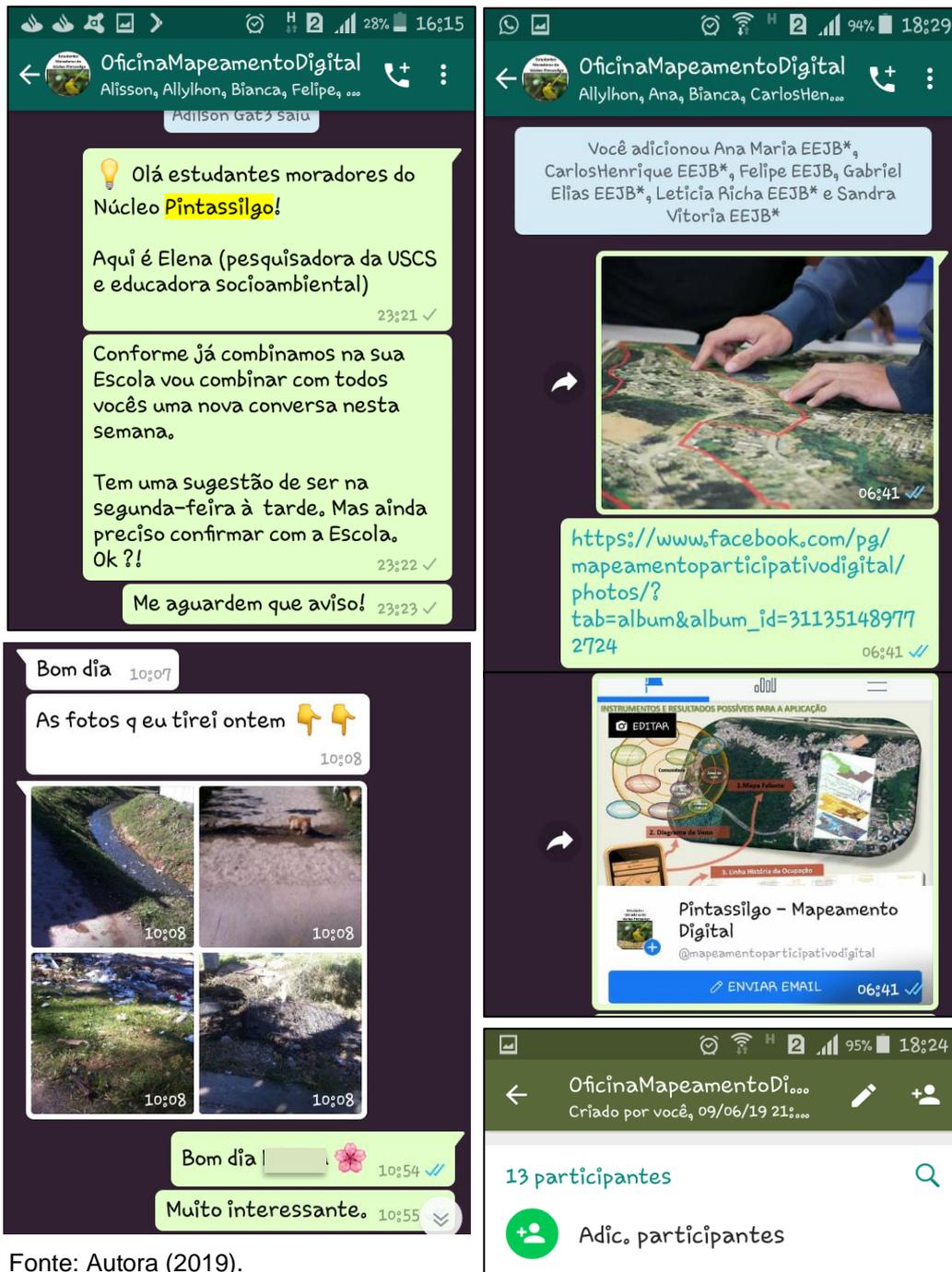
Figura 9 – Grupo WhatsApp de voluntários da USCS



Fonte: Autora (2019).



Figura 11 – Grupo de jovens, estudantes, moradores



Fonte: Autora (2019).

A participação dos voluntários ocorreu conforme uma escala de dias, horários e tipos de apoio: arrumação da sala, de um lanche, arrumação de todos os materiais e insumos, registros de fotografia e filmagens. Para a primeira Oficina de Mapeamento Participativo (analógico) foi possível contar com o apoio de uma arquiteta paisagista com experiências em atividades participativas e uma graduanda, também de

arquitetura, ambas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Para a segunda Oficina do Mapeamento Participativo houve a colaboração de aluna da pós-graduação de Comunicação da USCS, agregando mais experiência na plataforma do mapeamento digital. E para as Oficinas do Mapeamento Participativo (digital) houve a contribuição de dois alunos da graduação de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do ABC (UFABC), que estavam envolvidos num trabalho de percepção ambiental na mesma comunidade.

A fim de manter contato com as escolas estaduais para inicialmente solicitar apoio à mobilização dos jovens moradores da comunidade, a pesquisadora manteve contato com a ONG SIADES<sup>34</sup>, que, naquele momento, já estava realizando divulgação de atividades de educação ambiental com os mesmos jovens daquela comunidade. Pesquisadora e pesquisados se reuniram conjuntamente com as coordenações pedagógicas e diretoria da Escola Estadual Educador Pedro Cia, e Escola Estadual João Batista Maringo, ambas localizadas no bairro Jardim Riviera.

A dinâmica foi entrar nas salas de aula, com autorização dos professores, apresentar-se brevemente e perguntar quem, dentre os presentes, era morador do Núcleo Pintassilgo para, então, fazer um convite para um bate-papo, que seria realizado em outro momento dentro da escola. Assim, as abordagens que foram feitas nas escolas se apresentaram bem distintas da participação, quanto ao interesse pela atividade da pesquisa e comprometimento posterior.

Na Escola Estadual João Batista Maringo (com regime de aulas em meio período) os jovens participantes estavam mais interessados em sair da sala de aula, e de modo geral pouco atentos ao critério do convite específico aos moradores da comunidade. No entanto, no diálogo possível, dada a circunstância de agitação entre eles, cerca de 30 jovens, foi possível cumprir o protocolo de apresentar a proposta da pesquisa, passar a lista de presença, e pactuar as comunicações através dos grupos de mensagens. Apesar das movimentações dentro da sala, foi possível capturar as peculiaridades daquele grupo, como o interesse em teatralizar, detectado de improviso ali mesmo nas situações de entrevistas entre eles. Outro fator positivo foi a descoberta de que entre eles havia um blogueiro com muitos seguidores.

---

<sup>34</sup> **Instituto Siades** - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público voltada a ações socioambientais que visam o desenvolvimento sustentável. Disponível: <<http://www.institutosiades.org.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

Na Escola Estadual Educador Pedro Cia (com regime de aulas em tempo integral), a articulação para uma conversa entre a pesquisadora e os jovens interessados ocorreu de modo diferente - a diretoria e a coordenação pedagógica decidiram que elas agendariam a data, horário e local da primeira conversa, e assim se realizou, com a presença de 12 jovens. A conversa se deu de um modo tranquilo e instigante. Muitos realizaram perguntas a respeito do mapeamento participativo, como, por exemplo, “para que serviria à comunidade?” e “como eles poderiam se envolver mais?”, mostrando-se muito interessados.

Figura 12 – Participantes da reunião na EEEPC



Fonte: Autora (2019).

Figura 13 – Convite de divulgação das Oficinas de Mapeamento Participativo

<p><b>EEE Pedro Cia</b> Estrada do Pedroso, 5393 Pq. Miami, Santo André, SP Fone: 4455.9971</p>  <p>Escola Estadual Educador Pedro Cia</p>	<p><b>Dia 25/06</b> (terça-feira)</p> <p><b>Manhã</b> (8h30-11h00)</p> <p><b>Local:</b> Sala de aula</p>	<p><b>Oficina de Mapeamento Participativo</b></p> 
<p><b>Com Alunos e Alunas</b></p> 	<p><b>Dia 26/06</b> (quarta-feira)</p> <p><b>Manhã</b> (8h30-11h00)</p> <p><b>Local:</b> Sala de aula <b>COM</b> <b>COMPUTADORES</b></p>	<p><b>Oficina de Mapeamento Digital</b></p> 

Fonte: Autora (2019).

### 3.5.2 As Oficinas de Mapeamento Participativo (em meio analógico)

Foram realizadas duas oficinas com dois grupos diferentes, sendo que o resultado da primeira foi indutor de complemento e finalização para a outra, gerando um único registro de documental no dia 29/06/2019.

A ambientação se realizou em uma sala de aula, com lista de presença e autorização para uso de imagens e participação na pesquisa. Os materiais utilizados foram: uma planta cadastral impressa em dimensões de 1m x 1:30, com localização específica do Núcleo Pintassilgo; uma imagem aérea ortofoto em dimensões de 1m x 1:30cm; outros mapas extraídos do *Google Maps* impressos em A3 para servir de referência na escala regional mostrando os bairros do entorno; uma cartela de legendas tematizadas (ambientais, sociais, artes, lazer, comerciais, saneamento, etc.); revistas para recortes, canetas hidrocores e etiquetas adesivas de diversas cores; imagem área ampliada da cidade; e lona, gentilmente cedida<sup>35</sup>.

A facilitação do mapeamento participativo ficou a cargo da pesquisadora, que precisou criar as condições favoráveis para a atividade. Desta forma, conduziu o grupo a responder a partir das seguintes coordenadas: (i) inclua neste mapa o que ainda não aparece e que seja interessante mostrar para outras pessoas que não moram neste lugar que só vocês sabem; (ii) utilizem o meio que desejarem pra compor as legendas, podem ser recortes, etiquetas adesivas, escrever ou sinalizar; (iii) ao final, observem o todo e vejam se este mapa fala sozinho (por si só, sendo autoexplicativo). No desenvolvimento, os participantes foram estimulados a emitirem suas opiniões, suas indicações e posicionamentos no mapa. A facilitadora era acionada apenas para esclarecer dúvidas ou para colaborar anotando no mapa para auxiliar os mais tímidos.

No registro documental das imagens captadas é possível observar a surpresa e a atração que os mapas em maior escala do que nos livros escolares causaram, gerando atenção e grande interesse nos participantes em se localizarem no mapa, como sinal de pertencimento ao lugar, e, depois, aumentaram a escala da observação, querendo compreender a comunidade como um todo e os bairros do entorno no compartilhamento com demais colegas, para, na sequência, se familiarizarem adentrando nos detalhes das referências dentro do mapa da comunidade.

---

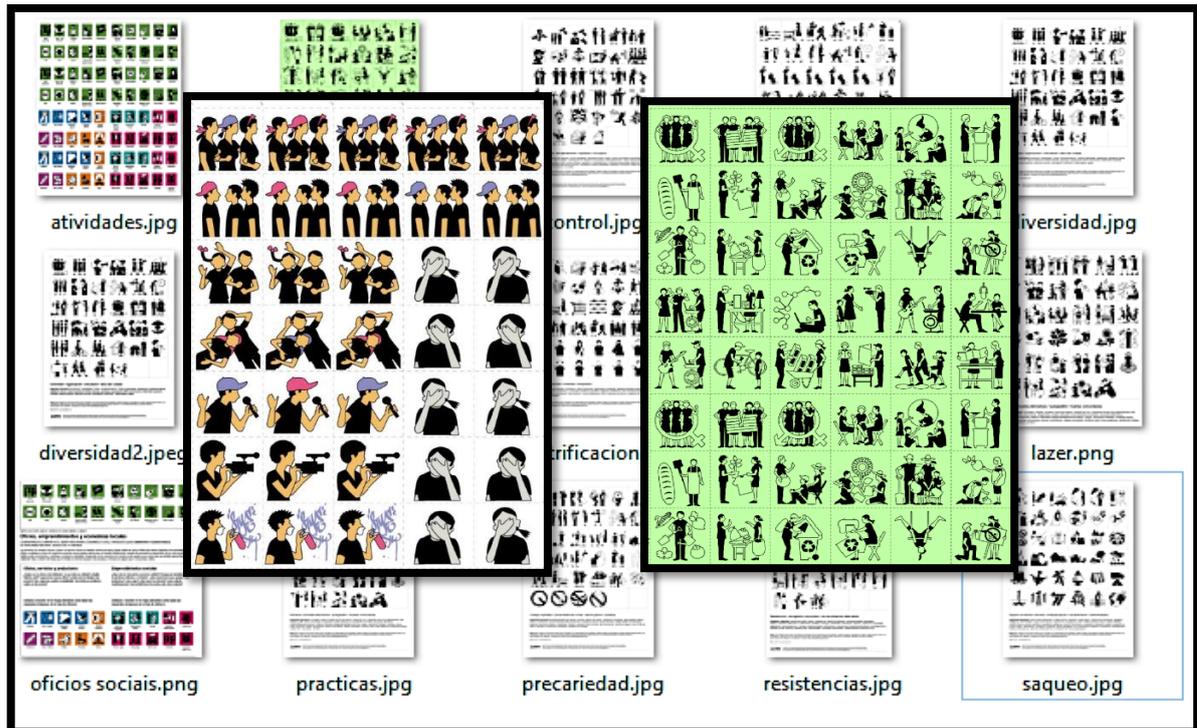
<sup>35</sup> O mapa cadastral do Núcleo Habitacional e a imagem aérea foram cedidas gentilmente para uso da pesquisa pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, e a lona com imagem ampliada da cidade foi cedida pela Gerência de Educação e Mobilização Ambiental do SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental de Santo André.

Com o primeiro grupo, com 13 participantes, a atividade foi mais fluída e inconstante, a sala ficou aberta à participação dos estudantes de toda escola, e estes se revezaram por intervalo de tempo. Um grupo de moradores do entorno quis participar e registraram suas impressões no mapa regional. Entretanto, o grupo de moradores da comunidade foi o que mais interagiu entre si e com a pesquisadora, demonstrando grande despojamento para o compartilhamento e troca de informações do lugar social deles. Foram momentos ricos de detalhes, cheios de histórias surpreendentes: colegas moradores da mesma rua desconheciam detalhes citados pelo vizinho, ou mesmo a história de um cemitério clandestino “com lápide e tudo”. As descrições do ambiente natural, como a forte presença da mata e da Represa Billings ganharam maiores destaques espontaneamente. Muitos problemas de saneamento ambiental foram demarcados com grau de urgência e indignação. Outros pontos citados foram as interferências sonoras, como a da rodovia do Rodoanel, e as ruas com pavimentos precários. As descrições de instituições que oferecem serviços religiosos, comerciais e educacionais foram facilmente anotadas. O período da realização da atividade foi das 8h30 às 12h00.

No segundo grupo participaram dois jovens e dois professores das disciplinas de Sociologia e de Química, que ficaram apenas no início da oficina. Após uma introdução com objetivos e apresentação do trabalho do grupo anterior, os participantes se dedicaram a dar mais vivacidade e complementar com maior riqueza de detalhes, aumentando as legendas, os recortes e as anotações, inclusive a malha viária, para melhor localização entre as ruas oficiais. Houve momentos de grandes descobertas de setores onde as moradias são mais precárias, trecho conhecido como “fazendinha” dentro da comunidade, de afogamentos nas margens da represa, de trabalhos de educação ambiental promovidos por entidades assistenciais e religiosas. Também houve relatos de histórias que avós contavam do lugar, como a queda de um avião monomotor e lagoas bem no topo do morro mais alto no meio da mata. Por razão de características socioeconômicas melhores do que o grupo anterior, um celular conectado ao *Google Maps* foi utilizado para checar informações durante a atividade, demonstrando, na prática, o caráter híbrido das possibilidades do desenvolvimento deste mapeamento participativo. Abaixo, o registro dos melhores momentos do mapeamento participativo. A análise deste conteúdo se fará no próximo capítulo.



Figura 15 – Resumo das legendas utilizadas no mapeamento participativo



Fonte: Manual de Mapeamento Coletivo - Iconoclasitas (Argentina).

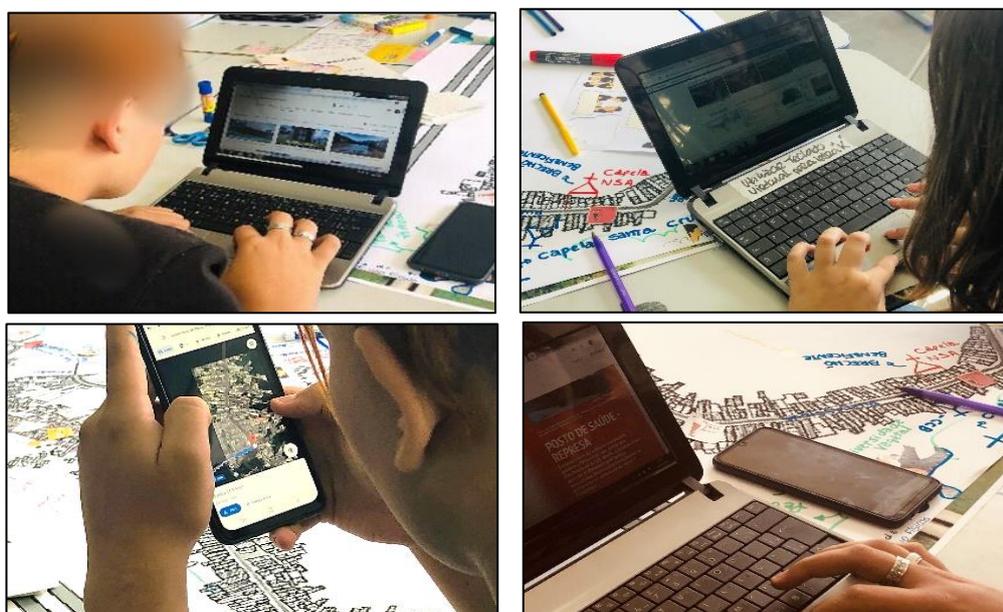
Cabe salientar que, conforme as orientações do Mapeo Coletivo<sup>36</sup>, a pesquisadora selecionou as legendas com temáticas preestabelecidas antes da atividade, a fim de oferecer subsídios para maior facilitação da aplicação pelos participantes da pesquisa. Na coletânea variada foram elencados: temas de saneamento e poluição, organização comunitária, atividades recreativas e esportivas, mobilidade urbana, juventudes, etc. Após a decisão do que mapear por cada participante, este escolhia a legenda conforme a codificação mais representativa, após isso, a legenda era recortada e colada, neste ato georreferenciada analogicamente. Embora houvesse grande variedade de temas e subtemas, a coletânea de legendas não foi suficiente para a diversidade do imaginário e subjetividade entre os participantes, principalmente para os temas ambientais e sociais, por isso, lançou-se mão dos desenhos, colagens de revistas e sinalizações escritas. Neste sentido, foi acertada a decisão da facilitação em oferecer inúmeros instrumentos lúdicos como subsídios.

<sup>36</sup> Manual de Mapeamento Coletivo (Argentina). Disponível em: [http://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/?utm\\_medium=website&utm\\_source=archdaily.com.br](http://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br) Acesso em 13 de nov. 2018

### 3.5.3 As Oficinas de Mapeamento Participativo (em meio digital)

É necessário registrar que houve uma experiência de início da digitalização dos itens legendados pelo mapeamento analógico entre dois participantes da EEEPC. Com o apoio de *laptops* da escola e uma conexão via *wi-fi*, pôde-se apenas introduzir as orientações iniciais de acesso e inserção de dados na plataforma do laboratório *Knight Lab* da Northwestern University, mantido por uma equipe de tecnólogos e jornalistas que trabalham no avanço da inovação da mídia por meio de exploração e experimentação, localizada em Chicago, San Francisco - EUA, e disponível através do link <https://storymap.knightlab.com/select/>. A atividade foi iniciada com orientações básicas de funcionamento da plataforma, iniciando a observação participante para as MIL envolvidas. Houve, por parte dos alunos, o desenvolvimento prático de confeccionar dois PINs<sup>37</sup> (localizador ou indicação de lugar no mapa para um dado destaque). No entanto, não houve condições de avançar nos trabalhos, pois a conexão com baixa qualidade não permitia navegação e inserção de imagens na plataforma. Nesta oportunidade, se encerrou a atividade com uma breve avaliação dos participantes.

Figura 16 – Mapeamento Participativo Digital: 1ª etapa



Fonte: Autora; Carolina Góis (2019).

<sup>37</sup> Para atividades georreferenciadas se utiliza um PIN (Personal Identification Number)  como descrição de coordenadas cartográficas e identificação de um lugar no mapa. Disponível em: <<https://es.dreamstime.com/imagenes-de-archivo-mapa-del-vector-con-el-indicador-del-perno-image33383964>>. Acesso em: 15 set. 2019.

Após as férias escolares de julho foram realizados novos esforços de sensibilização e mobilização, através do grupo de WhatsApp, para a nova agenda de oficinas. Mesmo com o apoio dos alunos da UFABC, apenas duas jovens da mesma escola de ensino médio (Escola Estadual Educador Pedro Cia) se voluntariaram com a disponibilidade após as 17h30 e considerando o tempo de deslocamento entre o bairro e o laboratório de informática da UFABC, gentilmente cedido, o período da realização ocorreu, em média, das 19h00 às 21h30.

Com o grupo participante inesperadamente reduzido a apenas duas participantes, deu-se prosseguimento ao desenvolvimento da pesquisa. Incorporando ao grupo dois observadores, alunos da graduação de Engenharia Ambiental, após a inclusão das duas participantes, houve a necessidade de se realizar nova introdução da realização das etapas anteriores e equalizar as informações acerca do território, com seus resultados já registrados no mapeamento participativo digital. Esta segunda etapa do mapeamento participativo digital desta vez se iniciou em condições muito mais adequadas para a navegação, devido ao acesso à Internet dedicada.

Após a equalização das informações acerca do uso da plataforma digital a ser utilizada, por sugestão da facilitadora-pesquisadora se realizou uma seleção dos pontos descritos no mapa pelo critério dos mais significativos e não repetidos. Na sequência, foram numerados todos os pontos com suas respectivas legendas no mapa (analógico), ao todo listando 29 PINs. A partir deste levantamento, fez-se uma distribuição de tarefas para a digitalização das informações entre as duas participantes. Desta vez, se estabeleceu o critério sugerido por elas, de distribuição para a confecção de PINs conforme a familiaridade com os subtemas envolvidos e, durante a confecção dos PINs (georreferenciamento do PIN, editoração da manchete, descrição da temática, créditos, edição gráfica das cores e letras), o mapeamento acabou sendo finalizado com 15 PINs representativos para fins deste experimento de pesquisa.

No intervalo entre a segunda e a terceira etapa (final) do ciclo das oficinas, as participantes sugeriram experimentar continuar trabalhando em casa, acessando de seus próprios computadores e redes de Internet por celular. A facilitadora-pesquisadora elaborou um manual simplificado para orientação de inserção de dados dos PINs, assim como realizou assistência *on-line*, no horário noturno e no fim de semana, conforme a solicitação à distância para o aprendizado de inserção de dados na plataforma digital.

Figura 17 – Grupo de articulação do mapeamento participativo digital

**2ª DIGITALIZAÇÃO Mapeo**  
 B [nome], Marcelo, Renan, Vero  
 2 DE AGOSTO DE 2019

As mensagens enviadas a este grupo agora estão protegidas com criptografia de ponta a ponta. Toque para obter mais informações.

Você criou o grupo "2ª DIGITALIZAÇÃO Mapeamento"

Olás pessoas! ☀️ espero que vc esteja bem! 20:20 ✓

Conforme combinado criei este Grupo para nos organizarmos para a continuidade da Oficina de Digitalização do Mapeamento Socioambiental do Núcleo Pintassilgo. 20:21 ✓

Após as inserções básicas dos PINS,  
 1. Escolha da Imagem (foto ou vídeo)  
 2. Editar a Manchete e Descrição, com Créditos das imagens ou dado-informação.  
 3. Inserir o PIN (localização no Mapa)

É bom EDITAR olhando o MAPA COMO UM TODO e analisar se este Mapa, com sua disposição dos PINS, no modo PREVIEW e desde o INÍCIO (localizado no 1º slide) e passando com a setinha à direita) se o MAPA esta CONSISTENTE para FALAR para CONTAR para outros esta NARRATIVA que vocês criaram!!

Vejam se não falta ALGO MAIS, como mais algum PIN (foto ou vídeo) que vocês queiram inserir. Exemplo: vídeo com imagens aéreas do drone (@Renan UFABC ou o

Pintassilgo  
 boa noite 19:05

Boa noite Fran 19:06 ✓

Pintassilgo  
 só para confirma fiquei com os pins: 3 – associação; 10 – fazendinha; 15 – vazamentos; 18 19 20 – campo, praça, caçamba ? 19:09

Fran os seus PINS são : 03, 9,10,11,15,18,19,20,24 19:10 ✓

Bia são os PINS: 2,6,8,14,17,23,25,26,27 19:11 ✓

Alguns PINS foram agrupados mas é só checar o Mapeamento em Papel cuja imagem está no Google Drive. 19:12 ✓

EEPC  
 @Eleninha podemos esperar o calendário da escola pra te avisar 23:04

No máximo até terça feira à noite 23:04

Sim, claro! 23:07 ✓

3 DE AGOSTO DE 2019

UFABC  
 Bom dia, pessoal! Estou aqui pra auxiliar no que conseguir, é só me avisar antes 10:48

Estou tentando disponibilizar aquela imagem de drone também 10:48

Aí vem, o requinte da Edição, se quiserem e puderem, que é harmonizar cores de fundo, checar a correção ortográfica, etc.

Mas se não der pra chegar até aqui, Podemos ir conversando ao longo da semana para estes ajustes.

Fiquem tranquilas!! façam no seu tempo. ☀️👍 09:13 ✓

New video by Eleninha sp photos.google.com 09:31 ✓

<https://photos.app.goo.gl/mASwvz4VJz7CXRCj7>

Dicas de ajustes dos PINS 👍👍

Fonte: Autora (2019).

Figura 18 – Página no Facebook para motivar a interação e migração de arquivo

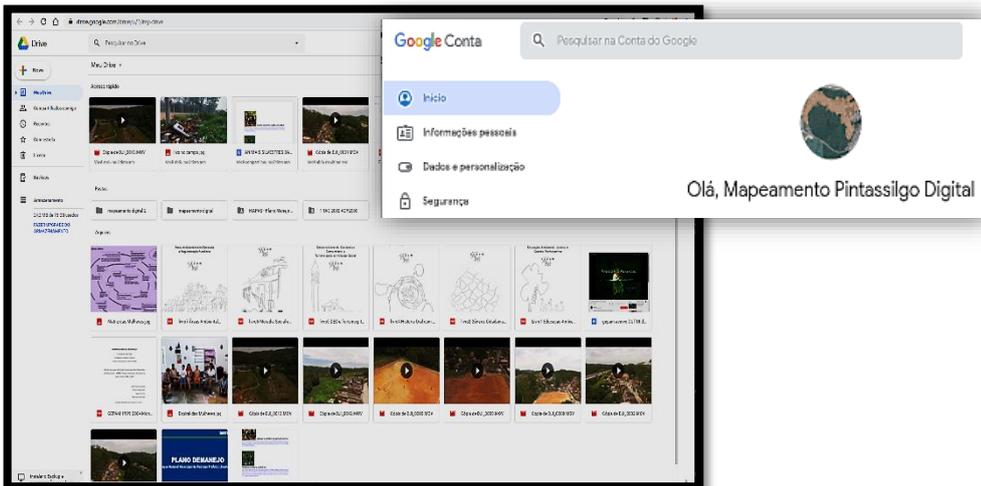
The image shows a Facebook page for 'Pintassilgo - Mapeamento Digital'. The page layout includes a top navigation bar with options like 'Página', 'Caixa de Entrada', 'Geren...', 'Notificações', 'Informações', 'Ferra...', 'Mais', 'Configurações', and 'Ajuda'. The main content area features a large image with a satellite map and a Venn diagram. The Venn diagram has three overlapping circles labeled 'Comunidade', 'Espaço', and 'Áreas de lazer'. Below the map, there are labels '1. Mapa Falante' and '2. Diagrama de Venn'. The page also has a left sidebar with navigation options like 'Publicações', 'Avaliações', 'Vídeos', 'Fotos', 'Sobre', 'Comunidade', 'Ofertas', and 'Gerenciar promoções'. A post from July 5th is visible, titled 'Projeto: Mapeamento Digital Pintassilgo' and 'ESTÃO TODXS CONVIDADXS A PARTICIPAR :0'. The post text describes a collaborative and participatory project for young residents. At the bottom of the post, it says '9 Pessoas alcançadas' and '4 Envolvimentos'.

Fonte: Autora (2019). Disponível em:

<[https://www.facebook.com/mapeamentoparticipativodigital/?modal=admin\\_todo\\_tour](https://www.facebook.com/mapeamentoparticipativodigital/?modal=admin_todo_tour)>. Acesso em: 15 set. 2019.

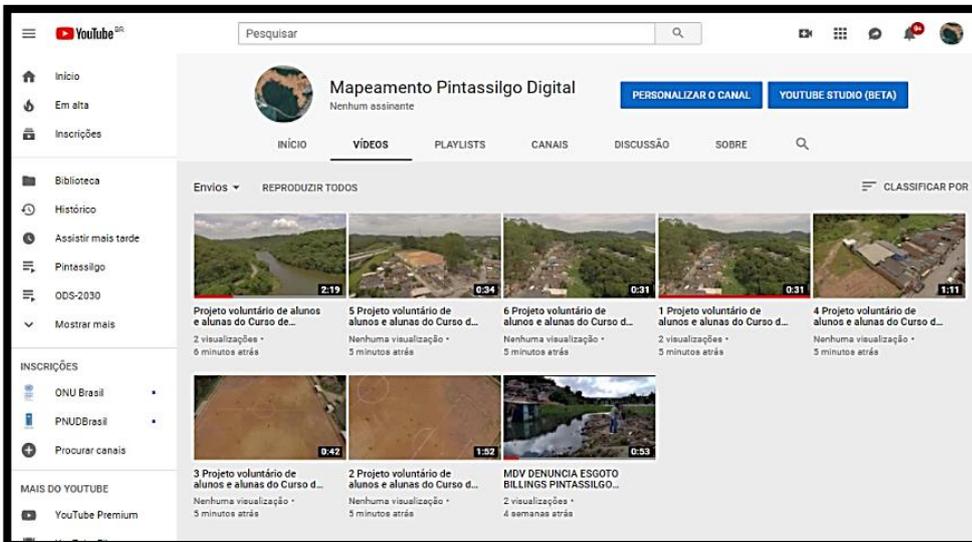
Todos os registros compartilhados que subsidiaram as participantes na ação de digitalizar e editar com base no resultado do mapeamento participativo estão em meio digital através das plataformas do *Google Drive*, *YouTube* e *Google Fotos* em contas criadas especificamente para esta pesquisa.

Figura 19 – Página Google Drive da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com



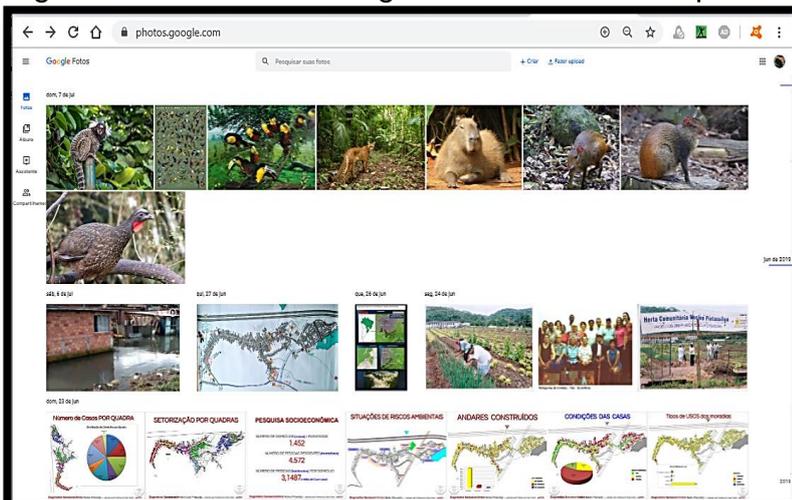
Fonte: Autora (2019).

Figura 20 – Página do YouTube da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com



Fonte: Autora (2019).

Figura 21 – Conta do Google Fotos da conta mapeamento.digital.edu@gmail.com



Fonte: Autora (2019).

Figura 22 – Registro do desenvolvimento da última etapa do mapeamento participativo (digital)



Fonte: Autora; Marcelo H. Sakamoto (2019).

Embora não tenha sido possível atender a demanda de digitalização dos 29 pontos do mapeamento participativo (analógico), a amostra foi satisfatória para o objetivo desta pesquisa e para as participantes, conforme resultados apresentados na última atividade, que foi o envio de uma pesquisa de avaliação e satisfação sobre a atividade em si e para a pesquisadora compreender as reflexões despertadas nas participantes.

#### **3.5.4 Questionário após mapeamento participativo digital**

A elaboração da pesquisa visou extrair a avaliação e as reflexões que faziam sentido para o processo de participação ativa e aprendizagem digital. O questionário foi estruturado com 34 questões no total, sob os temas específicos: (i) Oficina de mapeamento participativo (analógico), com 13 perguntas; (ii) Oficina de mapeamento participativo (digital), com nove perguntas; (iii) tema comunicação digital (engloba educação digital), com oito perguntas; (iv) conclusão final, com quatro perguntas. A via de aplicação se fez através do Google Formulários, considerando ser mais acessível às participantes e oferecer a vantagens da geração de gráficos automáticos. O que segue abaixo consiste em um extrato mais representativo dos gráficos. Os demais itens serão objeto de análise no próximo capítulo, de Análise dos Resultados da Pesquisa.

O questionário foi elaborado com base na análise de conteúdo com o objetivo de fazer emergir todas as opiniões e considerações das participantes sobre a avaliação das atividades, não somente explorando sua compreensão acerca da aprendizagem digital à qual foram expostas, mas, também, suas compreensões e percepções no que se refere às temáticas socioambientais, as quais povoaram todas as imagens e ícones mapeados. Também foi fundamental extrair suas compreensões sobre os termos Educação Digital, Comunicação Social, Segurança Digital e Leitura Crítica da Plataforma Digital na qual trabalharam.

A parceria estabelecida com alunos observadores da UFABC foi fundamental na colaboração, trazendo um elemento novo a esta pesquisa, qual seja, a oportunidade da reflexão sobre a desigualdade ao acesso digital e, ao mesmo tempo, ao acesso à universidade pública de qualidade e ao ensino tecnológico da cartografia georreferenciada.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como modelo de estruturação dos resultados foi adotada a corrente teórica do compreensivismo, por meio do método de interpretação de sentidos (MINAYO, 2006) para a análise de conteúdo. Tal abordagem se propõe a compreender os fenômenos comunicativos pela chave da subjetividade, como sentido da vida social, compreendendo valores, atitudes, hábitos e representações, extraindo das vivências, das experiências, da cotidianidade, analisando estruturas e instituições. Através dos instrumentos aplicados: (i) Aplicação de Questionário de avaliação; (ii) Observação projetiva (adaptada para a condição do mapeamento participativo digital); (iii) Observação participante a fim de compreender a realidade do objeto, com o acompanhamento do diário de campo; (iv) Consolidação do trabalho de campo, a fim de analisar o conjunto das relações interpessoais e da comunicação simbólica e suas literacias experimentadas;

A análise de conteúdo e de seus sentidos abarcou, através de unidades de registro, neste caso, cada “mensagem” veiculada e manifestada gráfica e simbolicamente no mapeamento participativo. Uma vez que, conforme posicionamento de Thompson (1998), a cultura significa, antes de tudo, trabalhar com as formas simbólicas, e estas expressam propósitos, códigos, modelos e se inserem em processos e construções sócio -históricas específicas.

Também se adotou como um contraponto analítico e comparativo o pensamento de Yoram Eshet-Alkai (2004), que categoriza as MIL como aprendizado das literacias, com o pensamento de Paulo Freire (1999; 2002; 2012) como referencial teórico, que está na base de todas as experiências de pesquisa e ação social participativa, no Brasil e em muitos outros países, seja ela cartografia social ou mapeamento participativo.

A fim de compor o cenário de fragmentos observados e unidades de registro apreendidas neste processo de pesquisa, adotou-se o critério de frequência das falas e relatos simbólicos para o contexto socioambiental.

A seguir, se apresenta um extrato das questões mais pertinentes e relevantes para esta pesquisa, que serão analisados por blocos: (i) a participação e o interesse digital dos jovens abordados; (ii) a percepção socioambiental revelada no mapeamento participativo (analógico); (iii) as literacias digitais aplicadas no mapeamento participativo (digital).

#### 4.1 A participação e o interesse digital dos jovens abordados

Desde a primeira abordagem nas duas escolas estaduais, os jovens estudantes e moradores do Núcleo Pintassilgo, cerca de 30, participaram de, pelo menos, duas conversas presenciais e demonstraram de imediato muito interesse. Porém, os que se inscreveram totalizaram 21 pessoas. Mesmo após esclarecimentos ou proposta de compatibilização, por mais que a pesquisadora tentasse o diálogo, 50% escolheram não se manifestar. Dos sete que interagiram, seja com dúvidas ou querendo saber mais, dois se mostraram muito interessados, até mesmo acima das expectativas da pesquisadora, destes, entretanto, apenas uma chegou até a última etapa do mapeamento participativo digital. O grupo, em sua totalidade, foi composto por 21 jovens – sendo seis garotas e 15 garotos – que receberam convites para as oficinas e para conhecer e interagir com a página do Facebook especialmente criada para esta pesquisa. Desse grupo, apenas dois jovens visitaram e curtiram a página. Eles pediram “amizade” no Facebook, inclusive a mãe de um dos garotos.

Entre os 21 participantes iniciais, durante as conversas na escola, encontrou-se um blogueiro com cerca de cinco mil seguidores. Ao ser indagado sobre qual era o assunto que ele abordava, ele não soube responder, disse “*de tudo um pouco*”. Em sua página, foram identificadas histórias do cotidiano entre os colegas de sua idade. Também foi observada, neste primeiro contato, uma “zoação” de um grupo de uns seis jovens, garotas e garotos, que improvisaram uma cena de comunicação onde um era o entrevistador, o outro o entrevistado e simulava-se uma claqué de auditório. A ação denotou um alto grau de criatividade, espontaneidade e prazer no ofício jornalístico.

Em se tratando do grupo como um todo, ao que parece, os jovens que se inscreveram para participar das atividades do mapeamento participativo mostraram menos interesse do que o esperado pela pesquisadora. Entretanto, foi possível observar que a tabulação do levantamento da troca de mensagens, utilizando um grupo do aplicativo *WhatsApp*, demonstrou o grau de interação virtual através da frequência ocorrida.

De um total de 21 inscritos, 14 não se manifestaram de nenhum modo, alguns foram saindo do grupo aos poucos, e sete pessoas participaram com a frequência: de uma, duas e até três vezes (sendo duas no grupo e três em particular); duas a três vezes (apenas no particular); quatro a seis vezes (sendo uma pelo grupo e uma em particular); e acima de seis vezes (duas no grupo e quatro em particular). Tais

resultados denotam um silêncio revelador, do flagrante desconforto e desconfiança, difícil de ser contornada, dada a falta de vínculo maior entre a pesquisadora e os estudantes.

Entre as várias possibilidades de explicações para esta baixa adesão de participação, talvez tenha sido pelo fato de que houve uma dificuldade com uma das escolas, onde a maioria dos inscritos estudava: a atividade agendada inesperadamente foi cancelada pela diretoria da escola. Essa desarticulação e a dependência do contato virtual não foram suficientes para manter o contato aquecido.

Após o agendamento da terceira oficina do mapeamento participativo (digital), duas participantes finalizaram e deram sua contribuição neste experimento. Desde a primeira tentativa de articulação entre participantes, houve a agregação dos dois observadores, jovens também, que desenvolveram uma dinâmica diferenciada no grupo, com maior interação entre eles e com o objeto do grupo, que era tratar dos detalhes da atividade do mapeamento.

Abaixo será tratado um sucinto perfil, conforme observações da pesquisadora em campo. As participantes finais da pesquisa foram denominadas como “Participante 1” e “Participante 2”.

“Participante 1” (primeiro codinome de seu e-mail). Tem 16 anos, é estudante do ensino médio no 2º ano, estuda das 8h às 17h30. Na escola onde estuda em tempo integral oferecem um acompanhamento para o que denominam “projeto de vida”, no qual ela escolheu a área de ciências sociais. Apenas ela permaneceu participando desde a primeira abordagem até a última atividade. Através do vínculo mantido, observei que ela já tem um engajamento social e religioso, é liderança da Capela São Paulo, participa de grupo de jovens, com grande senso de generosidade e responsabilidade. Manifestou não gostar das redes sociais pelo excesso de exposição e por achar chato, mas é fã de séries em canais pagos. Nas atividades realizadas no laboratório da UFABC, ela trouxe sua irmã de 12 anos, pois a mãe estava trabalhando, mesmo à noite, como costureira. Nas interações sobre a pesquisa se mostrou sempre interessada pelo mapeamento em si, por aprender e divulgar os resultados.

“Participante 2” tem 18 anos, estudante do ensino médio no 3º ano, estuda das 8h às 17h30, escolheu para seu “projeto de vida na escola” a área de políticas públicas. Estuda para o Enem aos sábados o dia inteiro e ainda trabalha fazendo “bicos” aos domingos. Ela foi convidada pela primeira participante. Pelo relato informal, conta que no ensino fundamental foi líder do grêmio estudantil em outra escola, seu tio é presidente da associação de moradores do Núcleo Pintassilgo. Ela acompanhou vários projetos realizados pela associação, entre eles, uma horta comunitária, onde conheceu, coincidentemente, os observadores estudantes da UFABC. Trouxe uma narrativa de muita crítica ao desânimo da comunidade e à falta de participação. Viu no mapeamento uma chave de leitura da realidade socioambiental muito importante. Nas interações digitais se preocupou em narrar as situações mais precárias de saneamento e falta de mobilidade por morar numa favela.

O Quadro 3 sintetiza suas impressões sobre a participação delas e dos demais que se inscreveram e foram convidados, mas não compareceram.

Quadro 3 – A motivação e participação dos jovens neste tipo de atividade

Questões	Participante 2	Participante 1
<b>Qual motivação inicial para participar do mapeamento?</b>	Mostrar a precariedade e os problemas ambientais próximo onde resido.	É relacionado ao meu projeto de vida.
<b>O que acha sobre a não participação de outros jovens e quais sugestões de melhoria?</b>	Um processo mais dinâmico e atraente aos olhos dos jovens.	A falta de interesse de muitos jovens pelos assuntos relacionados à melhoria da comunidade é visivelmente refletida na falta de protagonismo juvenil no progresso da comunidade.

Fonte: Autora (2019).

#### **4.2 O Direito à Cidade e a percepção socioambiental que se revelam neste mapeamento participativo**

Partindo do ponto de vista que o mapeamento participativo é o objeto, o meio e a metodologia que se deseja, nesta pesquisa, ser adaptado para promover literacias de mídias e informação e a participação social de modo ativo e autônomo, propiciando, através da leitura das representações cartográficas, um certo território. Território este

que, segundo a cartografia social, está sempre em conflito de narrativas que explicam ou não seu direito à cidade.

A condição particular do Núcleo Pintassilgo se agrava dada sua localização, o que representa uma clássica disputa entre as narrativas socioambientais e urbanas, onde, aparentemente, vê-se o conflito entre preservação e habitação em primeiro plano, mas é possível, olhando mais profundamente, perceber o grave problema urbano quando se detecta, pelos dados cadastrais, a expulsão das áreas centrais da cidade de grandes contingentes de famílias trabalhadoras com baixos salários que vêm nos mananciais e periferias seus grandes refúgios (MARICATO, 2002).

Este é o “Lugar” onde se conflitam a não aplicação dos direitos constitucionais: ambiental, habitacional e à cidade. Mas, nesta comunidade, isso é manifestado de modo tão intenso quanto demorado, que tornam os atores sociais apáticos e desanimados. Mesmo que alguns ainda se lembrem dos esforços aclamados de um GEPAM (1999-2006), que implantou ações socioambientais, educação ambiental e formulou propostas de conciliação urbano-ambiental que vieram a convencer o Ministério Público a não executar a remoção total e atender o direito à habitação em conjunto à proteção ambiental. Mesmo após a Prefeitura ter apresentado aos moradores um projeto executivo de urbanização (em 2015). Os fatos são mesmo desanimadores, até a presente data. Tanto a gestão do parque, quanto os quase 6.000 habitantes irregulares, sofrem e reclamam por soluções aguardadas há, no mínimo, 17 anos desde a assinatura do TAC, que previa inicialmente execução até meados de 2008.

Quanto ao diálogo social, cabe destacar que, nesta trajetória, desde o GEPAM, quando houve forte motivação à organização comunitária através de um Conselho de Representantes de Quadras, a Prefeitura o mantinha como fórum de diálogo permanente com a população local. Após sua dissolução, pela falta de interesse do poder público, a relação passou a ser mediada por algumas lideranças da Associação dos Moradores Pintassilgo, que, com seus esforços, veio representando as reivindicações da comunidade. No entanto, a relação com o governante atual não retomou um trabalho social, e seus moradores estão à deriva sem informações.

Enquanto isso, o território vem se transformando rapidamente em um lugar estigmatizado pelo descaso, cada vez mais precário das condições de moradia e dos serviços públicos básicos, como saneamento. O Parque do Pedroso vai perdendo áreas com o aumento de novas ocupações, vai recebendo cada vez mais esgoto

contaminado a céu aberto, seus animais silvestres servindo de alimento ou comércio e sua mata sendo suprimida, fragilizando sua biodiversidade. Muito provavelmente, esse enorme desequilíbrio socioambiental impactará toda a cidade. Aí o direito à cidade desta comunidade impactará o direito à cidade de todos.

Como os jovens veem, interpretam e representam seu território foi o que se objetivou com o mapeamento participativo. Mas uma vez, vistos estes territórios, estes jovens também se viram “no mapa”, no contexto, e neste sentido foram estimulados de forma indelével a refletir sobre seu lugar de identidade e de cotidianidade, como assim tratou Martim-Barbero (2003).

Como tornar esses segmentos dos excluídos, sem voz, e sem-cidades e/ou invisibilizados do processo de urbanização em sujeitos do direito à cidade ou em sujeitos que têm propostas, visões e versões sobre a cidade que desejam e cuja experiência urbana afeta os demais direitos humanos? Como efetivar o direito à cidade para todos? Esta pesquisa se desafiou a responder através do mapeamento.

Tais desafios se revelaram no resultado do Mapeamento Participativo com a descrição de 29 pontos, todos simbolizados com legendas (ícones, desenhos e colagens). Estes pontos se caracterizam pelos aspectos críticos ao descaso da ausência de políticas públicas, e pelo reconhecimento de pontos de apoio à sociabilidade e solidariedade mútuas, representados pelos espaços religiosos e associativos.

Mas, as observações da pesquisa durante o mapeamento participativo pôde captar o que não foi legendado, mas foi compartilhado em momentos cumplicidade e vínculo de confiança no grupo, como histórias curiosas ou imprecisas, mas carregadas de mistérios e significados, como a localização de um “cemitério clandestino com lápide”, a existência de destroços de avião monomotor que caiu e ficou abandonado na parte alta do morro que circunda a comunidade, bem como a existência de lagoas nesta mesma parte alta, bem no meio da mata, onde poucos se arriscam a ir, ou mesmo a surpreendente identificação de uma nascente justamente onde se localiza um chiqueiro com a criação de porcos.

Já nas oficinas do mapeamento participativo digital, os temas que mais chamaram a atenção, descritos na avaliação das participantes, foram os aspectos ambientais e as urgências sociais.

Em síntese, foi possível constatar que o olhar destes jovens descreve, em fragmentos, um todo neste espaço geográfico e social. Que apreenderam e se

identificaram melhor após a vivência do mapeamento. Que demonstraram que sabem quem são por direito e a condição onde estão, seus limites e suas qualidades. Que estão em busca de organização comunitária.

De modo sutil e pouco verbalizado, mas mediados pelos significados simbólicos dos PINs, é possível afirmar que a maioria dos jovens participantes sabe que tem direito à cidade, tanto que manifestaram, através da crítica, seus desejos de mudanças e transformações sociais. Como bem ressaltou Santos (2006):

Essas técnicas particulares, essas "técnicas industriais", são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar (SANTOS, 2006, p. 36).

Na figura 23 se apresenta um quadro das percepções socioambientais através da linguagem analógica do mapa impresso e como foram interpretados para a linguagem digital para a versão do mapeamento digital.

Figura 23 – O foco socioambiental no mapeamento participativo (laranja) e a narrativa criada para o mapeamento digital (verde)



Fonte: Autora (2019).

Na comparação entre o “mapa falante” (produzido como dinâmica com a comunidade em 2014 como PTSA para a elaboração do projeto de urbanização deste Núcleo Habitacional) da Prefeitura de Santo André com o mapeamento participativo dos jovens moradores em 2019, pode-se aferir que o mapa falado não dialogou literalmente com o contexto urbano-ambiental, pois os resultados apenas identificaram pontos de comércio e serviços, mesmo tendo a “participação de moradores”. Arriscando uma explicação pelos resultados analisados, pode-se arguir que, pelo fato de à experiência do mapear ter sido aplicada mera “técnica de ouvir”, com perguntas que não problematizaram o contexto a ser mapeado, as respostas vieram sem nenhuma crítica social e ambiental, tão necessária para um projeto de reassentamento dentro de um parque natural. Portanto, o mapa falado usado como mera técnica mal apropriada de trabalho social institucional, nesta aplicação, não falou o essencial. Dito de outra forma, este mapa não se comunicou com o contexto social e nem com as angústias e esperanças dos moradores.

Já na experiência do mapeamento participativo, orientados pelos princípios metodológicos da cartografia social e diagnóstico participativo, o mapa se comunicou perfeitamente com o contexto urbano-ambiental. O contraste foi surpreendente em riqueza de detalhes e com a crítica produzida nas narrativas. Já no mapeamento digital, que incorporou narrativas ainda mais contundentes, outro aspecto foi o efeito da imagem aérea aumentada sob o comportamento dos jovens. No mapeamento em papel, eles se debruçaram sob o mapa e a imagem aérea e foram se descobrindo no mapa e revelando suas observações socioambientais de modo muito espontâneo.

Isso demonstra que a imagem aérea, por sua vez, trouxe compreensão e cognição, criando as conexões urbano-ambientais que, naquela situação, se tornaram impossíveis de não serem vistas, pois saltam aos olhos dos despertos pela consciência ambiental de todos, sejam técnicos e não técnicos, sejam moradores ou não moradores do lugar.

Já a narrativa das participantes quando inseriram os dados na plataforma digital acentuaram estes aspectos socioambientais, com suas descobertas de observações e crítica social. Abriram os olhos para enxergar os aspectos preocupantes e desafiadores, tanto para as fragilidades, os riscos, a desigualdade social, como também para os aspectos de potência percebidos em meio ao trágico cenário. Melhor

exemplo disso foi o conceito incorporado pela percepção delas, que olharam e viram a “natureza como riqueza”. Também identificaram vários locais de apoio solidário e de serviços à comunidade. E, de modo avaliativo, sobre suas participações ao mapear, nesta lógica, reconhecem que algo despertou com a experiência e, por isso, valorizaram a atividade como sendo um modo, um jeito de tornar visível aquilo que sempre esteve ali, antes oculto e invisível. Desta forma, se evidenciou, neste aspecto sob a perspectiva da análise dos sentidos de modo nuclear, conforme Bardin (2011), qual seja: a natureza como patrimônio ambiental foi percebida e demarcada no mapa afetivo (do afeto, seja por amor, seja pela dor da condição habitada). Se descobrir morando dentro de um parque natural, o qual deveriam proteger, é fator de vivenciar um conflito enorme e quase intransponível e de impotência, já que as soluções, pela complexidade, condicionam a uma aparente passividade.

Quadro 4 – O mapeamento participativo e seus aprendizados

Questões	Participante 2	Participante 1
<b>O que achou mais positivo participar?</b>	A diversidade ambiental.	Observei algo que antes era praticamente invisível aos meus olhos.
<b>O que achou mais negativo?</b>	A desigualdade social que todas as pessoas dentro do Núcleo Pintassilgo estão inseridas e o perigo de morar em uma área de manancial sem saneamento básico.	A falta de comprometimento do grupo inicial.
<b>Qual sua maior descoberta sobre a realidade socioambiental?</b>	O quanto a parte do ecossistema da vegetação a volta está contaminada.	O impacto ambiental causado pela comunidade, ameaçando a fauna, flora e quantidade de água.
<b>Todos os itens trazidos pelo mapeamento são relevantes?</b>	Alguns pontos não eram para que fosse “falante”, mas no geral foram incluídos os de maior impacto ambiental e econômico.	(Não respondido)
<b>Conseguiu perceber temas entre os PINs?</b>	Entretenimento, riscos socioambientais, utilidade pública.	Fauna e flora, nascentes que nos lembrou da riqueza natural que presenciamos em nosso cotidiano.
<b>A seleção dos PINs passa qual mensagem?</b>	Lembrar os moradores as riquezas na comunidade.	Lembrar aos moradores as riquezas presentes na comunidade.

<b>Sobre o mapeamento, como avalia as orientações recebidas?</b>	Na escala de bom pra ótimo.	Na escala, ótimo, foi fundamental.
<b>De 1 a 5</b>	(4)	(5)

Fonte: Autora (2019).

A análise das participações buscou encontrar núcleos de sentido predominantes das literacias que pudessem indicar ou confirmar o que foi identificado pela exposição da cartografia social aplicada. É fundamental destacar o papel determinante da participação das mulheres, que foram determinadas na busca deste olhar e lugar de fala singular.

Cabe a esta pesquisadora fazer a autocrítica para considerar que, para um pleno processo participativo em uma comunidade, todas as forças comunitárias, ao menos a maioria dos atores e lideranças, deveriam estar ativamente participando para que se conseguisse resultados mais substanciais e duradouros. Isso não foi possível, talvez pelo fato de a imagem da pesquisadora ainda estar ligada à imagem da agente pública, que representa, justamente, a ineficiência e omissão do órgão público tão flagrante na área. Isso pode ter contaminado a mobilização, infelizmente. De qualquer forma, foi muito positivo constatar que os caminhos da organização comunitária numa comunidade são dinâmicos. Ao focalizar o público jovem, a pesquisa acertou no alvo, embora tenha dado errado na abordagem para consolidar uma agenda mais eficiente de realizações das oficinas dentro da comunidade ou como único evento dentro de uma das escolas.

#### **4.3 As literacias digitais aplicadas no mapeamento participativo (digital)**

Considerando que o conceito de MIL, conforme postulado pela UNESCO e ratificado por declarações e pactos internacionais, se efetivado como uma cultura midiática, poderia elevar-se a uma cidadania digital e favoreceria, de modo decisivo, as práticas democráticas.

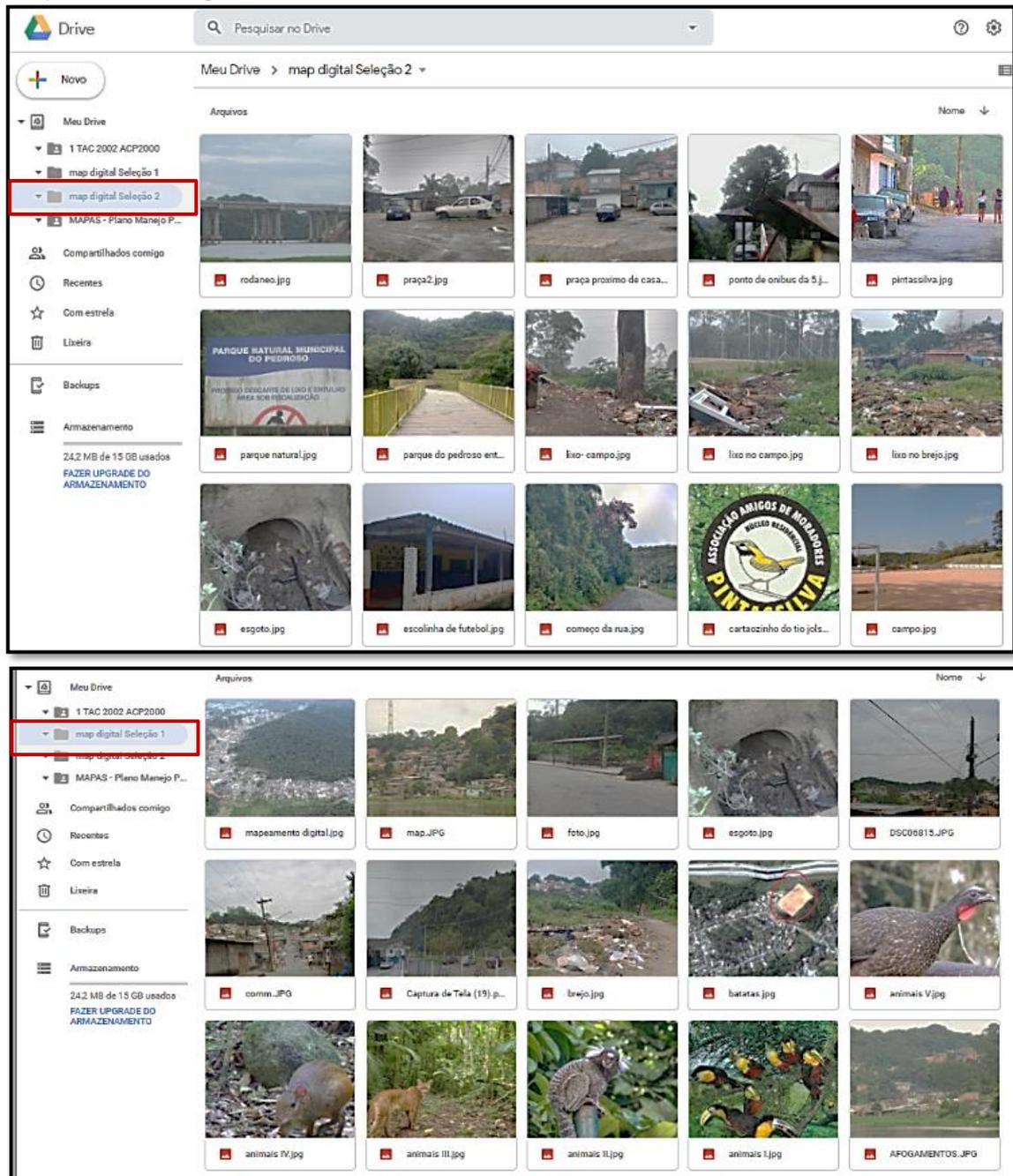
Compreender a participação dos jovens nesta pesquisa pressupõe observar o contexto de sua realidade social de modo intrínseco e compreender o que pode determinar, ou não, o exercício deste direito, mediado pela participação digital.

Com base nas unidades de registro e de sentido expressas nas respostas do questionário e na observação do trabalho de campo, foram adotadas as diretrizes, conforme enunciado por Yoram Eshet-Alkalai (2004), como a análise do uso, da transformação, do armazenamento e da disseminação da informação para compreender as habilidades cognitivas e não cognitivas necessárias para o ambiente digital. Conforme o modelo deste autor são cinco tipos de literacias que se inter-relacionam entre si de modo holístico: a literacia foto-visual, da reprodução, do pensamento hipermídia, da informação e socioemocional.

É importante destacar que realização da tarefa do mapeamento participativo digital mobilizou desejos de aprendizagem virtual de modo bem acentuado, tendo em vista as enormes dificuldades de deslocamento do bairro ao laboratório de cartografia e geoprocessamento da universidade, o horário noturno e o cansaço depois de um dia todo de estudo. Foram desafios cumpridos com entusiasmo e alegria.

Através do diário de campo, foi possível observar que as participantes tiveram uma vivência intensa e muito concentrada nas várias tomadas de decisões, de modo compartilhado entre ambas sobre quais imagens, quais textos, quais fontes a creditar, qual PIN selecionar para compor o contexto geral da apresentação do mapeamento digital.

Figura 24 Uso criterioso na seleção das imagens para compor os PINs para o mapeamento digital



Fonte: autora dados da pesquisa (2019).

A habilidade das literacia foto-visual e de reprodução foram exercidas operando como uma reciclagem de imagens no ato de selecionar ressignificativamente os PINs, de modo a ampliar a consciência da realidade social ali representada. A busca pela melhor foto, que expressasse, com a maior propriedade possível, o que “os pés e a vivência do cotidiano já conheciam” (BETTO, 2000, p. 100), resumindo a epistemologia de Paulo Freire: “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (ibid.).

E a reprodução dos PINs digitais, advindos do desenho/legendas (analógicas), operaram a aplicação tanto técnica quanto de ressignificação simbólica, de modo a ampliar a consciência da realidade social ali representada.

A habilidade da literacia socioemocional foi perceptível ao editar as imagens do seu lugar de habitação e visualiza-las na tela de uma plataforma internacional, produzidas pelas próprias participantes. A busca por imagens numa página do Facebook da Associação dos Moradores foi demorada. Entre muitas fotos, a navegação passava por imagens de times de futebol infantil, festas comunitárias, ajuda assistencial, projeto de horta com a UFABC, a apresentação do projeto de urbanização realizada na gestão passada, aulas de capoeira e *kung-fu*, entre tantas. O olhar brilhante e fixo na tela brigava com a tentação de dispersar e ficar ali, só vendo as fotos. Ao encontrar as imagens buscadas, se viram em outro dilema: de que só uma foto não representaria bem, então, resolveram por de compor uma única imagem com quatro fotos, para dar mais sentido. Mais uma vez, criaram sua maneira de expressão e estética para apresentar um PIN na plataforma digital, podendo contribuir para inserir toda uma comunidade na biosfera digital pela autoria delas como criadoras da informação.

Figura 25 – Literacia socioemocional



Fonte: Autora (2019).

A literacia da informação e comunicação se manifestou através da descrição e edição de cada PIN, onde as participantes buscaram ser muito criteriosas com a inserção dos créditos e da escolha das frases para a manchete. Nas descrições de

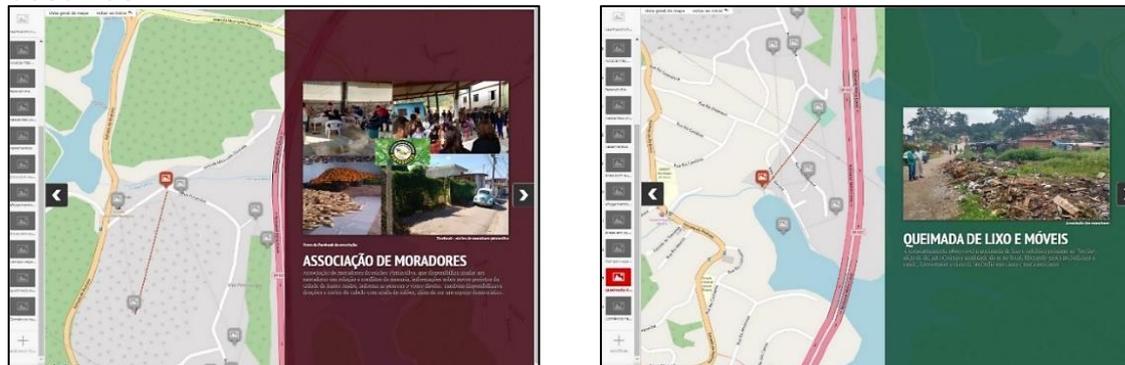
cada PIN, buscaram dar explicações e informações que fossem as mais relevantes e corresponsáveis com outros participantes ao relatarem dados do mapeamento participativo (impresso).

Figura 26 – Edição, manchete, descrição e créditos dos PINs

<p>Media</p>  <p>//uploads.knightlab.com/storymap</p> <p>or  Upload an Image</p> <p><a href="https://photos.google.com/photo/A">https://photos.google.com/photo/A</a></p> <p>Caption</p> <p>Accepts HTML</p>	<p><b>FAUNA E FLORA DA REGIÃO</b></p> <p>B I &lt;/&gt; %</p> <p>Com uma riquíssima fauna e flora próximo ao núcleo, é possível observar a grande frequência de animais silvestres como tucanos, saguis, jacús, cotias e outros.</p> <p> Marker Options  Background Options</p>
<p>Media</p>  <p>//uploads.knightlab.com/storymap</p> <p>or  Upload an Image</p> <p>Prefeitura Santo André - 2014</p> <p>Diagnóstico Socioeconômico Núcleo Pintassilgo elaborado para realizar um Projeto de</p> <p>Accepts HTML</p>	<p><b>NASCENTES DENTRO DO PEDROSO</b></p> <p>B I &lt;/&gt; %</p> <p>Existem 5 grandes Nascentes de córregos que desaguam na Represa Billings, que estão na área ocupada pelo Núcleo Pintassilgo. Muitas destas estão visíveis e outras estão enterradas (canalizadas). Será que os moradores que vivem aí, conhecem estas NASCENTES?</p> <p> Marker Options  Background Options</p>
<p>Media</p>  <p>//uploads.knightlab.com/storymap</p> <p>or  Upload an Image</p> <p>imagem satélite Google</p> <p>Edição de cores - SEMASA</p> <p>Accepts HTML</p>	<p><b>NÚCLEO PINTASSILGO - DENTRO DO PARQUE DO PED</b></p> <p>B I &lt;/&gt; %</p> <p>O Núcleo Pintassilgo ou Comunidade Pintassilva, (destaque na cor laranja) se situa DENTRO do Parque Natural Municipal do Pedroso. A rodovia estadual RODOANEL construída em 2005-2008 também foi construído DENTRO do Parque Natural Municipal do Pedroso.</p> <p> Marker Options  Background Options</p>
<p>Media</p>  <p>//uploads.knightlab.com/storymap</p> <p>or  Upload an Image</p> <p>Imagem da internet</p> <p>Imagem de uma parte da rua Pintassilva</p> <p>Accepts HTML</p>	<p><b>VAZAMENTOS</b></p> <p>B I &lt;/&gt; %</p> <p>No núcleo Pintassilva é um local que precisa urgentemente de saneamento básico, isso não é um favor que a prefeitura de Santo André ira fazer aos cidadãos, mas obrigação para a prevenção da vida humana, saúde dos cidadãos andreenses e cuidado com o meio ambientes e animais!</p> <p> Marker Options  Background Options</p>

Fonte: Autora (2019)

Figura 27 – Edições do StoryMap a partir das seleções de imagens e narrativas descritas



Fonte: Autora (2019).

As participantes revelaram certa dificuldade para georreferenciar digitalmente os PINs, criando, também, um circuito de navegação pensando nos leitores da informação. Reportaram a responsabilidade desta dificuldade também à plataforma, que não amplia em tela cheia todo o mapa com a mesma resolutividade da edição. Mas isso não as impediu de criar.

No Quadro 5, observa-se, de modo mais explícito, a autoavaliação e a capacidade das participantes de ler a realidade local da comunidade a partir de suas percepções sobre a condição de compreensão da literacia da informação e comunicação, na medida em que se incluem neste contexto, bem como na capacidade de criar estratégias, entre elas, a capacidade estratégica por buscar mudanças de hábitos para solucionar a falta de comunicação da comunidade. Notou-se que as participantes, no ato de redigir as descrições de cada PIN na plataforma digital do *Storymap*, conseguiam a habilidade cognitiva de identificar a veracidade das imagens e notícias para ilustrar as narrativas utilizadas, a serem disseminadas como informação responsável para toda a comunidade.

Quadro 5 – Informação, comunicação e divulgação do mapeamento para a comunidade

Questões	Participante 2	Participante 1
<b>Considera a comunidade bem informada sobre sua condição?</b>	Talvez, precisa de muito mais informação para a população.	Não, muitos não conhecem a riqueza natural e cultural existentes na comunidade.
<b>Comunicação na comunidade,</b>	Rádio Comunitária.	Mural comunitário (tipo quadro de avisos).

<b>quais suas sugestões de melhoria?</b>		
<b>Qual sua opinião sobre divulgar os resultados deste mapeamento à comunidade?</b>	A divulgação poderia trazer benefícios de percepção socioambiental da realidade.	Divulgaria, sem problemas, ao público em geral.

Fonte: Autora (2019).

Na tabela a seguir, foi possível observar o emprego simultâneo das cinco habilidades de literacias de mídias e informação, socioemocional, foto-visual, pensamento hipermédia. Observou-se o senso crítico empregado no uso da plataforma para com aspectos técnicos da operacionalidade, da lógica dos procedimentos, do grau de intuitividade, da segurança de dados, da necessária visão espacial de apresentação na produção do mapa. Também se notou que as participantes tiveram menor dificuldade quanto à edição das narrativas dos PINs, embora nem todos tivessem sido preenchidos completamente, mas a todos foram dados os créditos das imagens e suas manchetes. Tal constatação se deve pela impossibilidade de se fragmentar excessivamente o ato de aprendizagem, por isso, mesmo a distinção é apenas analítica, mas sua constatação é holística.

Quadro 6 – Avaliação da plataforma em suas funcionalidades e tipo de acesso

Questões	Participante 2	Participante 1
<b>Como avalia a plataforma <i>StoryMap kinightlab</i>?</b>	Boa, complicada no início e depois tranquilo	Boa - complicada no início e depois tranquilo
<b>Satisfação de 1 a 5</b>	Grau (3).	Grau (2).
<b>No uso, o que foi mais fácil?</b>	Descrever os PINs, manchetes, texto, fonte, etc.	Inserir imagens, descrever os PINs, manchete, texto, fontes, arrastar o PIN ao local correto da descrição.
<b>No uso, o que foi difícil?</b>	Visualizar o mapa inteiro, checar toda a apresentação, navegação simultânea, quanto a velocidade,	Visualizar o mapa inteiro, checar toda a apresentação, operacional, acessar a página, abrir o projeto, salvar e fechar, etc., navegação simultânea,

	checagem de salvamentos entre as participantes.	quanto a velocidade, checagem de salvamento entre participantes.
<b>Algumas Sugestões de melhoria?</b>	Poderia ter espaço para inserir mais imagens e documentos e vídeos.	(Não respondido)
<b>Como avalia a plataforma?</b>	satisfatória, compreendeu e executou bem.	regular quanto a satisfação, compreensão e execução.
<b>de 1 a 5</b>	(2)	(3)
<b>Quais considerações sobre os resultados gerais? opções:</b>	Fidelização dos mapas, edição das imagens, edição da localização dos PINs. Ótimo, edição das descrições, de modo geral, sua participação.	Fidelização dos mapas, edição de imagens, edição da localização dos PINs, Ótimo, edição das descrições, de modo geral, sua participação.
<b>Entre ótimo, bom, médio, ruim</b>	Bom	Bom
<b>Sobre segurança dos dados, tece alguma preocupação?</b>	Tive preocupação, por isso tomei precauções quanto às descrições dos PINs.	Tive preocupação, por isso tomei precauções quanto às descrições dos PINs.

Fonte: Autora (2019).

No Quadro 7, fica mais evidenciado ainda o desejo de se apropriarem ainda mais das tecnologias do geoprocessamento e, conseqüentemente, ampliar sua capacidade multifacetada das literacias de mídias e informação, conforme demonstrado na realização da tarefa do mapeamento digital, à medida que distinguiam seu próprio nível de autoaprendizagem, evidenciando sua consciência de saber digital através de suas manifestações de desejo em continuar a se desenvolverem neste aprendizado.

Diversidade das práticas espaciais pode se traduzir sobre a carta num grande número de conjuntos espaciais, com contornos e dimensões bem diferentes uns dos outros. Ou seja, “as diversas práticas sociais têm, cada qual, uma configuração espacial particular uma superposição de conjuntos espaciais que se interceptam uns aos outros” (LACOSTE, 1988, p. 22).

Ao longo da pesquisa, constatou-se competência da etnografia, pela necessidade do estudo de dados, adequada para quando estes dados se apresentam desestruturados e em pequena quantidade, portanto, de difícil sistematização quantitativa. Neste sentido, é a ferramenta indicada para a análise da interpretação de significados, permitindo organizar os padrões e suas inferências quanto às causas destes (GENZUK, 1999 apud CAPOBIANCO, 2010). É possível aferir o grau de superação cultural do analógico ao digital nos esforços empreendidos pelas participantes exercendo a capacidade comparativa, o grau de informação e ética comunitária na descrição das narrativas. Desse modo, houve superação das dificuldades mínimas da operacionalidade do uso da plataforma.

Quadro 7 – Descobertas, aprendizados e educação digital

Questões	Participante 2	Participante 1
<b>Fez alguma descoberta interessante?</b>	Adquiri conhecimento sobre a localidade que resido.	A quantidade de nascentes dentro do Núcleo, a variedade das atividades que acontecem nele.
<b>Considera que houve algum aprendizado de sua parte?</b>	Sim	Sim
<b>Cite.</b>	Análise da cartografia, se identificar no mapa.	Interpretação e desenvolvimento de mapas são úteis para pesquisas científicas, das mais diversas áreas do conhecimento, identificação e descrição de fenômenos sociais, caracterizar uma região baseando-se em dados sociais e ambientais.
<b>Conhece o termo educação digital?</b>	Sim, entendo que os estudantes estudariam em casa por plataformas. Acho importante para compreender o mundo digital, para melhor saber explorar todas as potencialidades.	Sim, entendo que é fugir de métodos tradicionais de ensino, visando atingir um maior impacto no público. Acho importante para compreender o mundo digital, para melhor saber explorar todas as potencialidades.

<b>Gostaria de participar e como?</b>	Aceitaria participar ou receber orientações por Grupo de interessados (de modo presencial e digital).	Aceitaria participar ou receber orientações por Grupo de interessados (de modo presencial e digital).
<b>Ao ter visto estudantes da UFABC manuseando um estado avanço de geoprocessamento (QGis), quais suas impressões?</b>	A plataforma usada mostrou uma dimensão muito além da plataforma do <i>StoryMap kinightlab</i> , com possibilidades de registrar muita coisa em um mapa só. Tive uma ótima impressão.	Deu vontade de prosseguir num nível mais avançado o mapeamento já realizado.

Fonte: Autora (2019).

Em síntese, todas as literacias de mídias e informação: de foto-visual, reprodução, pensamento hipermídia, informação, socioemocional, foram utilizadas, em menor ou maior grau, no mapeamento participativo digital. As participantes demonstraram um nível de desenvoltura e rapidez para a apreensão dos procedimentos técnicos, a empatia com o lugar geográfico, onde o aspecto afetivo e identitário foram propulsores do desejo de continuar a mapear e gerar informações com a comunidade. Tais saberes adquiridos proporcionam uma ampliação do conhecimento da realidade social levando a uma *práxis* social e política. Evidente o maior grau de suas percepções do seu *habitat*, antes invisível<sup>38</sup> “aos seus olhos”, na expressão de uma das participantes. Elas criaram interações presenciais, desenvolveram maior empatia social, manifestaram o desejo de transformação da realidade urbana-ambiental e, acima de tudo, desenvolveram um olhar também para o exercício de sua cidadania ativa e sua cidadania digital.

E nesta cultura globalizada e midiática, onde a velocidade das transformações tecnológicas é incomensuravelmente maior do que na realidade educacional, o acesso ao ensino ainda é precário, e o acesso às literacias de mídias e informação também, já que as escolas ainda não oferecem a prioridade necessária ao tema,

<sup>38</sup> Essa invisibilidade é reconhecida como desafio pelo Marco Legal das Cidades, através do Estatuto da Cidade, e pela Carta Mundial Pelo Direito À Cidade, que compreende: “É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequada”. Fonte: Carta Mundial pelo Direito à Cidade. 2006. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>> Acesso em: 10 set. 2019.

embora até possuam alguns equipamentos e acessos, mas os mesmos operam com uma lógica cartesiana e uma política pedagógica fragmentada não integral. O modelo de Eshet-Alkalai (2004) considera uma qualidade holística como condicionante a um bom desenvolvimento de aprendizagem digital, o que destoava muito com os modelos pedagógicos encontrados na maioria das escolas públicas estaduais. Fato observado foi o grande interesse dos alunos pela cartografia, pela simples alteração de escala dos mapas, recursos lúdicos e facilitação problematizadora da atividade educativa.

O desafio do aumento das ações que possibilitem os parâmetros e indicadores de literacias de mídias e informação de qualidade, através da concepção da UNESCO das MIL, está intimamente correlacionado às condições socioeconômicas que criam as desigualdades abissais no Brasil e dificultam, quando não impedem, um acesso pleno da cidadania, de um agir comunicativo e do pleno exercício democrático.

Na ausência de políticas públicas de comunicação social institucional e de processos de educação para as literacias midiáticas desenvolverem produto que possam colaborar com o controle e transparência das informações, essa possibilidade pode ser uma contribuição inovadora absolutamente necessária em tempos de retrocessos de conquistas de direitos no marco neoliberal da globalização.

Quanto ao maior o desafio da adaptação do percurso metodológico da lógica do diagnóstico participativo, ou do mapeamento participativo (cartografia social) presencial para o ambiente digital, mais farto o registro documental demonstrou ser viável e promissor. O trabalho de campo revelou que há muitas lacunas que ainda não foram plenamente exploradas, caso houvesse interesse para fazê-lo por meio de uma realização coletiva, e contar com voluntários para efetivar um pouco deste trabalho foi fundamental. Porém, o estado da arte e o ponto de partida devem ser de natureza coletiva e comunitária para criar uma sinergia mais potente, com melhores e maiores resultados para ser, de fato, um diagnóstico.

## 5 PRODUTO DA PESQUISA

### 5.1 O Mapeamento Digital Participativo

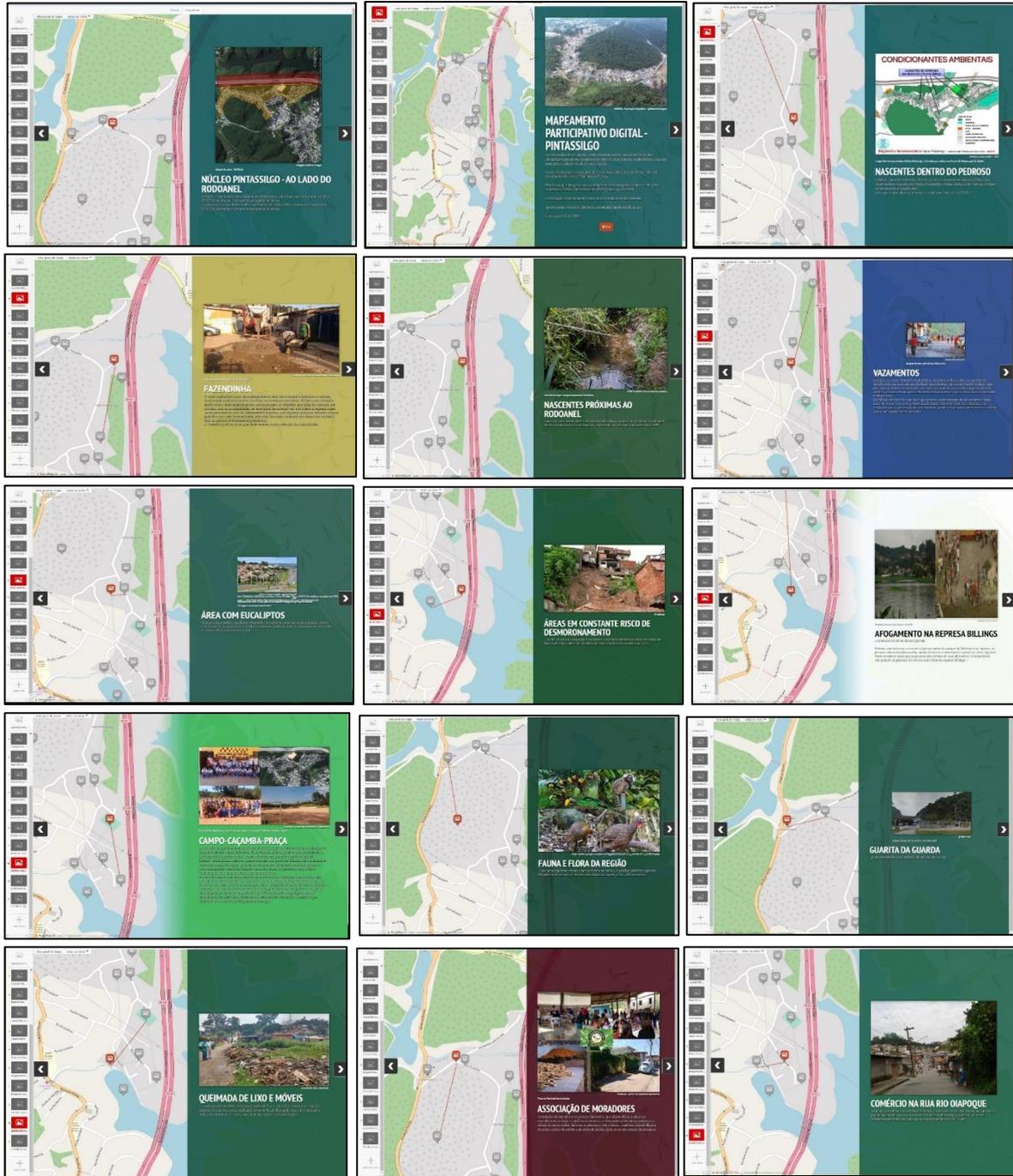
Compreendendo que o trabalho de campo desta pesquisa, dada sua extensão e complexidade de resultados e de relações estabelecidas na vida da comunidade, já pode ser encarado como a proposta de intervenção, e considerando o conceito da teoria da pesquisa participativa, na medida em que a atividade das oficinas de mapeamento participativo (analógica e digital) desenvolveu fatos novos e ocorrências, oportunidades e agregamento de um conjunto de atores sociais e institucionais, que se compuseram em uma rede de cooperação e colaboração para viabilizarem esta intervenção socioambiental e seus resultados quanto ao mapeamento social cartográfico, considera-se, para a finalidade de comunicação de interesse social, buscado por esta pesquisa, que se alçou um processo de desenvolvimento em si, como a aplicação da proposta de intervenção, sendo metodologia e produto simultaneamente.

A fim de evidenciar a rede de cooperação envolvida, convém citar os atores sociais: lideranças comunitárias, jovens estudantes na condição de envolvidos direta e indiretamente como participantes, as duas escolas estaduais na condição de apoiadoras, as universidades municipal e federal que arregimentaram voluntários, profissionais especializados que se voluntariaram no apoio logístico e documental a esta pesquisa.

Contudo, aplicando o rigor teórico dos princípios da metodologia da cartografia social e/ou mapeamento participativo ao planejamento desta pesquisa e com as participantes que finalizaram o experimento, caberia ter ocorrido uma apresentação a toda a comunidade, em evento amplo e aberto. O mesmo não ocorreu, devido à agenda intensa de estudos e falta de disponibilidade momentânea, principalmente pelo tempo hábil para que esta pesquisa se efetivasse. Mas, em encontro posterior com as participantes e observadores alunos da UFABC, houve decisão por aguardar dois meses, tempo necessário estabelecido por decisão das participantes que, com apoio desta pesquisadora, juntas retomarão o mapeamento digital a fim de completar a edição dos 29 PINs e aperfeiçoar a apresentação gráfica. Este posicionamento da pesquisadora guarda rigor metodológico da pesquisa qualitativa participativa no que

se refere à autonomia dos atores sociais envolvidos que apreenderam para si o produto elaborado e desejam disseminá-lo e continuar a desenvolvê-lo.

Figura 28 – Produto Mapeamento Participativo Digital



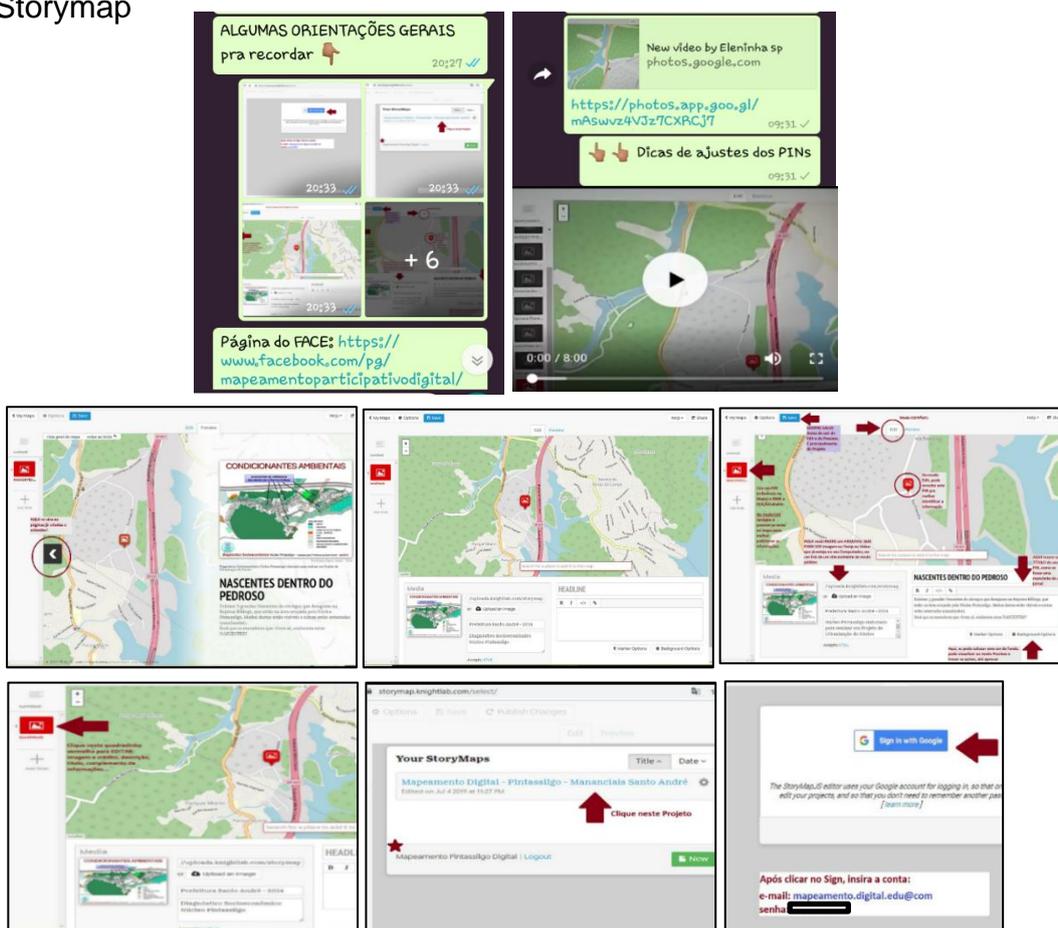
Fonte: Autora, com base nos dados da pesquisa (2019). Disponível em: < <https://uploads.knightlab.com/storymaps/8aaf0be196045cdcce7ff81de4849675/mapeamento-digital-pintassilgo-mananciais-santo-andre/draft.html> >. Acesso em: 15 set. 2019.

## 5.2 Criação de um subproduto: um subsídio ao mapeamento digital

Na condição de facilitadora e pesquisadora, foi necessário elaborar um subsídio veiculado através de aplicativo de mensagem para orientar à distância as participantes no manuseio de execução do mapeamento digital. Este é considerado o produto associado ao mapeamento digital.

A necessidade foi sentida ao verificar as dificuldades das participantes quanto a cumprir as exigências do protocolo para acessar o projeto na base da plataforma digital utilizada para o mapeamento, tendo em vista que a especificidade deste projeto exigia um controle da produção destas informações e, portanto, um acesso coletivo do mesmo, subvertendo a lógica da plataforma pensada para um acesso particular. Para tanto, foi necessário estabelecer novos protocolos, como: utilizar uma mesma conta de acesso, mesma senha, e orientações para que nenhuma intervenção desfizesse ou editasse o trabalho iniciado anteriormente. A experiência se demonstrou prática e facilitadora para equalizar as MIL.

Figura 29 – Evidência de elaboração do manual de orientações à plataforma Storymap



Fonte: Autora, com dados da pesquisa (2019).

### **5.3 Apresentação do produto à comunidade**

A partir de uma necessidade sentida, foi decidido pelas participantes e pela pesquisadora uma revisão e complementação do Mapeamento Participativo Digital para contemplar os 29 PINs de percepção e observação de todos os jovens envolvidos. Tal tarefa se faz pela necessidade de apresentar o produto completo a toda a comunidade, com o objetivo de sensibilizar e motivar a reorganização comunitária do Núcleo Pintassilgo diante de seus desafios urbano-ambientais.

Nas conversas surgiram novas propostas de continuidade, como realizar novos mapeamentos participativos com a comunidade, ou elaborar, captar recursos e realizar parcerias com laboratórios de tecnologias para realizar novos projetos sociais que tenham esta marca de inclusão social e digital. Disto sabe-se que depende de um aprimoramento da organização comunitária e suas representações.

Esta pesquisadora se colocou à disposição para assessorar e assistir este desenvolvimento comunitário e colaborar para, juntos, construir um Plano de Comunicação Social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Inovação na Comunicação de Interesse Público, da USCS, objetivou investigar se a metodologia do mapeamento participativo adaptada ao meio digital poderia propiciar literacias de mídia e informação suficientes para ampliar a participação social num território de conflitos socioambientais. E, como consequência deste estudo, caracterizar as modalidades e escalas, conforme modelo de literacias de mídias e informação adotados por Eshet-Alkalai (2004) através das oficinas de mapeamento digital, caracterizando as narrativas e discursos de percepção socioambiental como instrumentos chave para o exercício do direito à cidade.

Nesse sentido, a pesquisa partiu de uma imersão na literatura bibliográfica para contextualizar suas justificativas, ancoradas nos conceitos de literacias de mídias e informação como desafio democrático e do direito à cidade e a percepção ambiental nele inserido, tanto nas reflexões acadêmicas, quanto no que foi observado pela atuação social em meio urbano-ambiental. Para conceber os procedimentos metodológicos, utilizou-se a inovação da adaptação de incorporar a abordagem e a linguagem digital às metodologias que fundamentam a cartografia social e/ou o diagnóstico participativo, que tradicionalmente adotam uma abordagem analógica.

A adoção da pesquisa qualitativa se fez através das observações do trabalho de campo, e se estruturou em torno das Oficinas de Mapeamento Participativo, tanto de meio analógico como de meio digital, que foram, a um só tempo, objeto, método e resultado desta pesquisa.

Foi a partir do conceito e da prática de participação social como base nas experiências metodológicas do DRUP e dos Mapeamentos Participativos que se inseriu no planejamento do trabalho de campo a adequação de mais uma etapa do ciclo das oficinas: a do Mapeamento Participativo Digital, configurando-se na ampliação da abordagem da vivência participativa para o meio digital através da inclusão digital dos conteúdos de percepção socioambiental das oficinas analógicas realizadas a fim de identificar e analisar as literacias de informação de mídia e informação.

Após a análise dos resultados, é possível responder que houve, sim, viabilidade e capacidade da adaptação metodológica proposta com a inserção da ambiência digital. Esta foi capaz ampliar a participação social em duplo sentido: de um lado. o

convite digital do mapeamento atraiu maior quantidade de participação (cerca de 12 presentes), por outro, no entanto, não se atraiu igual número para a etapa seguinte, que era, efetivamente, fazer a digitalização dos resultados do mapeamento. Mesmo assim, as duas participantes que atenderam ao convite de inserir os dados em ambiente digital realizaram uma importante interpretação dos dados cartográficos e, ainda que mantendo a mesma narrativa, inseriram conteúdos novos no discurso crítico dos conflitos vivenciados, tudo isso por meio das descrições dos PINs. Ali se realizaram as observações mais significativas das literacias de mídia e informação desse experimento.

Sobre o aspecto da atratividade das TIC, o termo “digital” ficou evidenciado. Desde as conversas de mobilização, foi possível perceber o acesso a *smartphones* conectados e mais sofisticados por alguns participantes, em contrapartida a outros com aparelhos celulares mais simples e sem conexão, e alguns sem nenhum celular. Mas, a melhor evidência foi observada ao longo da execução das oficinas, onde a noção a respeito das TIC foi melhor compreendida e, por isso, se tornou mais relevante e decisiva para garantir a permanência das participantes para concluírem o mapeamento digital, conforme resposta do questionário.

Quanto à escolha no uso da plataforma <https://storymap.knightlab.com/>, oferecida pelo *Knightlab* como processo de aprendizagem digital, resultou-se suficientemente adequada para ajustar a proposta metodológica, pois propiciou, de modo integrado, a produção de dados e a edição de imagens e de textos sob uma base de muito fácil de georreferenciamento, semelhante ao *Google Maps*. Aliás, foi justamente a versatilidade desta plataforma – por integrar várias interfaces de inclusão de dados, ser acessível e com uma leitura espacial intuitiva e favorecer a experiência estética na edição da apresentação do mapeamento – o diferencial para a escolha deste instrumental. Comparativamente, existem muitas experiências interessantes e positivas de mapeamento participativo que utilizam um SIGP – Sistema de Informação Geográfica Participativa, mas que não têm o objetivo de avaliar as literacias de mídia e informação, sem o que dependeriam de treinamento específico e mais complexo para produzir a inclusão dos dados pelos próprios participantes do mapeamento.

Quanto ao processo de categorização das literacias digitais e midiática envolvidas na atividade de aprendizagem do mapeamento digital, procedimentos produção de informações, capturaram e editar de imagens e redigiram textos com suas narrativas sob uma base de georreferenciamento foi observado que o

experimento dinamizou de modo holístico e sincrônico todas as cinco literacias, conforme o modelo de Eshet-Alkalai (2004), e as participantes adquiriram capacidades e competências cognitivas, de habilidades, como a da leitura espacial e geográfica.

Se considerarmos, entre os principais requisitos da alfabetização midiática e informacional da UNESCO, que:

Os cidadãos devem ter conhecimentos sobre a localização e o consumo de informações, bem como sobre a produção de informações; deve ser considerada como um todo e deve incluir uma combinação de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes); uma ferramenta essencial para facilitar o diálogo intercultural, a compreensão mútua e a compreensão cultural entre os povos (UNESCO, 2013, p. 20).

Pode-se constatar, nos resultados demonstrados, a viabilidade de uma prática de mapeamento digital suficiente para as competências em MIL e com potencial de ser aperfeiçoada.

As percepções socioambientais, apresentadas com tanta ênfase na caracterização do território, foram surpreendentes. Fato que talvez possa ser atribuído ao olhar da juventude, frequentemente mais crítico e menos contaminado pela apatia que, muitas vezes, assola a vida dos adultos. Isso demonstra que o fator intergeracional pode ter grande interferência nessa percepção. No entanto, o que se observou no discurso de aparente consciência ambiental foi maior do que um discurso de “consciência urbana”, por mais contraditório que pareça. Por exemplo, quando as participantes respondem ao questionário à pergunta “Qual sua maior descoberta sobre a realidade socioambiental?”, obteve-se respostas como: “*O quanto a parte do ecossistema da vegetação a volta está contaminada*” e “*O impacto ambiental causado pela comunidade, ameaçando a fauna, flora e quantidade de água*”. Uma das explicações talvez seja a percepção de que o atraso de 17 anos de descumprimento de um TAC para dar soluções habitacionais tardou por colocar em prática um conjunto de ações capaz de poupar os impactos ambientais e contribuir com a restauração ecológica local, bem como com um convívio mais sustentável com a represa Billings.

Fundamental destacar o papel determinante e perspicaz da participação das mulheres, que se mantiverem determinadas na busca deste olhar para o território, demonstrando critério, grande cuidado nas interpretações e edição das imagens e dos textos, e oferecendo ao lugar uma narrativa singular.

Foi muito positivo constatar que os caminhos da organização comunitária são dinâmicos, e, ao focalizar o público jovem, a pesquisa acertou no alvo, embora tenha errado na abordagem para consolidar uma agenda mais eficiente de realizações das oficinas dentro da comunidade ou como evento único dentro de uma das escolas.

Ouso afirmar que em tempos de alardeados projetos de cidades inteligentes que prometem tudo contando apenas com as tecnologias como eixo propulsor de melhor qualidade de vida, ainda é possível verificar as experiências no contraponto hegemônico das forças que dominam estes processos, apesar das alienações e apatias presentes. Isso pode ocorrer por meio de experiências de apropriação de lugares e espaços que desenham um novo espaço público de habitar e interferir na agenda das cidades, onde, certamente, vivenciar um lugar territorial e, depois, de modo virtual, promove outras perspectivas, capazes de articular significados e entendimentos para novas relações sociais e culturais para uma cidade digital, singular e plural, global e local, onde não sejam mais necessários tantos processos de literacias, mas que a educação e a cidadania sejam plenas.

À luz do reconhecimento, no Brasil e no mundo globalizado, sobre a importância da implementação das MIL no processo formal de informação e educação do público jovem e, neste contexto, da sociedade de informação e comunicação, foi possível observar que, independente do ambiente escolar, existem oportunidades de práticas social que incluem as MIL e que são capazes de promover atitudes de engajamento e compromisso social entre os jovens e seus territórios locais.

Ao fim dessa pesquisa, chega-se à conclusão de que as capacidades, competências e atitudes próprias das MIL são elementos fundamentais que se constituem em uma convergência que pode ampliar e potencializar processos participativos, iniciados ou não, no meio digital. Além disso, remixar tecnologias sociais (como as metodologias participativas) para o ambiente social sem abrir mão da participação ativa, é uma necessidade de inovação e de interesse público, no que, por ora, pode ser denominada “literacia de participação” para uma gestão democrática rumo ao efetivo direito à cidade, considerando o potencial desse estudo para prosseguir, por meio de outros exercícios comparativos, entre adaptações metodológicas de processos participativos com usos das TIC, tendo em vista maiores ajustes para a aplicação em outros territórios.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, 2013.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 23-35.

ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 25-38, jul./dez. 2004.

ALMEIDA, R. S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO CARTOGRÁFICA INTERNACIONAL. Disponível em: <<https://icaci.org/mision/s>>. Acesso em: 04 set. 2019.

BARBALHO, A. Juventude, cidadania e comunicação. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 86-93, mai./ago. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC. **O Parque que é pivô de Protestos na Turquia**. Reportagem publicada em 03/06/2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606\\_turquia\\_importancia\\_gezi\\_taksim\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606_turquia_importancia_gezi_taksim_fn)>. Acesso em: 11 set. 2019.

BENAVENTE, A. **A literacia em Portugal**: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Conselho Nacional da Educação, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamente a política urbana. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 9985**, de 18 de julho de 2000. Institui o (SNUC) Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANUTO, A.; GORSORF, L. Direito humano à terra: a construção de um marco de resistência às violações. *In*: RECH, D. (Coord.) **Direitos humanos no Brasil 2: diagnósticos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ceris, 2007.

CAPOBIANCO, L. **Comunicação e literacia digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA SP – PONLINE. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, J. M. Por uma cultura digital participativa. *In*: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETIC. **TIC Domicílios** – Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo: Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br/ Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em: <<http://cetic.br/arquivos/domicilios/2017/domicilios/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CETIC. **TIC Kids Online Brasil** – Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br/ Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em <<https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

COELHO, T. (Org.) et al. **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355442.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

DEURSEN, A. **Internet Skills**. Vital assets in an information society. 2010. Países Baixos: University of Twente, 2010. Disponível em: <<http://doc.utwente.nl/75133/>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ESHET-ALKALAI, Y. Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era. **Journal of Educational Multimedia and Hypermedia**, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

EURO MEDIA LITERACY. **Carta Europeia da Educação para os Meios de Comunicação Social**. Disponível em: <<http://www.euromedialiteracy.eu/index.php?Pq=charter>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FENRANDEZ, E. G. Novos instrumentos de participação: entre a participação e a deliberação. *In*: SILVA, E. M.; CUNHA, E. S. M. (Orgs). **Experiências internacionais de participação**. São Paulo: Cortez, 2010.

FLORIDI, L. **Information**: a very short introduction. London: Oxford University Press, 2010.

FLORIDI, L. **The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality**. London: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/FLOTFR-3>>. Acesso em: 09 set. 2018.

FLORIDI, L. **The onlife manifesto**: being human in a hyperconnected era. London: Springer, 2013.

FONSECA, R. M. G. S.; AMARAL, M. A. Reinterpretação da potencialidade das Oficinas de Trabalho Crítico-Emancipatórias. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 5, n. 65, p. 780-787, 2012.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GAGLIETTI, M.; BARBOSA, M. H. S. **A questão da hibridação cultural em Nestor García Canclíni**. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0585-1.pdf>> Acesso em: 11 de set. 2018.

GOHN, M. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan/abr. 2019.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000100063](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100063)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GOULART, E.; ROSSETTI, R. Comunicação e Sociedade: faces e interfaces inovadoras. *In*: CAPRINO, M. P. (Org.). **Comunicação e Inovação**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Paulus, 2008.

GRIZZLE, A. et al. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO/Cetic.br, 2016.

GUEDES, R. N.; FONSECA, R. M. G. S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Revista Escola de Enfermagem USP**. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 1731-1735, 2011.

HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. **Revista Piauí**, n. 82, jul.2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/#>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

HARVEY, D. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.

HOFSTATTER, L. J. V. **O imagético de uma comunidade caatingueira e os sentidos atribuídos à onça em um processo formativo de educação ambiental crítica**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/amostra/>>. Acesso em: 28 ago. 2019

IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE/ Departamento de Cartografia, 1998. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2612591/mod\\_resource/content/1/nocoos\\_basicas\\_cartografia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2612591/mod_resource/content/1/nocoos_basicas_cartografia.pdf)> Acesso em: 28 ago. 2019.

ICONOCLASISTAS. **Mapeo Colectivo**. Disponível em: <<https://www.iconoclasistas.net/#>> . Acesso em: 23 mar. 2019.

INTERNET WORLD STARTS (2018). Disponível em: <<https://www.internetworldstats.com/stats15.htm#south>>. Acesso em: 10 set. 2019.

JACOBI, P. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, 1986. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/v2n4/a04v2n4.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

JENKINS, H. **A Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KONING, M. (2009b, novembro). O que “faz” o meu agir? Dimensões do cuidado na intervenção comunitária. Comunicação apresentada nas **Jornadas Pobreza e Exclusão Social** - Percepções e Realidades. Desafios para a Intervenção Social, Oeiras, Portugal.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. São Paulo: Papirus, 1988.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução a teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA – EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEMONS, A. **Locative media in Brazil**. *In*: Wi. Journal of Mobile Media. Montreal/Toronto: Summer, 2009. Disponível em: <<http://andrelemons.info/publicacoes/artigos/>> Acesso em 10 ago 2018

MARTIN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. *In*: SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTIN-BARBERO, J. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 13, n.1, p.151-163, jan./jun. 2000.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MARTIN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, F.; GOMES, R. **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MORIN, E. **O Método**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MÚRIAS, C.; KONING, M.; RIBEIRO, R. et al. **Lideranças Partilhadas**. Caderno de Trabalho: Propostas de literacia para a igualdade de género e a qualidade de vida. Lisboa:Fundação Cuidar o Futuro, 2010.

NUNES, R. **Nada sobre nós sem nós**: A centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ONU. **Modern Cartography** - Base Maps For Worlds Needs. Lake Success: Department of Social Aff'air, 1949.

ORTIZ, R. R. Cibercultura: metáforas, prácticas sociales y colectivos en red. **Nómadas**, Colômbia, n. 28, p. 8-20, abr. 2008

PARRA, H. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. *In*: SILVEIRA, S. A. S.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

PASSARELLI, B. Mediação da informação no hibridismo contemporâneo: um breve estado da arte. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43 n. 2, p. 231-240, 2014.

PASSARELLI, B; JUNQUEIRA, A. H. **Gerações Interativas Brasil**: crianças e adolescentes diante das telas. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico Participativo** - O método DRPE. Tubarão: Editora Perito, 2017. Disponível em: <<http://fliphtml5.com/wskm/vpdn/basic>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Decreto Municipal nº 16.878**, de 29 de dezembro de 2016. Institui o Plano de Manejo Municipal. Santo André/SP. Disponível em: <<https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/Documentos/Documento/43952>>. Acesso em: 13 set.2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Lei Municipal nº 7733**, de 14 de outubro de 1998. Dispõe sobre Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

Santo André/SP. Disponível em: <<https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/Documentos/Documento/36665>>. Acesso em: 13 set.2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Programas de Manejo e Mapas de Zoneamento**. Prefeitura Municipal de Santo André, SP, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Revisão do Plano Municipal de Habitação de Santo André** - Proposta da Prefeitura de Santo André para discussão pela Sociedade Civil. 2015. Disponível em: <<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/38-secretarias/desenvolvimento-urbano-e-habitacao/1063-plano-municipal-de-habitacao>>. Acesso em: 13 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ/ SEMASA. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso** - Volume I. Diagnóstico Socioambiental, S. André. 2014a. Disponível em: <[http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso\\_Diagnostico\\_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf](http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-de-Manejo-Pedroso_Diagnostico_Dez-2016-altElena-destacado-5.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ/ SEMASA. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso**- Volume II. Diagnóstico Socioambiental, S. André. 2014 b. Disponível em: <<http://www.semasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/volume-2.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. **História Oral com participação comunitária**. São Paulo: Annablume, 2004a. Disponível em: <<http://servicos.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/PDF/livro4.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. **Desenvolvimento Econômico Comunitário e Turismo para a Inclusão Social**. São Paulo: Annablume, 2004b.

Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1529323/livro-5-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DO CANADÁ; UNIVERSIDADE BRITISH COLUMBIA. **Moradia Social em Áreas de Mananciais** (GEPAM – Gerenciamento Participativo em Área de Manancial). Santo André: Editora Annablume, 2004. Disponível em: <<http://servicos.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/PDF/livro6.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; TECTON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA. **Diagnóstico do Núcleo Pintassilgo**. Santo André: Dehab, 2015.

PRIVACIDADE HACKEADA. 2019. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80117542>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PROGRAMA DE NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Inovações na medição das desigualdades e da pobreza. *In: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. PNUD, 2010.

RISLER, J.; ARES, P. (2013). **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. Disponível em: <[http://www.iconoclasistas.net/mapeocolectivo/?utm\\_medium=website&utm\\_source=archdaily.com.br](http://www.iconoclasistas.net/mapeocolectivo/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br)> Acesso em: 20 jun. 2018.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

RODRIGUES, A. M. Setenta Anos de AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia do Século XXI. *Ocultação do Espaço e a Geografia*. **Geosp Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, p. 21-33, 2005.

RODRIGUES, A. M. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade**: um estudo do processo de ocupação de terras. Osasco: FFCLH USP, 2009.

RODRIGUES, A. M.; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Nota técnica sobre conceito de cidade**. Brasília: Ministério das Cidades/ Governo Federal, 2004.

ROSA, B. B. **A transdisciplinariedade das literacias emergentes no contemporâneo conectado**: documental das literacias de mídia e informação (MIL). 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Interfaces Sociais da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-09032017-143021/pt-br.php>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ROSSETTI, R. Categorias de inovação para os estudos em Comunicação. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 27, p. 63-72, 01 jul. 2013. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/2262](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2262)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SABOURN, E. (org.). **Planejamento Municipal**. Brasília: EMBRAPA. 2002.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Famecos**, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, 01 dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229/2493>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: USP, 2005.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização, do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. (1). Ativismo cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica De América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47. Disponível em <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>>. Acesso em: ago. 2017.

SANTOS, R.; AZEVEDO, J.; PEDRO, L. Literacia(s) digital(ais): definições, perspectivas e desafios. **Media & Jornalismo** – Educação para os media na era digital. Coimbra, v. 15, n. 27, 2015. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/38138>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SCOTT, J. **Gênero, Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: Educação & Realidade, 1991.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100002>> Acesso em: 16 ago. 2018.

SHIRK, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

SILVEIRA, S. A. Para analisar o poder tecnológico como poder político. *In*: SILVEIRA, S. A.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SILVEIRA, S. A.; BRAGA, S.; PENTEADO, C.. (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

TARDE, G. **On Communication and Social Influence**. Selected Papers. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005.

TURINO, C. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/media-and-information-literacy/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

UNESCO. **Conferência Habitat III**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

UNESCO. **Mídia e Cidades Informadas pela Informação**: Vozes, Poderes e Transformadores. 2018. Disponível em: <<https://en.unesco.org/news/call-papers-global-media-and-information-literacy-week-2018-feature-conference-and-milid>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário aplicado

#### "DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DIGITAL: USO DE LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO PARA CARTOGRAFIA SOCIAL"

Dissertação de Mestrado profissional USCS - Universidade São Caetano do Sul  
Elena Maria Rezende - mestranda  
11/08/2019

Peço a gentileza em responder todos os itens, agradecida.

\*Obrigatório

1. Endereço de e-mail \*

---

2. nome completo \*

---

3. idade \*

---

4. Grau de instrução escolar: \*

---

#### OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO (através de imagem aérea e mapa ampliado)

Foram realizadas atividades com alunos e alunas convidadas nas Escolas próximas no Jardim Riviera em Junho/2019

5. Já participou de uma Oficina de Mapeamento ou atividade semelhante?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Talvez

6. Cite o nome:

---

7. Ao ser convidada para participar, qual foi sua motivação inicial?

---

---

---

---

---

8. Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o que mais lhe chamou a atenção de POSITIVO?

---

---

---

---

---

9. Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o qual mais lhe chamou a atenção de NEGATIVO?

---

---

---

---

---

10. Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o qual mais lhe chamou a atenção de DE MODO GERAL?

\_\_\_\_\_

11. Você fez alguma descoberta importante e/ou interessante para seu conhecimento pessoal?  
*Marque todas que se aplicam.*

Sim  
 Não

12. Comente, cite exemplos:

\_\_\_\_\_

13. Você fez alguma descoberta que seja importante e/ou interessante para seu conhecimento sobre a realidade socioambiental da Comunidade Pintassilgo?  
*Marque todas que se aplicam.*

Sim  
 Não

14. Comente, cite exemplos:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. Do Mapeamento confeccionado em oficinas anteriores. Você considera que os todos os itens e legendas são relevantes e expressam bem a realidade da Comunidade Pintassilgo? dê sua pontuação e comente  
*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
a maioria dos itens NÃO foram relevantes	<input type="radio"/>	a maioria dos itens foram TOTALMENTE RELEVANTES				

16. Comente

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. Quanto a sua PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Qual sua pontuação?  
*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
em NADA acrescentou	<input type="radio"/>	em MUITO acrescentou				

18. De todos os itens citados (PINs), quais foram mais significativos ou surpreendentes para você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. Você consegue perceber alguns agrupamento temáticos? cite alguns:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

20. Sobre a não participação de outros jovens que foram convidados. Caso tenha alguma opinião a respeito, comente:

---



---



---



---

21. Qual sua sugestão para conseguir maior participação para realizar uma atividade semelhante com jovens?

---



---



---



---

### OFICINA MAPEAMENTO DIGITAL

Atividades realizadas desde o dia 01/08 até o momento.

22. Você já tinha algum conhecimento anterior em mapeamento digital

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

23. Se, já tinha, favor citar:

---

24. Após observar o resultado do Mapeamento Socioambiental realizado. Você considera que a Comunidade Pintassilgo é BEM INFORMADA sobre sua real condição de moradia e suas possibilidades de resolver seus problemas de urbanização?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez

25. Se possível comentar:

---



---



---



---

26. A partir da SELEÇÃO de PINs. Para você qual a mensagem e significado pode passar da Comunidade Pintassilgo?

---



---



---



---

27. Como vc avalia sua experiência do uso do site (plataforma) <https://storymap.knightlab.com/>?

*Marque todas que se aplicam.*

- Ótima-Intuitiva, com poucas instruções e possível praticar
- Boa-fácil desde que se concentre, poderia ser melhor
- Boa-complicada no início e depois tranquilo
- Ruim-difícil, seja falta de explicações, ou pelo idioma
- Péssimo-Inoperante, acha impossível se aprender sozinho, principalmente para o objetivo esperado

## 28. O que foi mais FÁCIL?

Marque todas que se aplicam.

- Inserir imagens (fotografias e videos)
- Descrever os PINs, Manchete, texto, fontes, etc.
- Arrastar o PIN ao local correto da descrição
- Editar: fontes, fundo, cores, mapas de fundo, etc.
- Visualizar o Mapa inteiro, checar como a Apresentação inteira
- Operacional, acessar a página, abrir o Projeto, salvar e fechar, etc.
- Navegação simultânea, quanto a velocidade, checagem de salvamento entre participantes
- Compreender a lógica geral de funcionamento deste tipo de projeto digital

## 29. Comente se quiser

\_\_\_\_\_

## 30. O que foi NÃO FOI FÁCIL?

Marque todas que se aplicam.

- Inserir imagens (fotografias e videos)
- Descrever os PINs, Manchete, texto, fontes, etc.
- Arrastar o PIN ao local correto da descrição
- Editar: fontes, fundo, cores, mapas de fundo, etc.
- Visualizar o Mapa inteiro, checar como a Apresentação inteira
- Operacional, acessar a página, abrir o Projeto, salvar e fechar, etc.
- Navegação simultânea, quanto a velocidade, checagem de salvamento entre participantes
- Compreender a lógica geral de funcionamento deste tipo de projeto digital

## 31. Comente se quiser

\_\_\_\_\_

## 32. Após as instruções iniciais e básicas, como você avalia sua participação ou apreensão desta técnica:

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Insatisfatória, não conseguiu compreender e executar	<input type="radio"/>	Satisfatória, compreendeu e executou bem				

## 33. Após a finalização pelas participantes. Quais suas considerações em relação aos RESULTADOS ALCANÇADOS:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Ótimo	Bom	Médio	Ruim
Fidelização dos mapas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Edição das imagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Edição das descrições	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Edição da localização PINs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De modo Geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sua participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 34. Acha que houve algum aprendizado a você ao participar desta atividade?

Marcar apenas uma oval.

- sim
- Não
- talvez

## 35. Se, SIM, cite algumas capacidades ou habilidades desenvolvidas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

36. Se, NÃO, cite algumas capacidades ou habilidades que esperava serem melhor desenvolvidas

---



---



---



---

## COMUNICAÇÃO DIGITAL

Percepções e olhar para este ambiente de interação

37. Ao navegar pelo site proposto da KnightLab, usando o StoryMap, qual seu grau de satisfação:

Marcar apenas uma oval.

1      2      3      4      5

Otimo                  Ruim

38. Quanto a SEGURANÇA DOS DADOS inseridos no Mapeamento Digital:

Marque todas que se aplicam.

- Nunca pensei nisso, ainda mais neste assunto de mapas
- Se foi indicado pela pesquisadora, deve ser confiável
- Tive preocupação, por isso tomei precauções quanto as descrições dos PINs
- Ainda tenho esta preocupação e gostaria de falar disso antes de dar ou não publicidade
- Outro: \_\_\_\_\_

39. Se, quiser comente mais sobre o assunto...

---

40. Qual sua opinião sobre DIVULGAR todos os resultados do Mapeamento Digital da Comunidade Pintassilgo?

Marcar apenas uma oval.

- Divulgaria, sem problemas ao público em geral
- Divulgaria de modo dirigido, apenas para a própria Comunidade
- Consultaria primeiro aos moradores a conveniência de divulgar ou não ao público geral
- A divulgação poderia trazer benefícios de percepção socioambiental sobre a realidade
- Há aspectos polêmicos e/ou sensíveis que não devem ser divulgados
- A Divulgação para a Comunidade pode trazer boas oportunidades
- Não haverá nenhum interesse nesta Divulgação, pois todos já são informados sobre esta realidade
- A Divulgação pode gerar novas sugestões de atividades de Comunicação na Comunidade
- Outro: \_\_\_\_\_

41. Se, quiser cite aqui

---



---



---



---

42. Você teria alguma proposta para melhorar a COMUNICAÇÃO da Comunidade e região?

Marcar apenas uma oval.

- Mural comunitário (tipo Quadro de Avisos)
- Grupo de WhatsApp ou de outras Redes Sociais
- Reuniões ou Assembleias, com convite aberto a participação presencial
- Rádio Comunitária (Web)
- Canal do YouTube
- Eventos de Integração social
- outros não citadas aqui:

43. Se, quiser cite aqui

---



---



---



---



---

44. Você já ouviu falar em EDUCAÇÃO DIGITAL

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Talvez

45. O que você entende por EDUCAÇÃO DIGITAL?

---



---



---



---

46. Sobre EDUCAÇÃO DIGITAL o que você acha:

Marque todas que se aplicam.

- Desnecessário, pois se aprende de modo intuitivo por nossa conta, de modo sozinho  
 Importante para compreender o mundo digital, para melhor saber explorar todas as potencialidades.  
 O ambiente digital não traz nenhum tipo de risco, só há vantagens.  
 O mundo digital vai continuar evoluindo muito e rapidamente e muito ficarão atrasados  
 Importante para quem compreender quem são os produtores e consumidores de tecnologias  
 Outros

47. Você aceitaria participar ou receber orientações sobre Educação Digital?

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Talvez

48. De qual forma ou modo, seria mais interessante, receber orientações:

Marcar apenas uma oval.

- Na escola (de modo presencial)  
 Através de algum aparelho (de modo digital)  
 Grupo de Interessados (de modo presencial e digital)

## CONCLUSÃO FINAL

A partir da experiência realizada por você em todo o processo.

49. Como você avalia as orientações recebidas para o Mapeamento Digital pelo Grupo de WhatsApp e apelos no Facebook e Google Drive:

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Ruim, não contribuiu	<input type="radio"/>	Otimo, foi fundamental				

50. Quanto a parceria com a UFABC e o Grupo de Alunos voluntários:

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Ruim, não contribuiu	<input type="radio"/>	Otimo, foi fundamental				

51. No Laboratório da UFABC ao presenciar alunos da Graduação Engenharia Ambiental usando um aplicativo profissional de georeferenciamento (QGIS). Que impressões e expectativas lhe causou?

---

---

---

---

---

52. Quais suas observações e comentários gerais após ter aceitado e participado desta Pesquisa?

---

---

---

---

---

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

APÊNDICE B – Questionário respondido

**"DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DIGITAL: USO DE LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO PARA CARTOGRAFIA SOCIAL"**  
 2 respostas

nome completo  
 2 respostas

Maria Francieli Souza da Silva  
 Bianca Franco Ferreira

Idade  
 2 respostas

18  
 16

Grau de instrução escolar:  
 2 respostas

Cursando Terceiro ano do Ensino Médio  
 2 ano EM

**OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO (através de imagem aérea e mapa ampliado)**

Já participou de uma Oficina de Mapeamento ou atividade semelhante?  
 2 respostas



Cite o nome:  
 0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Ao ser convidada para participar, qual foi sua motivação inicial?  
 2 respostas

Mostra a precariedade e os problemas ambientais próximos onde eu resido.  
 É relacionado ao meu projeto de vida

Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o que mais lhe chamou a atenção de POSITIVO?  
 2 respostas

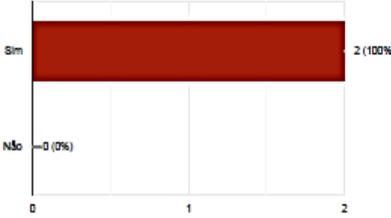
A diversidade Ambiental próximo a minha casa.  
 O que observei na comunidade que antes era praticamente invisível aos meus olhos

Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o qual mais lhe chamou a atenção de NEGATIVO?  
 2 respostas

A desigualdade social que todas as pessoas dentro do núcleo Pintassilva estão inseridos e o perigo de morar em uma área de manancial sem saneamento básico.  
 A falta de comprometimento do grupo inicial

Ao final desta atividade Mapeamento Participativo (realizada dia 01/08/19), o qual mais lhe chamou a atenção de DE MODO GERAL?  
 2 respostas

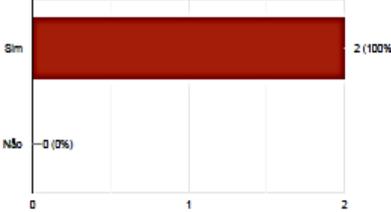
Você fez alguma descoberta importante e/ou interessante para seu conhecimento pessoal?  
 2 respostas



Comente, cite exemplos:  
 2 respostas

Adquiri conhecimentos sobre a localidade que eu resido.  
 A quantidade de nascentes dentro do núcleo; a variedade de atividades que acontecem no núcleo;

Você fez alguma descoberta que seja importante e/ou interessante para seu conhecimento sobre a realidade socioambiental da Comunidade Pintassilgo?  
 2 respostas



Comente, cite exemplos:

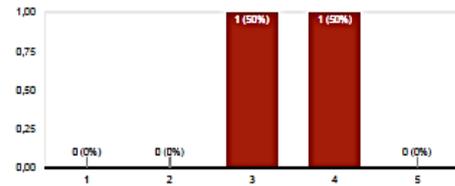
2 respostas

O que a parte do eco-sistema da vegetação a volta esta contaminada.

O impacto ambiental causado pela comunidade ameaçando a fauna, flora e qualidade da água

Do Mapeamento confeccionado em oficinas anteriores. Você considera que os todos os itens e legendas são relevantes e expressam bem a realidade da Comunidade Pintassilgo? dê sua pontuação e comente

2 respostas



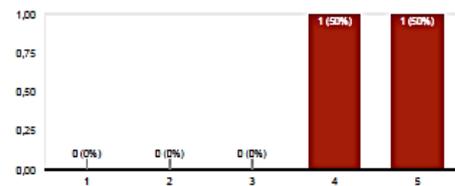
Comente

1 resposta

Alguns pontos n eram completamente necessário para que o mapa fosse "talante", mas no geral foram incluídos os pontos de maior impacto social, ambiental e econômico.

Quanto a sua PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Qual sua pontuação?

2 respostas



De todos os itens citados (PINs), quais foram mais significativos ou surpreendentes para você?

1 resposta

Fauna e flora, e nascentes que nos lembrou a riqueza natural que presenciamos em nosso cotidiano

Você consegue perceber alguns agrupamento temáticos? cite alguns:

1 resposta

Entretenimento, riscos socio-ambientais, utilidade pública...

Sobre a não participação de outros jovens que foram convidados. Caso tenha alguma opinião a respeito, comente:

2 respostas

A outra participante era muito prestativa.

A falta de interesse de muitos jovens pelos assuntos relacionados a melhoria da comunidade é visivelmente refletida na falta de protagonismo juvenil no progresso da comunidade

Qual sua sugestão para conseguir maior participação para realizar uma atividade semelhante com jovens?

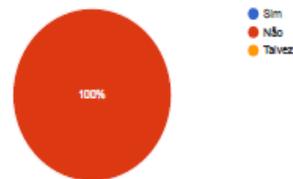
1 resposta

Um processo mais dinâmico e atraente aos olhos jovens

### OFICINA MAPEAMENTO DIGITAL

Você já tinha algum conhecimento anterior em mapeamento digital

2 respostas



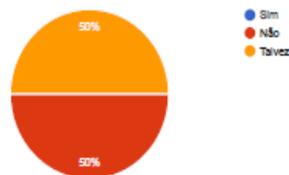
Se, já tinha, favor citar:

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Após observar o resultado do Mapeamento Socioambiental realizado. Você considera que a Comunidade Pintassilgo é BEM INFORMADA sobre sua real condição de moradia e suas possibilidades de resolver seus problemas de urbanização?

2 respostas



Se possível comentar:

2 respostas

Ainda precisa de muita mais importação pra população.

Muitos n conhecem a riqueza natural e cultural existentes na comunidade

A partir da SELEÇÃO de PINs. Para você qual a mensagem e significado pode passar da Comunidade Pintassilgo?

1 resposta

Lembrar aos moradores as riquezas presentes na comunidade

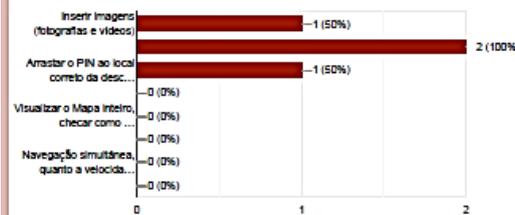
Como vc avalia sua experiência do uso do site (plataforma) <https://storymap.kinightlab.com/>

2 respostas

Ótima-intuitiva, com... 0 (0%)

O que foi mais FÁCIL?

2 respostas



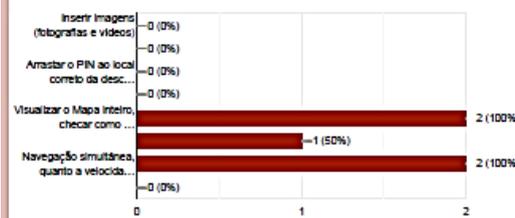
Comente se quiser

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

O que foi NÃO FOI FÁCIL?

2 respostas



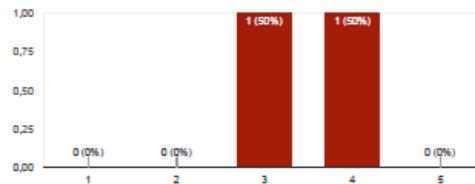
Comente se quiser

1 resposta

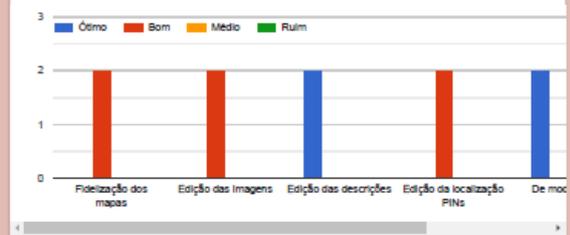
A plataforma poderia ter um espaço para inserirmos mais imagens e doc. e também vídeos.

Após as instruções iniciais e básicas, como você avalia sua participação ou apreensão desta técnica:

2 respostas

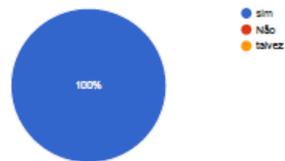


Após a finalização pelas participantes. Quais suas considerações em relação aos RESULTADOS ALCANÇADOS:



Acha que houve algum aprendizado a você ao participar desta atividade?

2 respostas



Se, SIM, cite algumas capacidades ou habilidades desenvolvidas:

2 respostas

Análise da cartografia, se identificar por mapa.

Interpretação e desenvolvimento de mapas úteis em pesquisas científicas das mais diversas áreas do conhecimento; identificação e descrição de fenômenos sociais; caracterizar uma região baseando-se em dados sociais e ambientais;

Se, NÃO, cite algumas capacidades ou habilidades que esperava serem melhor desenvolvidas

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

### COMUNICAÇÃO DIGITAL

Ao navegar pelo site proposto da KnightLab, usando o StoryMap, qual seu grau de satisfação:

2 respostas

Nível de Satisfação	Quantidade de Respostas	Porcentagem
1	0	0%
2	1	50%
3	1	50%
4	0	0%
5	0	0%

Quanto a SEGURANÇA DOS DADOS inseridos no Mapeamento Digital:

2 respostas

Enunciado	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Nunca pensei nisso, ainda mais neste as...	0	0%
Se foi indicado pela pesquisadora, deve...	0	0%
Tive preocupação, por isso tomei precau...	2	100%
Ainda tenho esta preocupação e gostaria...	0	0%

Se, quiser comente mais sobre o assunto...

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Qual sua opinião sobre DIVULGAR todos os resultados do Mapeamento Digital da Comunidade Pintassilgo?

2 respostas

Opinião	Porcentagem
Divulgar, sem problemas ao público em geral	50%
Divulgar de modo dirigido, apenas para a própria Com...	50%

Se, quiser cite aqui

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Você teria alguma proposta para melhorar a COMUNICAÇÃO da Comunidade e região?

2 respostas

Proposta	Porcentagem
Mural comunitário (tipo Quadro de Avisos)	50%
Grupo de WhatsApp ou de outras Redes Sociais	50%

Se, quiser cite aqui

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Você já ouviu falar em EDUCAÇÃO DIGITAL

2 respostas

Resposta	Porcentagem
Sim	100%

O que você entende por EDUCAÇÃO DIGITAL?

2 respostas

Entendo que os secundários estudariam em casa por plataformas.

Fugir de métodos tradicionais de ensino visando atingir um maior impacto no público

Se, quiser cite aqui

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Qual sua opinião sobre DIVULGAR todos os resultados do Mapeamento Digital da Comunidade Pintassilgo?

2 respostas

Opinião	Porcentagem
Divulgar, sem problemas ao público em geral	50%
Divulgar de modo dirigido, apenas para a própria Com...	50%

Se, quiser cite aqui

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Você teria alguma proposta para melhorar a COMUNICAÇÃO da Comunidade e região?

2 respostas

Proposta	Porcentagem
Mural comunitário (tipo Quadro de Avisos)	50%
Grupo de WhatsApp ou de outras Redes Sociais	50%

Se, quiser cite aqui

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Você já ouviu falar em EDUCAÇÃO DIGITAL

2 respostas

Resposta	Porcentagem
Sim	100%

O que você entende por EDUCAÇÃO DIGITAL?

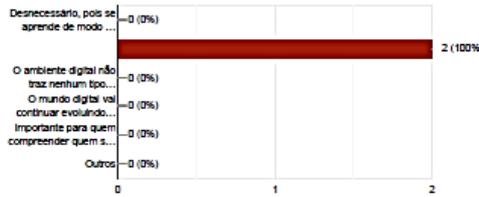
2 respostas

Entendo que os secundários estudariam em casa por plataformas.

Fugir de métodos tradicionais de ensino visando atingir um maior impacto no público

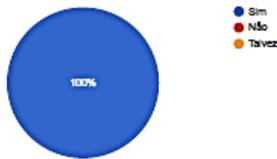
Sobre EDUCAÇÃO DIGITAL o que você acha:

2 respostas



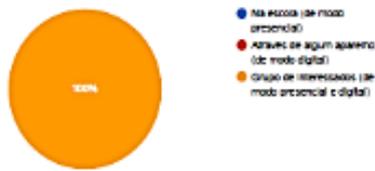
Você aceitaria participar ou receber orientações sobre Educação Digital?

2 respostas



De qual forma ou modo, seria mais interessante, receber orientações:

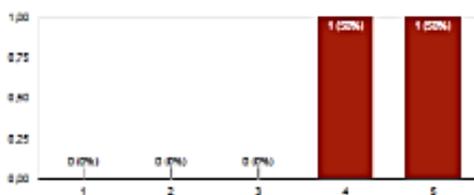
2 respostas



CONCLUSÃO FINAL

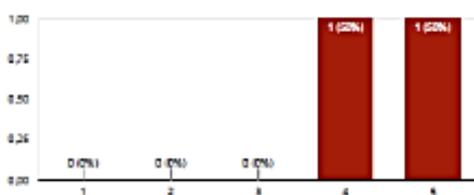
Como você avalia as orientações recebidas para o Mapeamento Digital pelo Grupo de WhatsApp e apoios no Facebook e Google Drive:

2 respostas



Quanto a parceria com a UFABC e o Grupo de Alunos voluntários:

2 respostas



No Laboratório da UFABC ao presenciar alunos da Graduação

Engenharia Ambiental usando um aplicativo profissional de georeferenciamento (Qgis). Que impressões e expectativas lhe causou?

2 respostas

A plataforma usada naquele dia, mostrou uma dimensão muito além da plataforma do storymap, com possibilitada de registrar muita coisa em um mapa só. Tive uma ótima impressão.

A vontade de prosseguir num nível mais avançado o mapeamento já realizado

Quais suas observações e comentários gerais após ter aceitado e participado desta Pesquisa?

1 resposta

Foi uma excelente experiência e oportunidade de conhecer e entender alguns aspectos sociais e ambientais presentes em meu dia a dia que antes eram quase invisíveis aos meus olhos

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#)

Google Formulários

## APÊNDICE C – Carta de solicitação de autorização à EEJBM

 UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

À

**Diretoria da Escola Estadual João Baptista M. Martins**  
A/c Evanilde de Moraes Pedrosa Santos

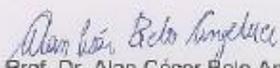
Em virtude da necessidade de uma abordagem junto a alunos desta Escola no que se refere especificamente à pesquisa acadêmica do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO da USCS.

Venho pelo presente, na qualidade de orientador de pesquisa científica apresentar a minha orientanda Elena Maria Rezende do Curso MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO e solicitar o apoio institucional desta escola a fim de autorizar a abordagem junto ao público alvo da pesquisa: alunos do ensino médio, para participarem de duas Oficinas de Mapeamento (Cartografia Social) como estratégia de aferir o uso de literacias de informação e comunicação.

Aguardo o deferimento e me coloco a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente



  
Prof. Dr. Alan César Belo Angeluci

São Caetano do Sul, junho/2019

---

e-mail da diretoria: [p008369a@educacao.sp.gov.br](mailto:p008369a@educacao.sp.gov.br)

## APÊNDICE D – Carta de solicitação de autorização à EEPC


 UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL  
 EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

À

**Diretoria da Escola Estadual Educador Pedro Cia**  
 a/c Edmilson José dos Santos

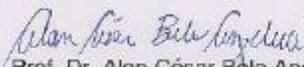
Em virtude da necessidade de uma abordagem junto a alunos desta Escola no que se refere especificamente à pesquisa acadêmica do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO da USCS.

Venho pelo presente, na qualidade de orientador de pesquisa científica apresentar a minha orientanda Elena Maria Rezende do Curso MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO e solicitar o apoio institucional desta escola a fim de autorizar a abordagem junto ao público alvo da pesquisa: alunos do ensino médio, para participarem de duas Oficinas de Mapeamento (Cartografia Social) como estratégia de aferir o uso de literacias de informação e comunicação.

Aguardo o deferimento e me coloco a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente



  
 Prof. Dr. Alan César Bello Angeluci

São Caetano do Sul, junho/2019

---

e-mail da diretoria: [ep29178a@educacao.sp.gov.br](mailto:ep29178a@educacao.sp.gov.br) ou [edmilson.jsantos@yahoo.com.br](mailto:edmilson.jsantos@yahoo.com.br)

## APÊNDICE E – Carta autorizativa da EEPC



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SANTO ANDRÉ  
E. E. EDUCADOR PEDRO CIA

À  
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

a/c. Prof. Dr. Alan Cesár Belo Angeluci

Em resposta a sua solicitação de apoio a participação de nossos alunos em duas oficinas de Mapeamento (Cartografia Social), nos colocamos a disposição para o acontecimento das mesmas, acreditando que tal participação será importante para o trabalho acadêmico de nossos alunos.

Agradecemos a oportunidade e reiteramos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Edmilson José dos Santos  
Diretor de Escola  
Rg. 15.889.587-3

Santo André, junho de 2019

Estrada do Pedroso s/nº - Jardim Miami - Santo André - SP CEP: 09133-000 - tel. 4455-9971

**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Estado da Educação

## APÊNDICE F – Carta de solicitação de autorização à EEJBMM



UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO Mestrado Profissional  
EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

À

**Diretoria da Escola Estadual João Baptista M. Martins**

Em virtude da necessidade de uma abordagem junto a alunos desta Escola no que se refere especificamente à pesquisa acadêmica do Programa de Pós-Graduação do Curso Mestrado Profissional em inovação da comunicação de interesse público desta Universidade.

Venho pelo presente, apresentar o título de minha Pesquisa acadêmica:  
**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DIGITAL: USO DE LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO PARA CARTOGRAFIA SOCIAL.**

Conforme entendimento mútuo, reitero a solicitação, a este estabelecimento de Ensino e seu quadro técnico pedagógico, a autorização do uso e divulgação pública e acadêmica dos resultados da Oficina de Mapeamento Participativo realizada entre os dias 04/06 ao dia 24/06/2019, com alunos moradores da comunidade Pintassilgo.

Aguardo o deferimento e me coloco a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente



Elvira Maria Rezende  
Mestranda da USCS

São Caetano do Sul, 15/08/2019

---

e-mail da diretoria: [e008369a@educacao.sp.gov.br](mailto:e008369a@educacao.sp.gov.br)

## APÊNDICE G – Carta Autorizativa da EEJBMM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ  
EE. JOÃO BAPTISTA MARIGO MARTINS

AUTORIZAÇÃO

Eu, Evanilde de Moura Pedrosa, diretora do E.E. João Baptista Marigo Martins, autorizo a mestranda Elena Maria Rezende, o uso e divulgação pública e acadêmica dos resultados da Oficina de Mapeamento Participativo realizado entre os dias 04/06/2019 ao dia 24/06/2019, com os alunos dessa Unidade Escolar, com residência na comunidade Pintassilva. Salientando que, não autorizo a divulgação de imagem dos menores ou das dependências da Unidade Escolar.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Atenciosamente,

Evanilde de M. Pedrosa Santos  
RG: 37.474.182-7  
Diretor de Escola

Estrada do Pedroso, nº 3989 – Jardim Riviera – Santo André – SP – CEP – 09133-000,  
Tel: 4453-1733(fax) 4455-7930

## APÊNDICE H – Comunicação de parceria com a UFABC e a pesquisadora

p1/08/2019 RE: Visita à UFABC - eleninha@uol.com.br - UOL Mail



---

**RE: Visita à UFABC**  
De: Eleninha  
Para: helena.franca@ufabc.edu.br  
Cópia:  
Cópia oculta:  
Assunto: RE: Visita à UFABC  
Enviada em: 01/08/2019 | 09:33  
Recebida em: 01/08/2019 | 09:33

Prezada Helena,

Estamos eu e o Renan em plena atividade de mobilização para hoje. Desde já fico imensamente agradecida por sua colaboração.

Sim, espero que seja apenas o início desta parceria. Cartografia Social é meu grande interesse de pesquisa.

Já me agendei sim para o dia 29/08! nos vemos lá!

Abraço

Elena Maria Rezende  
(11) 9 9891.9343

---

**De:** helena.franca@ufabc.edu.br  
**Enviada:** 2019/07/31 19:45:07  
**Para:** eleninha.sp@gmail.com  
**Assunto:** Visita à UFABC

Prezada Elena,

Meu nome é Helena e participo como docente da disciplina "Unidades de Conservação da Natureza" na UFABC. O Renan, aluno da disciplina, me falou sobre a intenção de vocês usarem as dependências da universidade para desenvolver uma parte do trabalho junto com alunos do ensino médio. Fico muito feliz com a iniciativa, pois acho importante e necessário abrir esse espaço para a comunidade.

Eu fiz a reserva do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento (L-508-1) para vocês utilizarem, mas infelizmente não poderei estar presente no horário agendado em função de uma reunião em São Paulo. Peço desculpas por isso, mas tenho certeza que o Renan saberá recepcioná-los e auxiliar em tudo o que for preciso.

Desde já, convidamos você e seus alunos para assistirem a apresentação dos trabalhos finais da disciplina em 29 de agosto a partir das 14:00 h.

Espero que seja o início de uma parceria.

Abraço

**Helena França**  
*Professora Doutora*  
Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento  
Centro de Engenharias, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas -CECS  
Universidade Federal do ABC - UFABC

---

<https://mail.uol.com.br/?xc=4acbde9bbcbffcf2fe0d648133c5a7#webmail/0/SENT/page:1/MTIzNjc> 1/1